

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
CURSO DE TURISMO

MARIA CLARA MUNIZ DE JESUS NEVES

**TURISMO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: a ecologia e a cultura como
atrativos na Praia do Aventureiro - Ilha Grande - Angra dos Reis - RJ**

NITERÓI

2008

MARIA CLARA MUNIZ DE JESUS NEVES

**TURISMO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: a ecologia e acultura
como atrativos na Praia do Aventureiro - Ilha Grande - Angra dos Reis- RJ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO AO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM TURISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE,
COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM
TURISMO.

ORIENTADOR: PROF. DSC. MARCELLO DE BARROS TOMÉ MACHADO

NITERÓI

2008

N518 Neves, Maria Clara Muniz de Jesus

Turismo endógeno e desenvolvimento local: a ecologia e a cultura como
atrativos na Praia do Aventureiro - Angra dos Reis -RJ / Maria Clara Muniz de
Jesus Neves -- Niterói : UFF, 2008.

183 f.

Monografia (Graduação em Turismo)

Orientador: Marcello de Barros Tomé Machado, D.SC.

1. Turismo endógeno 2. Turismo - Angra dos Reis

CDD. 338.4791

MARIA CLARA MUNIZ DE JESUS NEVES

**TURISMO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: a ecologia e a cultura
como atrativos na Praia do Aventureiro- Ilha Grande- Angra dos Reis- RJ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO AO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM TURISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE,
COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM
TURISMO.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DSC. Marcello de Barros Tomé Machado – ORIENTADOR
UFF

PROF. MSC. Fábila Trentin
UFF

PROF. MSC. Luiz Alexandre Lellis Mees
UFF

Niterói, 12 de Dezembro de 2008

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por me permitir atingir mais esta etapa de minha vida acadêmica.

Aos meus pais pelo exemplo de fé e apoio permanente nos momentos mais difíceis.

Ao meu irmão Pedro, por me acompanhar na difícil viagem à Praia do Aventureiro, quando passamos alguns percalços na travessia do Mar de Angra, durante uma tempestade. Também pela ajuda em compilar o relatório FEEMA na pesquisa de campo.

Ao Professor Marcello Tomé de Barros Machado, por aceitar a orientação deste trabalho, por toda atenção despendida e pela tranquilidade e segurança passadas durante o desenvolvimento do mesmo.

À Professora Erly Maria de Carvalho e Silva, pela orientação tão detalhista e paciente despendida durante a longa elaboração deste trabalho.

Às amigas e colegas de curso, especialmente Livia Antunes Dutra e Márcia Esther Mizhari, que participaram das minhas angústias e alegrias, estimulando em todos os momentos e auxiliando com sugestões e cessão de fontes bibliográficas.

Aos moradores do Aventureiro, com quem em tão curto tempo tive um aprendizado tão enriquecedor e por se disporem a participar da pesquisa *in loco*. Especialmente à Dona Lúcia e ao “Vôvô” pela acolhida em sua casa e por guardarem com tanto carinho a folheteria sobre a Ilha Grande e Aventureiro .

À chefe da Reserva Biológica do Aventureiro, Deise Benevides, pelas informações e materiais concedidos, como o Termo de Compromisso, e por preocupar-se com as condições de vida e o futuro do “povo do Aventureiro”.

Por fim, a todos que direta e indiretamente contribuíram para que esse trabalho pudesse ser concluído.

RESUMO

Desde o seu surgimento, em meados do século XIX, a atividade turística tem se apresentado como um dos pilares do desenvolvimento econômico das localidades. Todavia atualmente sabe-se que o turismo possui muito mais benefícios que o campo da economia pode oferecer. Por conseguinte, este trabalho procura analisar outras faces da atividade turística como a cultural e a relação com o meio-ambiente, inseridas no modo de turismo endógeno. Para tanto, em um primeiro momento, apresenta-se o tema turismo endógeno, procurando-se alcançar um conceito próprio dele, pois este modo não está bem sedimentado na literatura do Turismo. Busca-se também mostrar como tal modo pode contribuir para o desenvolvimento local. Em seguida é apresentada a Praia do Aventureiro, exemplificação deste trabalho. Praia no sul da Ilha Grande, localizada no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, apresenta uma série de dificuldades de infra-estrutura e legais, pois se situa em uma reserva biológica. Por esse motivo, muitas atividades de subsistência tradicionais foram restringidas. Buscou então no turismo uma saída, como alternativa de geração de renda. No entanto acolhe turistas de forma particular, com uma aproximação maior. O trabalho mostra como este lugar com o foco no ecoturismo e o turismo cultural pode receber benefícios. Pretende-se assim tomar esse lugar como material de estudo e realizar sua análise sócio-ecológica, detectando a importância de sua cultura e espaço ecológico na memória coletiva e na formação do território do turismo. Observam-se as possibilidades de se desenvolver tecnicamente o modo endógeno no local e identificam-se os aspectos que seriam necessários para isso, por meio de uma pesquisa realizada com a comunidade receptora.

Palavras-chave: Ecoturismo. Desenvolvimento Local. Praia do Aventureiro. Turismo Cultural. Turismo Endógeno.

ABSTRACT

The tourism activity has been considered, since the beginning, around the XIX century, one of the most important supports of the economy development in some places. On the other hand, nowadays, the tourism has much more than benefits in the economy field. The main purpose of this work is to analyze the other side of the tourism activity, as the cultural and the relationship with the environment, in the endogenous tourism mode. First presents the theme endogenous tourism looking for to reach an own concept, because this mode isn't sedimented in the tourism literature. It is showed how this mode can contribute to the local development. Finally it is presented the Aventureiros's Beach. The beach in the south of the Big Island, located in Angra dos Reis City, presents infra-structure and legal problems, because is located in a biological reservation. Because of this same reason, many subsistence activities were restricted. Aventureiro founded in the tourism an exit, as a alternative of income's generation. However it receives tourists in a particular way, with a bigger approach. The study shows how this place with the focus in the ecotourism and in the cultural tourism can receive benefits. It is proposed the use of this place as a material of study to carry out its social and environmental analysis detecting the importance of the culture and ecological space in the collective memory and in the formation of the tourism territory. It is observed the possibility of develop technically the endogenous mode in the place and it is identified the aspects that would be necessary to this, through a survey realized with the receiving community.

Key- words: Aventureiro's Beach. Cultural Tourism. Ecotourism. Endogenous Tourism. Local Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da Ilha Grande	38
Figura 2	Mapa de localização de Aventureiro	47
Figura 3	Agra dos Reis, o ponto referencial do continente	47
Figura 4	Construções em Aventureiro rente ao mar	48
Figura 5	Quintais disponibilizados para <i>camping</i>	49
Figura 6	Barco cadastrado pela TurisAngra	50
Figura 7	A Praia do Aventureiro	50
Figura 8	<i>Catleya roxa</i> , <i>Miltonea Spectabilis</i> e <i>Sophronitis C</i>	51
Figura 9	O coqueiro deitado	52
Figura 10	Mulher caiçara em sua casa	54
Figura 11	Praias do Sul e do Leste, o ilhote e o canal que as ligam as lagoas do Sul e do Leste	63
Figura 12	Mapa de localização da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul	65
Figura 13	Bar no Aventureiro	70
Figura 14	Quadro dinâmica sócio-cultural e ambiental da Ilha Grande.....	74
Figura 15	Quadro aspectos diferenciais entre o turismo de massa e o ecoturismo.....	82
Figura 16	Quadro modalidades de ecoturismo	85
Figura 17	Quadro aspectos positivos do ecoturismo	91
Figura 18	Quadro aspectos negativos do ecoturismo	92
Figura 19	Mapa das unidades de conservação da Ilha Grande e de Aventureiro	95
Figura 20	Gráfico meios de hospedagem para Aventureiro	112
Figura 21	Gráfico modelo de conservação escolhido para a área da Praia do Aventureiro	113

Figura 22	Gráfico opinião a respeito da construção de grandes empreendimentos em Aventureiro por empresários vindos de fora	115
Figura 23	Gráfico opinião a respeito da construção de grandes empreendimentos em Aventureiro por empresários vindos de fora, segundo a idade.....	116
Figura 24	Comunidade de Aventureiro na procissão de Santa Cruz	137
Figura 25	Quadro indicadores de qualidade de vida.....	143
Figura 26	Quadro componentes do turismo	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TURISMO ENDÓGENO	15
2.1	CONCEITUAÇÃO	15
2.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL	22
2.2.1	Identificação das Variáveis	26
2.3	LUGAR E NÃO - LUGAR: TURISMO ENDÓGENO X <i>RESORTS</i>	29
3	HISTÓRIA E NATUREZA: TURISMO E RESSIGNIFICAÇÃO DA ILHA GRANDE E DA ILHA GRANDE.....	36
3.1	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM, HISTÓRIA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA PRAIA DO AVENTUREIRO	36
3.2	PAISAGENS E HISTÓRIA DA VILA DO AVENTUREIRO	46
3.2.1	As Características Geográficas de Aventureiro.....	46
3.2.2	Registros Históricos Locais	53
3.3	TURISMO E REDEFINIÇÃO TERRITORIAL DE AVENTUREIRO: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	60
3.3.1	As Implicações da Definição da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro	60
3.3.2	O Modelo de Turismo em Aventureiro em Oposição à ao Modelo da Vila do Abraão ..	70
3.3.3	A Reterritorialização da Vila do Aventureiro	75
4	TURISMO E AMBIENTE: PRESERVAÇÃO OU DESTRUIÇÃO?	80
4.1	O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE ECOTURISMO	80
4.2	IMPLICAÇÕES DA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE	89
4.3	A POLÊMICA SOBRE MODELO O MODELO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM AVENTUREIRO	95
4.4	PESQUISA DE CAMPO: O POSICIONAMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL	105
4.4.1	Metodologia	106
4.4.1.1	Parte I - O Perfil da População	108

4.4.1.2	Parte II - Avaliação sobre o Turismo em Aventureiro	110
5	TURISMO E CULTURA: ENCENAÇÃO E REMEMEMORAÇÃO	118
5.1	CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL	118
5.2	A INTERFACE ENTRE TURISMO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE	121
5.3	AS ORIGENS DA CULTURA CAIÇARA	125
5.3.1	A Cultura Caiçara em Aventureiro e o Turismo	131
5.3.2	Costumes Nativos de Aventureiro e o Olhar do Turista	135
6	AVENTUREIRO: A CONTRUÇÃO DO TURISMO ENDÓGENO	142
6.1	TURISMO RESPONSÁVEL: PROPOSTAS PARA AVENTUREIRO	146
6.1.1	Identificação dos Objetivos	147
6.1.2	A Abordagem Integrada	152
6.1.3	A Abordagem Geográfica	153
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	160
	APÊNDICES	169
	ANEXOS	175

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido neste trabalho de conclusão de curso refere-se a um modo de turismo denominado de turismo endógeno, também chamado de turismo com base local. Diante de modelos saturados de turismo como o modo de massa, o modo endógeno se apresenta como uma opção oposta que tem como precedentes a sustentabilidade e o bem-estar social da comunidade receptora. Daí ser comum este modo, envolver tipos de turismo que contemplem as características próprias do local como atrativo, sem manipulações, como o turismo cultural, rural, de aventura. Em um futuro próximo, e até mesmo atualmente em algumas sociedades, diante de modelos estandardizados ou de massa que vem se alastrando (com conseqüências devastadoras da natureza e cultura locais), o modo endógeno será ou já é, uma forma alternativa de turismo, devido à experiência qualitativa de agregação de valor quanto ao intercâmbio cultural para os turistas.

O termo “turismo com base local” é relativamente recente, tendo sido utilizado pela primeira vez por Adyr Balastrieri Rodrigues, em 1997, quando se discutiu o tema cientificamente em um evento intitulado de Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENBTL), realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (RODRIGUES, 2002).

O modo de turismo endógeno estabelece seu diferencial pelo o aspecto qualitativo e tal estudo é relevante principalmente no que tange ao desenvolvimento local, que é quando a atividade do turismo contempla o tão almejado equilíbrio, ou seja, a sustentabilidade buscada por empresários conscientes do setor, turistas e comunidade receptora. Relacionando-se a variáveis importantes, como preservação ambiental, identidade cultural e geração de renda, o turismo

endógeno deve ser analisado detalhadamente, não só a fim de se estimulá-lo mais, mas também no intuito de tentar extrair dele a forma como seus princípios básicos poderiam ser incorporados em vários segmentos de turismo. Por todos esses motivos tal estudo é importante para a gestão do turismo.

A idéia de explorar esse assunto surgiu de um trabalho realizado durante o curso para a disciplina Tópicos Especiais em Turismo I, que deveria ter como tema um dos modos de turismo, como o turismo de massa, moderno ou primário, tecno-turismo ou turismo endógeno. Assim, por sempre ter havido um interesse sobre as influências sociológicas, culturais, antropológicas e motivacionais que são exercidas sobre o fenômeno do turismo quando ele se dá na prática, e se notar que não há muitas publicações que correlacionem tais aspectos sob ponto de vista “turismo endógeno”, percebeu-se que um estudo neste sentido contribuiria para a comunidade acadêmica e social. Afinal sendo o turismo uma área acadêmica relativamente nova que congrega diversas áreas do conhecimento, deve mostrar o porque de ser estudado e analisado como fenômeno. Uma dessas causas é analisar o que é necessário para ele proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas e na destruição de renda, uma das “promessas” do turismo endógeno.

Pretende-se mostrar um exemplo de local para analisar se nele caberia a construção desse modo - A Praia do Aventureiro. Para isso far-se-á uma análise sócio-ecológica deste lugar, explorando os segmentos de turismo potenciais do local, o ecoturismo e o turismo cultural.

Aventureiro localiza-se na Ilha Grande, que pertence ao município de Angra dos Reis. Sua comunidade é composta por uma etnia tradicional na formação do povo brasileiro. O local não possui estrutura turística completa para receber turistas, mas os quintais dos moradores são disponibilizados por eles para a prática do *camping*. Muitas turistas procuram Aventureiro para a prática de esportes que envolvem a natureza. Porém a comunidade sofre com problemas de infraestrutura, até devido a questões legais que por sua vez influenciam no desenvolvimento do turismo. Até mesmo atividades de subsistência da comunidade, ligadas à sua cultura são restringidas, pois a Praia localiza-se em uma reserva biológica. Essa categoria de unidade de conservação por lei não admite o turismo nem sequer a presença humana, a não ser para estudos científicos. No entanto, com o auxílio de medidas “paliativas” a comunidade lá permanece, praticando o turismo como atividade econômica, dando margem a diversos impasses sociais.

Verifica-se que o turismo em Aventureiro não segue um modelo planejado, trazendo conseqüências que podem vir a prejudicar a sustentabilidade ambiental e a própria vida da

comunidade receptora. Esta pode acabar perdendo o vínculo com sua cultura. Baseando-se neste quadro questiona-se: há condições propícias para a construção do turismo endógeno em Aventureiro, de acordo com seu panorama sócio-ecológico e os anseios da própria comunidade receptora? Esse prisma da comunidade é considerado, pois o modo endógeno valoriza as mesmas com seu papel participativo no turismo.

Identificar que aspectos são necessários para construção do modo de turismo endógeno em Aventureiro a fim de promover o desenvolvimento local, especialmente para a preservação da identidade cultural da comunidade nativa, do meio-ambiente, além do desenvolvimento econômico, conduzindo ao bem-estar social da comunidade como um todo constitui-se o objetivo geral deste trabalho.

Como objetivos específicos têm-se: conceituar o turismo endógeno e explicar como ele pode conduzir ao desenvolvimento local; analisar a história e a geografia de Aventureiro e a redefinição territorial provocada pelo advento do turismo; analisar o ecoturismo e o turismo cultural, relacionando seus aspectos com o turismo endógeno; identificar o potencial para ecoturismo e o turismo cultural em Aventureiro e seus possíveis entraves; definir o turismo endógeno como instrumento para a manutenção da memória de uma etnia; apresentar sugestões para melhorar o turismo em Aventureiro e a vida da comunidade, inseridas na proposta endógena.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho tem uma abordagem qualitativa, sendo bibliográfica e descritiva. É bibliográfica por apresentar uma revisão literária sobre o modo de turismo endógeno, bem como sobre os estudos da Ilha Grande e de Aventureiro, turismo cultural e ecoturismo. É descritiva porque em busca de atender ao objetivo geral e encontrar solução do problema proposto, optou-se pela pesquisa de opinião e assim serão considerados os resultados de uma pesquisa de campo em Aventureiro, com a aplicação de um formulário à comunidade, como instrumento de coleta dados. Tudo isso para conhecer o pensamento da comunidade, revelado em seu discurso, que apontasse um anseio por um planejamento do turismo endógeno ou se ela preferiria uma modificação total no quadro do turismo até então desenvolvido, com a construção de um *resort*, por exemplo.

O presente estudo estrutura-se em sete capítulos. O primeiro apresenta o tema e suas implicações bem como o caminho metodológico a ser seguido.

No segundo capítulo comentam-se a conceituação de turismo endógeno, as variáveis que conduzem a ele, a importância de políticas de desenvolvimento local na atual sociedade marcada

por disparidades sócio-econômicas. Também, apresentar-se-á um contraponto entre os conceitos de lugar e não-lugar para explicar como o turismo baseado no “lugar” tem maiores possibilidades de gerar um desenvolvimento local.

No terceiro capítulo para introduzir o exemplo de Aventureiro, relata-se um breve histórico geral da Ilha Grande, marcada por episódios da história brasileira desde a colonização até a ditadura militar. Foca-se na Vila do Abraão, centro econômico do local desde os primórdios da colonização. Este é o local aonde o turismo chegou primeiro na Ilha especialmente com a abertura da rodovia Rio-Santos e com a desativação do presídio que existia no local. Insere-se Aventureiro no contexto deste histórico, relatando-se seus ciclos econômicos similares. Além disso, destaca-se a questão da instituição das áreas naturais protegidas, como ocorreu em toda a Ilha Grande nas últimas décadas do século XX e a influência que esse fato causou na estruturação social de Aventureiro. Procurar-se-á analisar que território foi construído a partir de tal, devido o radicalismo imposto contra as atividades até então desenvolvidas e a saída encontrada na atividade turística, trabalhada inconscientemente pela população de forma endógena.

No quarto capítulo, buscar-se-á discutir a problemática gerada pelo advento das unidades de conservação em Aventureiro e encontrar uma alternativa mais viável para a valorização ecológica e concomitantemente para a permanência no lugar do “povo do “Aventureiro”. Desenvolve-se também o conceito de ecoturismo como o segmento a ser praticado em unidade de conservação, buscando-se valorizar sua contribuição para o meio-ambiente e para a comunidade. A pesquisa de campo será apresentada neste contexto.

No quinto capítulo introduz-se o segmento de turismo que em Aventureiro poderia ser mais explorando, o turismo cultural. Um relato da importância da cultura típica do lugar na formação da sociedade brasileira é feito e identificam-se os elementos culturais que podem reavivar a memória e a identidade de Aventureiro por meio do turismo.

No sexto capítulo, adotando um passo-a passo do Manual de Turismo com base comunitária da WWF, propõem-se algumas sugestões de melhoria do turismo em Aventureiro a fim de inseri-lo tecnicamente no modo endógeno. Discutem-se conceitos de empreendedorismo e planejamento participativo, destacando que nesse modo a comunidade receptora dever protagonista, assumindo ou re-assumindo um papel estratégico.

O sétimo capítulo sintetiza nas considerações finais os principais pontos discutidos ao longo do trabalho. As Referências utilizadas, Apêndices e Anexos completam a estrutura deste estudo.

2 O TURISMO ENDÓGENO

Neste capítulo serão abordadas definições relacionadas ao conceito de turismo endógeno, a fim de se alcançar um conceito próprio. Após, relaciona-se este modo às variáveis que conduzem ao desenvolvimento local. Por fim se traçará um paralelo comparativo das diferenças entre turismo endógeno e *resorts*.

2.1 CONCEITUAÇÃO

O modo de turismo endógeno surgiu na etapa evolutiva do Turismo Moderno. Assim, antes de procurar definir conceituações para este modo, convém contextualizar o quadro, explicando o que seria “modo de turismo”, expressão não corriqueira mesmo na área acadêmica do Turismo.

Pela análise etimológica, modo é a forma ou variedade particular de algo, a maneira de ser ou portar-se, sua conduta. Assim, modos de turismo seriam as formas de deslocamentos populacionais temporários, característicos de um período. Os modos de turismo são originários da estrutura da época, ou seja, como a sociedade se manifesta em um dado momento, seu contexto histórico, de desenvolvimento sócio-econômico e como isso se reflete na organização do espaço. Sendo fruto de uma época, um modo implica a inter-relação de todas as partes envolvidas não apenas no fenômeno turístico, mas no todo (SANTOS, 1985). Sendo representações de etapas da evolução do turismo, os modos não obrigatoriamente nelas se enquadram. A definição

de etapa está unida à noção de parcela de tempo, uma fase ou estágio. No francês, *étape* quer dizer fase ou período encerrando a idéia de finalização dentro do processo. Já a estrutura revela os modos de turismo.

Estrutura é uma categoria analítica de espaço. A forma é outra categoria que revela estrutura. Ela é nítida e, portanto é mais acessível para análise do que a estrutura. “Todavia divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultam de situações passadas e presentes extremamente diversas” (SANTOS, 1985, p.51).

A estrutura pode ser vista como um quadro sociológico. Dessa forma, a evolução do turismo ao longo do tempo está ligada à estrutura de uma época. Tais estruturas manifestam formas através de funções turísticas. Devido justamente a tais categorias (estrutura-forma-função) que o turismo é considerado fenômeno espacial, possibilitando compreender suas implicações sociais.

Estrutura, forma e função devem ser consideradas categorias primárias, portanto. Analisadas em conjunto permitem a melhor compreensão do turismo como fenômeno que se dá no espaço. Não se pode deixar de verificar as ações e reações de umas sobre as outras. Decompostas separadamente revelam apenas aspectos fragmentados, limitados no mundo. Não obstante, quando relacionadas entre si, estas constroem uma plataforma teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985). E claro, encaixa-se nesse caso o turismo.

Ao longo do tempo, é preciso acrescentar a idéia de processo, outra categoria analítica que apresenta implicações com os demais conteúdos do espaço. Como uma ação contínua, o processo pode ser interpretado como continuidade ou interrupção. Assim as etapas evolutivas, em um contexto estrutural são excludentes, mas os modos de turismo não. Estes permanecem de uma etapa para outra, só que com menor representatividade. Cada etapa tem, pois, um modo predominante, mas não exclusivo. Santos (1985) observa que as mudanças da sociedade não provocam a destruição por completo de características anteriores. Dessa forma, em cada etapa evolutiva há uma mistura de modos antigos e novos.

Por tal razão é que não cabe analisar aqui a evolução do turismo, pois nenhum dos modelos de etapas, incluído o aceito pela Organização Mundial do Turismo (OMT), permite o entendimento mais amplo do fenômeno turístico, pois tais estudos estão submetidos à questão cronológica, inviabilizando o conhecimento do que seja turismo através das etapas, pois:

- ❖ Deixam-se levar por fatos que não necessariamente configuram um “divisor de águas” histórico, mas por acontecimentos que, com frequência, não modificam intensamente a realidade;
- ❖ Constituem um quadro de fases que se eliminam, de forma que ao começar uma etapa, entende-se que a anterior se encerrou de uma maneira definitiva.

Em cada etapa evolutiva do turismo a estrutura que possibilitou o advento do novo modo de turismo pode exigir novas formas, com funções turísticas ou fazer com que novas funções turísticas sejam agregadas às já existentes.

No transcorrer das etapas evolutivas do turismo os processos modificam a estrutura, produzindo novos modos que clamam por novas formas e funções. “Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente [...] as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado” (SANTOS, 1985, p.54). Assim, modo, ao contrário de etapa, não é um conceito vinculado ao cronológico e também não se confunde com “tipos” de turismo, expressão mais comum na área, pois só um modo pode envolver vários tipos.

Segundo Cunha (1997) o termo “tipos de turismo” prende-se a motivações e intenções dos viajantes, enumerando-se uma grande quantidade como turismo cultural, desportivo, rural, ecológico, religioso.

Com efeito, é com a identificação e análise das categorias de espaço, em união com as mais variadas expressões do turismo ao longo do tempo, que se percebe a existência dos modos de turismo, a saber:

- ❖ Turismo Primário
- ❖ Turismo Moderno
- ❖ Turismo de Massa
- ❖ Turismo com Base com Local
- ❖ Tecno - Turismo
- ❖ Turismo Híbrido

O objeto deste trabalho é o turismo com base local, também chamado de turismo endógeno, a ser contextualizado e desenvolvido com todas suas implicações culturais, patrimoniais, sociais e ecológicas. Para começar a entendê-lo deve-se considerar o território como categoria de análise da prática turística com uma perspectiva integradora.

É fundamental insistir que território não é apenas espaço físico, pois a sociedade ao atuar no espaço, incorpora-o à sua própria dinâmica. Ao mesmo tempo em que a sociedade transforma o espaço em território, transforma-se a si mesma, através de um processo dialético (RODRIGUES, 2007, p. 17).

É dessa maneira que o território assume um peso e uma identidade. Especialmente quando se trata não só de uma localidade, mas de uma região, constituindo uma face composta pelo poder econômico e político e/ou pelas manifestações da sociedade. Em tal território, as ações humanas podem fortificar ou enfraquecer a territorialidade se respectivamente para ele for idealizado e posto em prática um planejamento ou deixá-lo ser invadido por interesses apenas econômicos e soluções paliativas.

Na prática turística é possível estabelecer uma distinção entre territórios em rede e individualizados, mas ambos são faces de uma única moeda, pois na maior parte das vezes o global não vive sem a parte e vice-versa. Assim, apresentando uma estrutura complexa, o território reticular une o turismo local ao contexto global, como por exemplo, as redes hoteleiras e operadoras turísticas. Em nível local pode-se construir um território indiferente a essa composição em rede, os quais denominam-se “territórios zonais de resistência”. São territórios que resistiram aos apelos da globalização. “São territórios de abrigo e reclusão, prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ancorada nos princípios de liberdade e autonomia” (RODRIGUES, 2007, p. 19). Estes são os locais propícios ao desenvolvimento do turismo endógeno ou com base local.

O termo “turismo com base local” é relativamente recente, tendo sido utilizado pela primeira vez por Adyr Balastrieri Rodrigues, em 1997, quando se discutiu o tema cientificamente pela primeira vez em um evento intitulado de Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENBTL) realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (RODRIGUES, 2002_a).

O modo de turismo endógeno pode ser conceituado de forma prática e simples como deslocamentos para destinos que não sejam tão comuns e que possibilitem ao turista o desfrute de uma experiência mais intensa, através de uma maior integração com a natureza e a cultura local. Está vinculado a destinos que não estejam “na moda”, fora dos roteiros habituais. Ele se vincula com a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade receptora, com o

desenvolvimento de uma localidade tendo a comunidade como protagonista, conceito a ser desenvolvido na próxima seção.

Nesse modo de turismo, podemos destacar outras características, dentre elas, o planejamento do destino turístico que ocorre de forma participativa, envolvendo setor público, os empresários da região e a comunidade local, uma vez que o desenvolvimento da atividade turística beneficia o destino como um todo, atuando como fonte de renda para a população, empresariado e administração pública - que disporá de mais recursos financeiros para continuar investindo no turismo - e melhorando a qualidade de vida do lugar. Inclusive, procura-se incentivar que os negócios sejam empreendidos por empresários pertencentes à localidade. A oferta turística é desenvolvida de forma a aproveitar os recursos naturais e culturais dos destinos, promovendo, assim, uma forte valorização da natureza e da cultura local. E isso é que se torna o grande chamariz desses destinos, onde os turistas poderão encontrar autenticidade no que vivenciam. Além disso, é constante a preocupação com os impactos sócio-ambientais que o turismo pode ocasionar, pois se busca ao máximo diminuí-los. Portanto, o comprometimento do turista com o ambiente visitado é um preceito fundamental do turismo endógeno (RODRIGUES, 2002_a).

Faz-se necessário salientar ainda que, apesar do planejamento ser uma das características principais do turismo endógeno, existem casos em que esse modelo de turismo acaba se desenvolvendo de maneira espontânea, sem que nenhum planejamento turístico tenha sido pensado. É o caso de localidades pobres, como as favelas brasileiras, áreas de guerra e lugares que sofreram catástrofes naturais. Em todo o mundo, a realidade dessas localidades gera uma enorme curiosidade nas pessoas. No Rio de Janeiro, por exemplo, são muito comuns os *favela tours* ou até mesmo a hospedagem de turistas em casa de moradores nas favelas. Assim, muitos turistas passam a visitar tais locais, interessados em vivenciar um pouco mais a realidade degradante dos mesmos, com o intuito de promover de alguma maneira o bem-estar das populações ou não. Esses lugares tornam-se turísticos, desenvolvendo uma atividade turística com base local, sem que um trabalho de planejamento tenha sido efetuado.

Tendo em vista suas premissas, observa-se que o desenvolvimento do turismo endógeno representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada, que acaba gerando a destruição das singularidades locais. Impede que haja a ruína da paisagem, a degradação do meio ambiente e a descaracterização de culturas tradicionais. Nesse contexto,

pode-se perceber uma relação antagônica entre o Turismo de Massa e o Turismo Endógeno, e de certa maneira, poder-se-ia dizer que o segundo nasceu como resposta aos padrões saturados do primeiro.

Os modelos exógenos como o de massa, optam por endossar os modelos excludentes baseados na exploração turística por grupos de poder econômico, obtendo, por um lado, resultados mais facilmente e, relativamente, em curto prazo. Por outro, a marginalização da população e deterioração dos indicadores sociais; a construção de um produto turístico desprovido de relação com o cotidiano da população local, receptáculo para o turista; padronização dos serviços e aspectos urbanos; descaracterização cultural, impactos negativos. A experiência turística deixa de ser o contato com a realidade local para constituir-se em contato comercial com um espaço "mercadorizado" (OLIVEIRA, 2005, p.12).

Segundo Barreto, o Turismo de Massa é entendido "... conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a demanda para visitação é alta, tem-se um turismo de massa" (BANDUCCI; BARRETO, 2001, p. 18). Sendo assim, o turismo de massa é um modelo que se caracteriza por um turismo em grande escala e pelos deslocamentos para destinos que estejam em voga. Nos destinos de turismo de massa, é comum o planejamento turístico não atentar para a questão da capacidade de carga, a qual, sem dúvida, acarreta diminuição na quantidade de turistas que podem ser recebidos. E este, na maioria das vezes, não é o interesse da classe empresarial ligada à atividade turística, uma vez que ela freqüentemente apresenta uma visão imediatista, sem pensar em longo prazo e sem se preocupar com a sustentabilidade local. Assim, o grande fluxo de turistas termina por exceder a capacidade de carga do lugar, gerando impactos negativos no meio ambiente. Além disso, em geral, a cultura não é vista como parte integrante dos atrativos nesses destinos, por isso os turistas têm muito pouco contato com a realidade local. Cabe mencionar ainda que muito pouco do dinheiro gasto nos destinos turismo de massa efetivamente permanece no local, visto que grande parte das empresas turísticas não é local. Percebe-se, pois, que as características do turismo de massa são totalmente opostas às do turismo endógeno.

Contemporâneo à mesma etapa, o turismo endógeno tem tudo para ser uma alternativa real de oferta turística, devido aos padrões saturados de oferta até então explorados. Pode-se perceber o declínio do interesse pelo turismo de massa, devido toda sua "agitação" e o aumento da procura pelo turismo no meio ecológico e pelo turismo rural. "A tendência tradicional "Sol e Praia" vem sofrendo lenta queda a cada ano em troca da paz no campo ou simples contato com a

natureza, do turismo de aventura praticado no *rafting* ou mesmo nas cachoeiras e trilhas ecológicas, assim como manifestações culturais e gastronomia (OLIVEIRA;ALMEIDA, 2000, p.2). Assim completam essas novas motivações a necessidade de alternativas para geração de renda e melhoria da qualidade de vida, abrindo caminho para as populações ribeirinhas, rurais e sertanejas formando assim o cenário do turismo endógeno.

Certas localidades mais difíceis de acessar e de beleza natural preservada acabam por apresentar tendência a esse modo de turismo e muitas vezes o desenvolvem de forma inconsciente e rudimentar, como é o caso da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, objeto de estudo de caso neste trabalho. A presença de um grupo étnico se une às características naturais privilegiadas, constituindo um forte atrativo. Várias localidades que apresentam essa estrutura já são capazes de desenvolver um produto bem administrado e planejado, capaz de gerar benefícios a uma localidade receptiva e ser uma boa oferta nesse sentido, em contraposição ao turismo massificado ou ao modelo de *resorts*. Exemplo disso é o município de Rio Pardo (Rio Grande do Sul), onde a interação do turismo rural e a presença de uma comunidade étnica alemã desenvolveram economicamente uma zona rural, possibilitando a preservação da identidade cultural e dos recursos naturais (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2000). O turismo sertanejo, envolvendo os sertões de Pernambuco, Ceará e Paraíba também têm oferecido uma opção bem diversa dos roteiros tradicionais para o Nordeste, promovendo o contato com as comunidades rurais, a cultura sertaneja e a paisagem da caatinga (AZEVEDO; OIVER, 2008).

Outro exemplo é a comunidade do Jalapão, local semi-árido do Tocantins, que já estruturou um programa de turismo que recebe executivos em férias em suas próprias casas. Eles aprendem a fazer peças de artesanato típicas, como as cestas de capim-dourado. O capim-dourado é uma espécie típica da região, tão importante que a localidade trocou a atividade econômica da pecuária por ela. As belezas naturais do lugar também ajudam, pois:

[...] na estação seca – o verão, que corresponde, no Jalapão, aos meses de junho e julho–, são numerosos os grupos de turistas de todo o Brasil que enfrentam areia e lama para chegar às principais atrações do lugar: as cachoeiras da Formiga e da Velha, o Fervedouro – pequena nascente de águas cristalinas com fundo de areia e as dunas. (BORGES e FILHO, 2003).

Observa-se assim, que em várias regiões do Brasil as localidades já têm despertado para formas alternativas de turismo, não obstante isso não ser tão divulgado. As miscigenações étnicas além da diversidade de paisagens contribuem e muito para isso.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Antes de relacionar as formas como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento é necessária uma discussão do que seria esse conceito. Este é um passo essencial, uma vez que a idéia de desenvolvimento não é tão isenta de controvérsias quanto se pode imaginar.

Desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de sucesso econômico, embora muitas pessoas achem isso. Especialmente no caso da atividade turística esse pensamento é um erro. Desenvolvimento econômico significa crescimento econômico (medido pelo PIB- Produto Interno Bruto) e modernidade tecnológica quando ambos se estimulam reciprocamente. Porém a história tem mostrado que o desenvolvimento apenas econômico pode ocorrer sem que haja mudança na concentração de renda ou nos indicadores sociais. De forma isenta de carga ideológica conservadora pode-se definir desenvolvimento como “processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade torna-se para seus membros, mais justa e legítima” (SOUZA, 2002, pág 18). O aumento da produção de bens e o desenvolvimento tecnológico são no máximo meios a serviço de uma meta que é a de tornar mais justa uma sociedade. Não se pode fazer uma confusão entre meios e fins como faz a *filosofia do desenvolvimento*, que é atrelada a valores do Ocidente industrializado e urbanizado, originária na Europa Centro - Oriental. Esta filosofia é conveniente apenas para os que dela se beneficiam, encobrimo a perpetuação do modelo capitalista em que uns ganham muito e outros perdem (SOUZA, 2002).

O ângulo pelo qual procura-se ver o desenvolvimento aqui é o sócio-espacial. Atualmente muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêem no turismo um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. Assim, governos nacionais e locais, juntamente com empresários e agentes econômicos assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento do turismo como grande alternativa de política econômica. Porém a expressão

“desenvolvimento local” neste trabalho apresentada abrange muito mais do que somente o aspecto econômico. O desenvolvimento local com base no turismo endógeno é

Compreendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (SOUZA, 2002, p. 18 e 19).

Para Vasquez Barquero pode-se definir o desenvolvimento com base local como um processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhora do bem-estar da população local ou regional. Quando a comunidade local é capaz de liderar esse processo de transformação estrutural, diz-se que está em desenvolvimento local ou endógeno (BARQUERO, 2000).

Desmembrando-se o termo “turismo com base local”, questiona-se o porquê do local, já que um modo de turismo caracteriza-se por um todo e o fenômeno é marcado por influências de diversas áreas do conhecimento. Rodrigues chama atenção para o fato de que:

Deter-se no lugar significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais, na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de grupos similares (RODRIGUES, 2002_a, p. 58).

Depreende-se que Rodrigues esteja se referindo ao planejamento participativo, justamente a hipótese deste trabalho. Ou seja, reunir a comunidade junto ao poder político local, a fim de chegar a um consenso sobre os critérios e objetivos para o desenvolvimento do turismo na região.

O dinamismo que encerra os sistemas locais como ambientes inovadores está subordinado a forças internas e externas e a condições intra e inter regionais, que fortalecem sua densidade interna. Cria-se no seu interior uma economia que se justapõe ao sistema de divisão do trabalho, criando externalidades ao mobilizar novas estruturas econômicas que vão fortalecer o território. Essa reestruturação não decore apenas de mecanismos econômicos, nem de recursos pré-existent, mas de uma formatação própria produzida no meio inovador.

Por estar vinculado a características como melhor distribuição de renda e qualidade de vida, o desenvolvimento local é defendido por autores como Heyn (2003) e Souza (2002), como

novidade social que gera esperança, pois no momento é a única proposta de progresso integral, em nível local, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistematicamente, na condição de sujeito e não simples objeto do progresso.

No que se refere ao elemento metodológico, é importante, para relacionar o turismo com o desenvolvimento, fazer a seguinte pergunta: quem ganha e quem perde com tal atividade? Sob esse aspecto relacionam-se três grupos:

- ❖ A população da área de origem dos turistas: De forma superficial, ela tende nem a ganhar, nem a perder. Se por um lado ela perde dinheiro que os turistas deixam de gastar nela, por outro lado ela pode ganhar com o fato de os turistas realizarem certos impactos negativos quando o turismo não é bem planejado (como degradação ambiental) em outro lugar. Assim se poupa a área de origem deste.
- ❖ Os turistas: Ganham com o turismo, sob o aspecto que este é uma atividade cultural ou de lazer, de uma forma geral.
- ❖ A população da área de destino dos turistas: Depende de quem. Se a área de origem dos turistas é heterogênea sócio-economicamente, a área de destino turístico também é. Na verdade, é muito mais heterogênea e isso fica evidente quando a área de origem é um país de Primeiro Mundo e a área de destino é um país de Terceiro Mundo, onde as disputas socioespaciais são mais graves. Com efeito, alguns grupos e segmentos podem lucrar até com um turismo mais predatório (como o de especulação imobiliária) enquanto outros grupos podem ver-se prejudicados e ter seu acesso a recursos vitais seriamente ameaçados. Assim quanto mais sensível é um grupo, maior tende a ser a sua dependência para com os recursos de base apenas local. Em contraste, os grupos de interesse mais poderosos podem ser mais facilmente indiferentes aos impactos negativos locais de um turismo predatório - seja por disporem de maior capacidade de locomoverem-se, seja por sua facilidade de associarem-se a modelos exógenos operando em nível regional, nacional ou mesmo global. Se o objetivo é mesmo desenvolvimento sustentável em sua totalidade, o fator local e endógeno deve ser preservado e para isso devem-se divisar os objetivos e táticas específicos.

Para aprofundar mais a temática do desenvolvimento local cabe aqui destacar que desses três grupos o foco principal está mesmo na população da área de destino dos turistas, pois:

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio ambiental. Portanto, não se obtém o desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico (ÁVILA *et al* 2000¹, p.23 *apud* HEYN 2003 p.24)

Esse ser humano referido por Ávila é o da comunidade receptora e dentro da proposta endógena, a ele cabe decidir o caminho que quer para si mesmo, se tornando inválido qualquer movimento em sentido contrário a sua vontade. Dessa forma haveria uma transformação no modo como os homens vêm a si mesmos e aos semelhantes, pois por essa filosofia o que importa é os males que atingem a sociedade seriam reduzidos (HEYN, 2003). Assim não é de se admirar que hoje as pessoas estejam lutando para conseguir viver em harmonia com as diferenças. Esse é o elemento agregador no turismo, como consequência do intercâmbio cultural entre os povos.

Assim, o principal objetivo das iniciativas locais (nesse caso considerando os órgãos públicos de planejamento), é o de reforçar a capacidade de uma zona concreta buscar, de forma autônoma sua própria via de desenvolvimento. Cria-se assim, o entorno favorável ao desenvolvimento a partir das características peculiares de cada território. A iniciativa pública deve apenas fazer a comunidade despertar para o que ela possui e que pode ser utilizado como atrativo, mas como isso será feito é decisão da comunidade (HEYN, 2003).

Em todo projeto que vise o desenvolvimento local é necessária a participação de todos os atores do turismo- intervenção pública, iniciativa privada, turistas, no entanto todos devem ser envolvidos na busca do desenvolvimento das comunidades- localidades. A partir daí, deve ser feita a capacitação da população local para o desenvolvimento da riqueza hídrica, da biodiversidade, bem como do patrimônio natural e cultural. Assim esses atores estarão ajudando a comunidade a se autodescobrir, conservar e recuperar sua identidade, o que é a contribuição mais valiosa que o turismo pode gerar (HEYN, 2003).

¹ ÁVILA. Vicente Fideles. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, set., 2000a, p. 63-76.

Melhor explicando o papel dos demais atores que não a comunidade, a participação do agente externo no processo de desenvolvimento local funciona no sentido de “combustível” que aciona o “motor” da comunidade para que ela mesma se torne capaz com o tempo de tracionar o processo garantindo a melhoria das condições de vida, sob os aspectos- social econômico e cultural (BONFIM, 2006). Envolvendo o termo endógeno, presente no tema deste trabalho, Menezes 2004² *apud* BONFIM 2006 explica que:

Este desenvolvimento deve ser endógeno, isto é, de dentro para fora, não excluindo aí a participação do agente externo que mostrará alguns caminhos que poderão ser seguidos, porém, a comunidade deve romper as amarras que a prende a seu *status* de vida para que ela mesma possa agenciar e gerenciar seu próprio desenvolvimento, sabendo discernir o que lhe serve ou não desta contribuição externa (p.30).

Fechando o debate sobre desenvolvimento local aqui exposto coloca-se que a globalização ao contrário do que se possa imaginar atingiu a um ponto tão extremo que agora o mundo passa por um momento de reafirmação de suas bases, calcadas nas comunidades, nos municípios ou seja no local- daí a necessidade de o desenvolvimento ser pontual. O local é onde as coisas acontecem e a filosofia do localismo tem mostrado seu revigoramento (BONFIM, 2006). Por isso quando se aborda o desenvolvimento, deve-se ter em mente a dimensão sócio-espacial, pressupondo que a comunidade deve ter autonomia para se gerir no turismo e a partir disso se mostrar, trabalhando seus atrativos tanto ecológicos como culturais da maneira que julga melhor para si. Elas pertencem ao lugar, e por mais que possam não ter um conhecimento técnico, têm práticas e formas de lidar com o espaço adequadas pois foi a experiência de vida que lhes proporcionou esse conhecimento

2.2.1 Identificação das Variáveis

Não é necessariamente porque está havendo crescimento econômico que essa renda está sendo distribuída em benefício da comunidade e nem se pode garantir que haja respeito à

² MENEZES, F. O. **O município de Bodoquena- MS: uma análise do turismo como instrumento de auxílio para o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado sobre desenvolvimento local). Universidade Católica Dom bosco. Compo grande, 2004.

natureza e à cultura nativas. De fato, classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. Governos nacionais e locais, juntamente com uma considerável parcela de empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento do turismo como grande alternativa de política econômica.

O turismo com base local ou regional constitui-se numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representado pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo.

O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida.

É importante ressaltar que o turismo se bem planejado e controlado pode ajudar a manter e melhorar o meio-ambiente de várias formas (BARBOSA, 2004), tais como:

- ❖ *Preservação de importantes áreas naturais:* O turismo pode ajudar a justificar e a pagar pela preservação de parques naturais, recreações ao ar livre e manutenção de áreas como atrações que de outra forma, podem ser deterioradas ecologicamente.
- ❖ *Preservação de locais históricos e arqueológicos:* O turismo funciona como incentivo para ajudar a pagar pela manutenção de locais históricos e arqueológicos (como atrações para turistas) que, de outra forma, podem ser deteriorados ou até mesmo desaparecer.
- ❖ *Melhorias na qualidade ambiental:* O turismo funciona como incentivo para manter o meio ambiente agradável como um todo, através do controle do ar, da água, da poluição sonora, de problemas com o lixo. Também, pode incentivar a melhoria da estética ambiental por meio de programas de paisagismo, *designs* adequados de construções e melhor manutenção.
- ❖ *Melhoria de infra-estrutura:* A infra-estrutura local de rodovias, sistemas de água e esgoto, telecomunicações e outras podem em geral ser otimizadas através do desenvolvimento do turismo, o que traz benefícios econômicos e ambientais.
- ❖ *Melhorias no meio ambiente:* Embora este seja um benefício mais subjetivo, o desenvolvimento de instalações turísticas bem projetadas pode promover melhorias em

paisagens naturais ou urbanas que, de outra forma, podem apresentar-se tediosas e desinteressantes.

- ❖ *Alternativa de preservação para uma região agrícola em processo de estagnação econômica:* a região agrícola pode estar passando por um processo de estagnação econômica derivado de problemas de mercado ou de desenvolvimento tecnológico. Nessa situação a tendência é a de transformação da agricultura tradicional pela agricultura mecanizada, apoiada em grandes latifúndios. No entanto, algumas fazendas se abrem para o turismo rural e mantêm os métodos tradicionais de produção.
- ❖ *Valorização da cultura típica:* A atividade turística pode atuar como um importante fator de valorização de hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo receptor frente ao processo de globalização, uma vez que este aspecto é fundamental para caracterizar a diferença entre locais e/ou regiões. No aspecto econômico o turismo é capaz de aumentar a receita dos municípios, gerar impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerar ocupação e renda para a população local e redistribuição de renda.

Para finalizar as idéias vinculadas ao turismo endógeno, sugere-se um recorte analítico do território, fundamentando em quatro marcos conceituais, recorrendo à proposta de Boiser (2001) com algumas adaptações para a atividade turística:

Como marco de valor , objetiva-se a prática da democracia, da justiça, da ética e da solidariedade, entendendo o ser humano como sujeito coletivo que vive em sociedade e tem compromissos com seus semelhantes.

Como marco material, coloca-se a distribuição eqüitativa de renda, as condições de pleno emprego com dignidade, o uso de tecnologias de baixo impacto, com incentivo ao resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para atividades de ecoturismo, só para lembrar um tipo de turismo.

Como marco sinérgico, tem-se a questão do planejamento participativo, em que os sujeitos locais engajados numa rede sinérgica de relações estabelecem vínculos de cooperação, solidariedade e ajuda mútua. Além do planejamento, há os aspectos cognitivo, cultural, simbólico, social, cívico, institucional, psicossocial e humano.

Como marco endógeno, há que se valorizar o capital cultural e simbólico como a ciência, a tecnologia, as artes, a religião, entre outros resgatando a memória coletiva e o patrimônio,

valores importantes a serem priorizados nos mais diversos tipos de turismo que o modo endógeno envolve, como o rural, de aventura ou o ecoturismo.

Aqui se introduz um marco extra- o instrumental, onde o turismo seria o instrumento de ingresso econômico, distribuição de renda e emprego, contribuindo para diminuir a discriminação contra as populações mais pobres e desprivilegiadas no país. Vetores como pequenas e médias empresas dentro das comunidades e políticas sociais como de educação na forma de capacitação profissional, contribuiriam para isso.

Possível origem de riqueza e prosperidade, o turismo ao propiciar contatos prolongados entre populações muitas vezes desiguais (em relação à educação, classe social e realidades culturais) poderia e deveria conduzir a um aprendizado mutuamente enriquecedor e desvanecedor de preconceitos. Muitas vezes, tem-se a sensação de que ele serve de ilustração para situações de choque e descaracterização cultural e arrogância etnocêntrica. É por isso que o incentivo ao turismo endógeno com suas variáveis de fortalecimento cultural é muito útil para sociedade. Na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por disparidades e preconceitos, até agravando problemas, passa a contribuir de alguma forma para atenuar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2002).

2.3 LUGAR E NÃO - LUGAR: TURISMO ENDÓGENO X *RESORTS*

Partindo-se do pressuposto de que falar de turismo endógeno implica falar em desenvolvimento não só econômico, mas também social, há que se ressaltar a importância do planejamento turístico que apresente uma visão mais humana que mercadológica da atividade, bem como atribuições de papéis participativos à população local. O caminho é a inclusão da comunidade receptora. Quando se envereda por tal caminho existem chances maiores de se ganhar benefícios para o “lugar” e o preservar. Isso porque o lugar é, em sua essência, fruto de relação humana, visto que se estabelece nas trocas entre espaço e sociedade, mesmo que essas trocas modifiquem a paisagem original. No entanto, constata-se que o destino ideal para o turismo endógeno é o lugar em que se estabelece uma identidade entre a comunidade e o local,

antes da chegada do turista, para que a presença deste não venha a deturpar as suas características originais. Assim a identidade se manifesta por meio de formas de apropriação para a vida. (CARLOS, 1999, p. 28)

Homem e natureza constroem relações sociais que se realizam no plano vivido, formando o que se chama de lugar. Essas relações afiançam uma série de significados que são contados pela história e cultura típicas produzindo uma identidade. É quando o homem se reconhece porque ali vive. O espaço converte-se então em lugar quando ganha uma personalidade. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se conecta inseparavelmente à produção da vida. Como observa Rodrigues:

O lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas de algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiencia. É dotado de concretude porque é particular, único, opondo-se ao universal, de conteúdo abstrato, [...]. Assim o lugar é o referencial da experiência vivido, pleno de significado (2002, p.32).

A percepção e o raciocínio através da experiência compartilhada formam o lugar. O aspecto material e a consciência ultrapassam o sentido físico, interagindo com os objetos e as pessoas. É dessa forma que objetos e lugares podem ser percebidos por meio dos sentidos imaginados ou lembrados. É o que faz o turista ao observar o bairro de Bastille associar que está diante de um símbolo histórico (a Revolução Francesa) que marcou uma época e querer circular pelo badalado bairro francês cheio de espetáculos de dança, óperas e teatros. Daí o uso da expressão lugar turístico. Os lugares turísticos seriam aqueles já apropriados pela prática social do turismo, correspondendo à porção do espaço cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo.

Os lugares turísticos apresentam objetos específicos como meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação e atrativos de lazer. No entanto, o lugar que é dotado primeiramente de identidade, história e costumes mantidos, não se classifica como turístico apenas por apresentar as infra-estruturas anteriormente citadas, afinal muitas localidades as apresentam e isso não as define como lugares turísticos (como as localidades que atendem a viajantes de negócios). O principal elemento que classifica um lugar como turístico é o turista. É a presença daquele que se desloca essencialmente para admirar e desfrutar de um atrativo de uma localidade (Carlos, 1999)

Um dos principais motivadores para o deslocamento do turista é a busca do que é diverso, particular. No caso do turismo endógeno, devido também a fatores de dificuldade de acesso, seria até o exótico, pois na maior parte das vezes trata-se de lugares de natureza preservada e culturas étnicas, mantidas com originalidade, até como fonte de atratividade, tendo como pano de fundo belas paisagens, mas sem ser um espetáculo forçado, apenas para o turista ver. “Isso também parece ser resultado de campanhas nas quais o mito do eterno retorno é reforçado pela mídia, que vem incentivando a busca da natureza, na nova modalidade de turismo hoje muito em voga - o ecoturismo” (RODRIGUES, 1999, p.28). No turismo endógeno, portanto, o lugar turístico está ligado ao sentido mais fiel da expressão lugar, ou seja, diz respeito à vida e seu sentido, marcada, nomeada, com a natureza transformada pela prática social onde se cultiva, caça, pesca ou coleta os produtos de sua subsistência. É produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve em espaço de tempo, seja ela dança, gastronomia ou arquitetura (CARLOS, 1999). Assim, o lugar é único, pois possui história, relações particulares e identidade e esse é o destino do turismo endógeno, que como a própria expressão denota é originário de fatores genuinamente internos.

Sendo o global constituído de lugares, a maior parte do mundo globalizado seria diferente para os indivíduos por causa das diferenças culturais, econômicas, naturais, tornando todos os lugares que apresentassem um ou outro fator desses em destaque, aptos para o turismo. No entanto, a importância que o mundo globalizado, expresso pelas potências econômicas mundiais, dá para certos elementos, cria gostos massificados e mais valorizados pelo turismo. Formam-se então as modalidades do turismo global, lugares estereotipados que na verdade seriam considerados não-lugares.

Dessa forma, o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto das relações de outro lugar (RODRIGUES, 1999). Abstrai-se da cultura local para ali implantar o “espetáculo” de uma outra cultura na maior parte das vezes no modelo padronizado “Sol e Praia”. Para Rodrigues os não-lugares:

São expressos pelos chamados *resorts*, modelos de alojamentos produzidos pelo turismo global, em que as pessoas desfrutam de ambientes absolutamente familiares, onde até e, sobretudo, a alimentação é estandardizada. Um bufê de café da manhã, em qualquer hotel 5 estrelas, das megacadeias hoteleiras mundiais, é exatamente igual em Miami, em Benidorn, em Bangcoc, em Papeete, em Cancún. Afirma-se, sem exagero, que o espaço foi desterritorializado.(RODRIGUES, 1999, p. 31)

Nem mesmo a total edificação e a instalação do hotel dinamizam a economia local, uma vez que se desvinculam de seu entorno. Por exemplo, um *resort* construído na Tailândia pode ser assim concluído: com equipamentos de escritório dos Estados Unidos, de mobiliário da Suécia, de materiais de abastecimento da Austrália (Rodrigues, 1999).

Dentre os mais sofisticados *resorts* do mundo está o Hyatt Regency Waikaloa, no Havaí. Trata-se de um verdadeiro paraíso, composto todo de jardins, de onde se erguem três edifícios com cerca de 1500 apartamentos, várias salas de convenções, uma verdadeira floresta de coqueiros além de duchas, piscinas e cascatas por toda parte. O megaprojeto é de Cristhopher Hommeter, o mestre dos *resorts* da atualidade (RODRIGUES, 1999). Ao falar em Havaí, parece que este “recanto americano”, especialmente a capital, Honolulu, foi toda montada para ser um *resort*, um verdadeiro não-lugar, como se percebe na seguinte descrição:

Em Honolulu tudo é muito bem planejado, o que dá a sensação que se é um ator participando de um filme. Em nenhum outro lugar essa sensação parece ser tão forte. Ao caminhar-se, particularmente pela área dos hotéis, na praia de Waikiki, a sensação de cenário de filme se reforça. Os hotéis, uns ao lado dos outros - como grandes torres fincadas no chão - têm lobbies que se comunicam, pontuados por belíssimos (mas falsos) jardins tropicais, absolutamente simétricos, sem uma única folha caída no chão[....] Outro fato chama bastante atenção - é o *show* de "hula" dançado em cenários cinematográficos com *scripts* bem ensaiados e pausas para fotografias no meio e no final do espetáculo quando os espectadores são convidados a se somarem às dançarinas para tirar fotos, como parte intrínseca do show[...] Por todo lugar se espalhavam barraquinhas onde se podiam comprar artigos típicos distribuídos de forma estratégica no caminho da saída. Tudo perfeitamente organizado, lembrando nossos sonhos de um paraíso tropical (CARLOS, 1999, p. 26 e 27).

Nesse cenário, o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz paisagens ilusórias, vigiadas, controladas sob aparência da liberdade. Honolulu é um dos milhares de exemplos a que podemos recorrer, espaço tido como perfeito exemplo de não-lugar.

Percebe-se que esse modelo dos *resorts* é excludente e além de não envolver economicamente a região - muitas vezes nem com a oferta de empregos, pois a mão-de-obra local não é considerada qualificada -, impede que visitantes e visitados estabeleçam um intercâmbio cultural. Esse modo exógeno é comum no Brasil. Diversas localidades que apresentam vocação natural para o turismo optam por esse modelo, passando a adequar seus territórios aos padrões de consumo das elites nacional e internacional, como a Costa do Sauípe, na Bahia, por exemplo. Inacessível economicamente à maioria dos brasileiros, nem a demanda internacional se interessa tanto, pois devido à distância acaba se tornando mais vantajoso aos europeus ou americanos

desfrutarem de *resorts* nos seus próprios balneários, já que se trata de um modelo padronizado de conforto e atendimento. A rede Club Med, por exemplo, apresenta mais de 100 *villages* ao redor do mundo. Além disso, os espetáculos culturais em *resorts* são muito encenados, o que por si só não justificaria tamanho deslocamento. E em um movimento contrário ao que se poderia imaginar, talvez devido aos altíssimos valores cobrados nos pacotes por tais empreendimentos, segundo o estudo “Raio x da hotelaria brasileira” do Ministério do Turismo, até 2009 serão mais 19 estabelecimentos hoteleiros no formato de *resort* construídos no Brasil. Deste total 10 estarão localizados no Nordeste e os demais no Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. (RAIO X..., 2007). Os investidores da maioria deles não são nem brasileiros e sim portugueses. Ao copiar características de outro local, tais localidades perdem os traços que originaram o fluxo inicial e o turismo tende então a seguir em direção à saturação ambiental e cultural. O turismo endógeno vem, portanto, combater a padronização. Seja cultural, envolvendo itens como arquitetura, culinária, folclore; seja da natureza, sugerindo o contato controlado com áreas preservadas.

O não-lugar diferencia-se do lugar, pelo seu processo de constituição e é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz redomas de lugares através da não-identidade. E ainda, o processo do não-lugar não se encerra nisso, pois também produz comportamentos e modos de apropriação dos lugares (CARLOS, 1999, p.28)

No primeiro caso dá-se o exemplo clássico da Disneylândia, ou ainda Epcot Center, Universal Studios, Downtown de San Diego. Como em um passeio pela Disney, o que importa ali é o trajeto. É ele que dá a sensação do conhecer, no percurso se sucedem imagens do lugar. Para Baudrillard, “o imaginário da Disney não é verdadeiro nem falso: é uma máquina de dissuasão encenada para regenerar no plano oposto a ficção do real: o efeito imaginário esconde que não há mais realidade além como aquém dos limites do perímetro artificial” (BAUDRILLARD³, 1991 *apud* CARLOS, 1999, p.29).

A simulação vai desse modo eliminando quaisquer referências à vida humana. A indústria turística criou um lugar que só existe pela ausência.

É preciso também chamar atenção para o fato de que a indústria do turismo não produz apenas não-lugares, mas também um modo de se apropriar do lugar e fundamentalmente um modo de ver/ estar em determinado lugar, como em Nova York, Paris, Roma ou Buenos Aires.

³ BAUDRILLARD, J. SIMULAÇÕES E SIMULACROS. Lisboa: Relógio D'Água, 199 1.

São os pacotes turísticos que programam e controlam o uso que se impõe sobre um espaço pleno de sentido. É evidente que não se pode dizer que essas cidades sejam redomas, pois é claro que não o são, a idéia central aqui é que o pacote turístico ao controlar e delimitar o turista termina por desvalorizar a identidade do lugar, sua cultura, seu modo de vida banalizando-os, pois forma a não-relação, o distanciamento dado pelo olhar orientado e vigiado que predetermina.

O turista assume uma postura passiva, ele deixa acontecer e se deixa levar por um programa, pelas mãos seguras de um guia. Os pacotes turísticos têm papel importante, pois homogeneizam o comportamento, direcionam a escolha tratando o turista como mero consumidor, delimitam hora, lugar, o que deve ser visto e o que não deve, além do tempo destinado a cada atração num incessante ‘veja tudo depressa para dizer que viu tudo, registre e fotografe’(CARLOS, 1999, p. 29).

Desse modo, o pacote turístico representa a ordem determinada do notar o espaço e tempo na sociedade contemporânea, produzidos por uma racionalidade que apassiva o turista. Isso significa a sujeição do turista ao roteiro da agência, o que faz com que mesmo os chamados "horários livres" acabem sendo despendidos em atividades programadas pelas empresas com custos extras. Existe nesse processo uma ótica exclusivamente economicista. Essa rapidez impede que os olhos desfrutem da extensão da paisagem, "que o caminho que ele segue vai lhe ficar na lembrança com a excitação produzida por lugares novos, atos inabituais" (PROUST⁴, 1986 *apud* CARLOS, 1999). A busca dos lugares se desfaz na pressa. Passa-se em segundos pela história de uma sociedade, que se inscreve no tempo e no espaço. Tudo previsto nos mínimos detalhes propõe um uso do tempo e, com isso, uma forma de apropriação do espaço. “Num autêntico *tour de force*⁵ consentido, os roteiros produzem uma programação que pouco espaço permite à criatividade” (CARLOS, 1999, p.27).

Observa-se então que os não-lugares do mundo globalizado expressos seja em formato de *resorts*, parques temáticos ou pacotes de viagens mostram a indústria turística impondo uma racionalidade que não difere da imposta no cotidiano de trabalho. Por sua vez, o turista acostumado com o dia-a-dia massacrante vê impossibilitado um desejo, o de experimentar, o que permitiria a descoberta dos lugares e da vida em si. Sobre isso observa-se um processo aparentemente impossível: o turista reconhece o lugar, mas não o conhece, o que seria uma

⁴ PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido, vol. 1. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Globo, 1986.

⁵ *Tour de force* é uma expressão de origem francesa que significa grande esforço, proeza, façanha. Por extensão do significado, quer dizer: ação difícil executada com grande habilidade.

experiência muito mais proveitosa para a sociedade, à medida que a destitui de preconceitos, gera admiração e ajuda econômica entre os povos. Esse simulacro é ressaltado por Carlos:

O turismo cria uma idéia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas, mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado, pois os passos são guiados por rotas, ruas preestabelecidas por roteiros de compras, gastronômicos, históricos, virando um ponto de passagem (os passos dos turistas são sempre apressados, aí não se fica, só se deixa passar) (CARLOS, 1999, p. 30).

Ao valorizar o turismo endógeno como um processo inverso ao acima citado, é importante ressaltar a perspectiva cultural, porque é o conhecer que gera respeito, contribuindo para um mundo mais tolerante e pacífico. Afinal, as viagens além de permitirem a integração nacional e a afirmação de valores culturais, ajudam a estreitar os vínculos entre os povos. (ACERENZA, 1991).

Outro aspecto importante que corrobora para a temática de valorização do turismo endógeno *versus* os modelos de não-lugares na atualidade está o papel social que o turismo precisa assumir, destituindo-se dos interesses de grandes grupos econômicos, porém representantes de uma minoria. Especialmente no Brasil, onde as disparidades sócio-econômicas são tão grandes, urge que o setor público comece a atentar para modelos sustentáveis da atividade que aparentemente com menor potencial de retorno econômico, na verdade venham a tornar as localidades palco de re-ações, solidariedades e protagonismos das comunidades receptoras em face de um benefício sócio-econômico próprio, sem intermediários.

Para finalizar essa temática do que seria lugar, como o destino e a paisagem do turismo endógeno, encaixa-se aqui perfeitamente a idéia do urbanista Yázigi na sua explanação do que seria importante ao valorizar o lugar. Para ele o importante é fazer com que as pessoas se apercebam da alma que existe em cada lugar. Isto, porém, só pode ser conseguido por aqueles que respeitam as diferentes manifestações do ser humano (YÁZIGI, 2002).

3 HISTÓRIA E NATUREZA: TURISMO E RESSIGNIFICAÇÃO DA ILHA GRANDE E DA PRAIA DO AVENTUREIRO

Neste capítulo se apresenta a exemplificação de turismo endógeno proposta - Aventureiro. Abordar-se á a situação em que se encontra o turismo na Ilha Grande, tomando como ponto de referência a Vila Abraão em contraponto à Aventureiro. Para essa compreensão serão apresentadas a evolução histórica e a análise geográfica dos locais. Por fim discutir-se á os dilemas territoriais que o turismo e as unidades de conservação impuseram a Aventureiro.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM, HISTÓRIA E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ILHA GRANDE.

A Ilha Grande situa-se no sul do estado do Rio de Janeiro, na baía de mesmo nome e pertence ao município de Angra dos Reis. O local com mais estrutura da Ilha em termos de hospedagem e transporte é a Vila do Abraão, que fica a uma distância de 11 milhas náuticas¹ dos portos do continente. Na Ilha não é permitida a circulação de automóveis, motos ou quaisquer veículos à combustão.

Geograficamente é considerada a maior ilha do estado, com uma área de 193 km². Possui um relevo montanhoso escarpado com muitos topos aguçados, morros, pontões e picos. O mais

¹ Equivalente a 20. 372 km.

alto deles é o Pico da Pedra d'Água , com 1037 metros, seguido pelo Pico do Papagaio com 982 metros (CODIG, 2007).

Segundo dados do projeto RADAM Brasil 1983 (CODIG, 2007), a Ilha Grande localiza-se na parte intrusiva da Serra dos Órgãos, de idade superior a 500 milhões de anos. Pertence ao mesmo grupamento do Morro do Pão - de - Açúcar, Pedra da Gávea e Morro do Sumaré. Seu solo apresenta textura variante de argiloso a médio e possui fases rochosas e não-rochosas. É associado ao latossolo vermelho-amarelo alítico, de moderado à proeminente.

Sendo também uma ilha oceânica, sofre influência marinha acentuada, o que torna o clima local muito aprazível. A maior parte do ano a temperatura fica variando entre 20,1 °C e 26,7 °C. O mês mais quente é fevereiro e o mais frio é julho. Apresenta índice pluviométrico anual alto de 2242 mm, sendo janeiro o mês mais chuvoso e julho o menos chuvoso (CODIG, 2007).

Quanto à hidrografia, por apresentar planícies e terraços fluviais e fluvio - marinhos, ocorrem em seu entorno muitos córregos que descem pelas montanhas, que abastecem as comunidades habitantes das diversas localidades da ilha (FERREIRA, 2004). Os córregos principais são:

- ❖ Araçatiba, Enseada das Estrelas e Abraão que vertem para o norte da ilha.
- ❖ Itapecerica e os do Sul (Parnaióca, Rezingueira e Andorinha) que deságuam para a Costa Sul da ilha.

Os rios de maior representatividade são o Capivari, Matariz, Andorinha e Córrego do Sul. Porém o maior destaque da parte hidrográfica é quantidade de praias da Ilha, algumas oceânicas e outras voltadas para a baía. São mais de 100 praias, além de cabos e enseadas (ILHA GRANDE, 2007_a). Observe o mapa da ilha com as principais praias na figura 1.



Figura 1: Mapa da Ilha Grande.

Fonte: IILHA GRANDE, 2007^a.

Quanto à vegetação, a paisagem é composta por mata atlântica e inicialmente deve ter sido preenchida por uma floresta densa. O que marca essa região é justamente a proximidade entre o ecossistema marinho e o verde da vegetação, que reflete nas águas. No entanto a representatividade da vegetação foi diminuindo ao longo do tempo, inclusive por fatores históricos, pois na Ilha se desenvolveram determinados ciclos econômicos, como a exploração da madeira, cultivo de cana - de- açúcar e café, além de criação de gado. Porém, nada alterou tanto a paisagem da Ilha quanto a ressignificação deste lugar provocada pela atividade turística. Como resultado de todo esse processo, verifica-se que a paisagem apresentada mostra a porção litorânea voltada para o continente com maior impacto e águas mais calmas (ação das águas oceânicas junto à Baía da Ilha Grande menos intensa), o que facilita o acesso, como é o caso de Abraão. De modo contrário, as partes oceânicas até por apresentarem maiores dificuldades de acesso, propiciaram por longo tempo reduzida ocupação, possibilitando uma cobertura florestal mais preservada (FERREIRA, 2004). De forma geral então, pode-se dizer que a vegetação da Ilha faz parte da cobertura remanescente da Mata Atlântica, predominando a área de floresta ambrófila densa (de terras baixas). Em menor proporção, existe as vegetações pioneiras de influência marinha (restinga) e fluvial-marinha (mangue), este último sendo um dos ecossistemas

mais importantes para a manutenção da biodiversidade, exercendo influência direta na pesca econômica da região (CODIG, 2007).

É importante colocar um breve histórico da Ilha para que se possa entender em que condição se deu a entrada do turismo no local e o peso cultural que ela apresenta. Além disso, deve-se identificar quais foram os aspectos intensificadores da atividade, criadores de uma nova ordenação social, econômica e ecológica e até mesmo cultural, filões tão discutidos atualmente ao se falar nesse local.

A exemplo do Rio de Janeiro, que foi batizado em 1º de janeiro de 1502, quando o chefe da primeira expedição exploradora à costa brasileira, o navegador André Gonçalves, supôs ser, a baía da Guanabara, a desembocadura de um grande rio, batizando-a Rio de Janeiro, a baía da Ilha Grande, também foi confundida, pela mesma expedição, em 6 de janeiro do mesmo ano. Julgava-se ser uma enseada, mas ao se aproximar da atual localidade de Angra dos Reis, verificou-se o engano, mas como era Dia de Reis a localidade foi batizada de Angra (enseada) dos Reis (MELLO, 1987).

Após o descobrimento, em 1502, várias expedições exploradoras e aventureiras foram realizadas no litoral brasileiro. Com isso, muitos registros históricos foram manuscritos e falando especificamente da Ilha Grande. A Ilha Grande fazia parte da nação dos índios Tamoios, que se estendia de Cabo Frio (litoral norte do Rio de Janeiro) até as proximidades de Ubatuba (litoral norte de São Paulo), onde fazia fronteira com as terras dos índios Guaianás-Guaranis que habitavam o sul da América do Sul. Já era assim chamada pelos índios Tamoios, que na língua Tupi era Ipaum Guaçu. Ipaum significa Ilha e Guaçu significa Grande. Esse registro deve-se ao aventureiro alemão Hans Staden, que assim o registrou nos mapas publicados em sua obra em 1557. Padre Anchieta, o famoso catequista dos índios brasileiros, também registrou a presença dos Tamoios na Ilha. Segundo Anchieta, eles viviam em aldeias com cerca de seis ocas, totalizando aproximadamente 150 habitantes. Eram valentes guerreiros, ótimos flecheiros, caçadores, pescadores de linha e mergulho e viviam de modo distinto dos outros indígenas do continente, além de terem a sua linguagem também diferente (ILHA GRANDE, 2007_b).

Local muito procurado por navegantes europeus, a Ilha Grande foi palco da História do Brasil. No século XVI era administrada por um governante português. Com o tempo os tamoios foram sendo escravizados pelos portugueses que foram ocupando as aldeias existentes em locais onde hoje temos: Mangaratiba, Ilha da Gipóia (em frente à Angra dos Reis) e Paraty. Porém os

índios tamoios não se conformavam com essa invasão e se deu uma guerra - a Confederação dos Tamoios. Os tamoios ficaram ao lado dos franceses e os portugueses foram ajudados por índios tupiniquins. A extensão dos conflitos abrangia desde o Espírito Santo até São Paulo, mas era Angra dos Reis o principal reduto de resistência dos tamoios, o que atrasou a colonização da Ilha Grande por mais de um século (ILHA GRANDE, 2007_a).

No início do século XIX a Ilha Grande funcionou como um importante entreposto de escravos até a abolição da escravidão. O contrabando de escravos foi feito pelos corsários e piratas ingleses, holandeses e franceses na costa da baía da Ilha. A estadia dos traficantes era de pouca duração. Procedido o desembarque, os escravos eram conduzidos, clandestinamente, para as imediações de Paraty. Já no século XVIII, eram rotineiros os desembarques nas enseadas das Palmas e do Abrão, locais que eram habitados por gente pobre que vivia em palhoças e onde existiam também fazendas que exploravam a mão-de-obra negra. Registros apontam que em 1837, um total de 524 negros foi desembarcado na praia de Dois Rios, onde havia uma grande fazenda. Na primeira metade do século XIX, os portugueses começaram a ser pressionados pelos ingleses a proibirem e combaterem o tráfico de escravos. Os ingleses tinham grande interesse na industrialização, que surgiu com a invenção da máquina a vapor, por James Watt. Com isso, foi intensificada a fiscalização na costa, que não funcionava na prática, pois as autoridades portuguesas tinham interesse econômico no tráfico. Foi quando em 1850, Portugal decidiu cooperar com os ingleses e tornou realmente eficaz o patrulhamento feito nas enseadas de Lopes Mendes, Palmas, Abrão e Estrelas, tendo nesta última, a Marinha mantido um posto avançado (MELLO, 1987).

Os ciclos econômicos da Ilha iniciaram sua colonização. Primeiro a cultura da cana-de-açúcar, de 1725 até 1764. Nesta época houve na Ilha Grande nove engenhos produzindo álcool e açúcar que se situaram na enseada das Estrelas, Freguesia de Sant' Ana - que era um centro de desenvolvimento da Ilha, Matariz, Sítio Forte, praia da Longa, praia de Dois Rios, enseada das Palmas e Abraão. Depois o café, de 1772 até 1890, que chegou a ser exportado para a Europa. Dentre os municípios de Angra dos Reis, somente Mambucaba e a Ilha Grande dedicaram-se à cultura do café; os outros preferiram continuar com a lavoura da cana que chegou a ser exportada para a Europa. Historiadores que visitaram a Ilha na época destacam a fazenda de Dois Rios como uma bela e bem estruturada fazenda, citando que duzentos escravos trabalhavam na lavoura do café. Era notável a boa qualidade da construção dos "baracoons" - senzalas. Embora não

houvesse cais para a atracação de embarcações, a localização da fazenda apresentava todas as condições naturais para proceder à desembarques, sem que houvesse necessidade da construção de cais. Nos séculos XVIII e XIX, os lavradores desmataram grande área para o cultivo da cana de açúcar e posteriormente para a cultura do café. Na segunda metade do século XIX, o declínio do café e o fim do tráfico de escravos geraram a decadência econômica da região. Após a abolição da escravidão, a cultura do café tornou-se inviável. Colaborou para essa decadência a intensificação do contrabando do pau - Brasil. D. Pedro II nesta época visita a Ilha e encantado pelo local adquiriu a Fazenda do Holandês, hoje as Vilas Abraão e de Dois Rios (MELLO, 1987).

Em 1885, na região de Abraão foi construído um Lazareto para servir de centro de triagem para passageiros enfermos que chegavam no país, especialmente com cólera (MELLO, 1987). Para trazer água ao Lazareto foi feito um aqueduto de grandes proporções, cujas ruínas, encobertas pela mata atlântica, compõem hoje uma paisagem de beleza e impacto.

Em 1903 foi construída a colônia penal de Dois Rios que serviu para abrigar pessoas julgadas por crimes comuns. Em 1940 o Lazareto foi outra vez modificado para transformar-se em presídio – a Colônia Penal Cândido Mendes - que recebeu os presos comuns de Dois Rios, afim de que este abrigasse os presos políticos da Segunda Guerra Mundial, que estavam em Fernando de Noronha. Este território havia sido cedido para o governo americano para utilização como base naval. No mesmo ano também, foi iniciada a construção da estrada que liga Abraão a Dois Rios, com a mão-de-obra dos presos comuns. O lazareto abrigou os presos comuns até 1954, quando estes retornaram para Dois Rios que mudou o nome para Cândido Mendes. Após este fato o Lazareto foi demolido, por ordem do então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (MELLO, 1987). A Ilha Grande perdeu aí o seu mais importante patrimônio histórico-cultural. Porém o aqueduto permanece (ILHA GRANDE, 2007_a).

Já o presídio de Dois Rios chegou a abrigar presos políticos do regime militar junto com presos comuns. A essa convivência se atribui a origem do crime organizado no Brasil. A presença do presídio vem a tornar a Ilha famosa por aspectos tão opostos a sua beleza natural e a história do Brasil - Colônia, ou seja, a época da ditadura militar e também o surgimento do crime organizado. É sabido que políticos, espiões, colaboradores de governos estrangeiros e célebres escritores, passaram períodos de sua vida nesta colônia penal. Alguns acabaram estabelecendo-se definitivamente na ilha, outros deixaram para a posteridade, em seus livros, as amargas recordações do cativeiro. Dentre eles Graciliano Ramos e Orígenes Lessa e os revolucionários

Elores Cunha e Agildo Barata. Em 1994 o governo do estado do Rio de Janeiro faz a demolição da maior parte do presídio, porém até hoje suas ruínas podem ser observadas (ILHA GRANDE, 2007_b).

Destaca-se também no histórico da ilha, o ciclo econômico a atividade pesqueira. Na década de 30, iniciou-se o processo de salga de peixes realizado por imigrantes japoneses, embora a introdução do processo tenha sido feita por imigrantes gregos. Na década de 50 a atividade pesqueira vem a substituir a agricultura que diminui. A pesca chega ao auge com as fábricas de sardinha. Até a década de 70 existiam na ilha cerca de dez fábricas de salga de peixe, e de sardinhas prensadas em lata. Foi quando iniciou - se o declínio e várias antigas fábricas foram sendo fechadas. Tal redução da pesca comercial se deu em função de diferentes processos concomitantes e relacionados, tais como: a redução dos mananciais; a criação das unidades de conservação e a expulsão das comunidades nativas pela especulação imobiliária. Em décadas anteriores, essas indústrias eram em número bem maior. Atualmente a pesca vem passando por um período de queda da sua produção devido ao problema específico da presença da pesca predatória realizada por barcos arrastões que nada deixam escapar de suas redes, além de dificuldades na comercialização. Hoje, das diversas comunidades/praias da Ilha, apenas Provetá vive da pesca, sabendo-se que os donos dos barcos também se dedicam ao trabalho com traslado de turistas nas épocas propícias. O declínio da pesca é considerado um dos fatores responsáveis pelo início do desenvolvimento do turismo. Sobre isso destaca Prado:

Muito eloqüentes e expressivas da mudança do eixo econômico da atividade da pesca para o eixo econômico da atividade do turismo na Ilha, são algumas das antigas fábricas de sardinha hoje transformadas em pousadas, que podem ser vistas nas diferentes praias da face da ilha voltada para o continente. Fisicamente adaptados e apropriados a uma nova função, os simpáticos prédios com um padrão arquitetônico todo peculiar indicam concretamente essa passagem: da pesca para o turismo (PRADO, 2003_a, p.3).

Em relação a esse direcionamento para o turismo, deve ser levada em consideração um fato que marcou a história da Ilha Grande, ou seja, a desativação e implosão do presídio Cândido Mendes, localizado na Vila dos Dois Rios, que ali permanecia há quase um século. Esse fato é visto pelos moradores da Ilha como responsável pela grande intensificação da atividade turística. É possível se vislumbrar outros fatores e, portanto pode-se discordar dessa relação exclusiva e

direta (WUNDER, 2000² *apud* PRADO, 2003_a). “No entanto, na visão local existe um consenso sobre tal questão, atribuindo-se à retirada do presídio não só a intensificação do turismo, como também a exposição da Ilha a uma verdadeira ‘invasão’ ” (PRADO, 2003_a, p.3).

Outro episódio importante na história recente da Ilha Grande foi a criação de várias unidades de conservação a partir da década de 70. O objetivo principal foi conservar as florestas e proteger os ecossistemas. Desde essa época decretos e leis criaram diversos tipos de Unidades de Conservação, alguns deles inclusive se sobrepondo (FERREIRA, 2004). São elas as seguintes:

- ❖ Parque Estadual da Ilha Grande - Atualmente com 5600 ha foi criado em 1971, abrangendo inicialmente uma área de 100 000 ha e passando a ter 15000 ha em 1973. Sua área atual foi constituída a partir de 1978, através de sucessivos decretos. O parque é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF. O Parque foi criado para assegurar a preservação dos recursos naturais e o incentivo às atividades turísticas. Entre os pontos de maior interesse turístico estão as Ruínas de Lazareto (Antiga Colônia Penal Cândido Mendes), na Praia Preta. O seu interior é desabitado, e tem como único ponto de penetração a estrada de terra, que liga a Vila do Abraão à Colônia Penal de Dois Rios, área propícia a caminhadas (ILHA GRANDE, 2007_a).
- ❖ Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul - Criada em 1981, possui uma área de 3600 hectares e é subordinada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA. A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e foi criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do Governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas. É a única Reserva do estado que conta com todos os ecossistemas litorâneos (ILHA GRANDE, 2007_a).
- ❖ Área de Proteção Ambiental dos Tamoios – Subordinada à FEEMA, abrange uma área de 20 000 ha. Foi criada com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas. A Parte Insular abrange todas as terras

² WUNDER, Sven. Big Island, green forests and backpackers: land-use and development options on Ilha Grande, Rio de Janeiro State, Brazil. Copenhagen: Centre for Development Research, 2000 (mimeo).

emersas da Ilha Grande e de todas demais ilhas que integram o Município de Angra dos Reis, na baías da Ilha Grande, da Ribeira e da Jacuecanga (ILHA GRANDE, 2007_a).

- ❖ Reserva Biológica da Ilha Grande - Criada por decreto de 1987, não é considerada nem pelos órgãos ambientais, na medida em que além de se sobrepor às outras Unidades de Conservação, está em total desacordo com a legislação, uma vez que esta determina não poder existir nenhum tipo de ocupação humana em uma Reserva Biológica (FERREIRA, 2004).
- ❖ Parque Estadual Marinho do Aventureiro - Criado por decreto estadual em 1990, o parque abrange uma área de 1300 ha e é administrado pela FEEMA. Com o objetivo de resguardar atributos excepcionais da natureza, concilia a proteção da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreacionais e científicos (FERREIRA, 2004).

Por possuir grande quantidade de atrativos naturais, uma extensa parte da Ilha passou a ser protegida pela determinação de unidades de conservação. Justapondo-se a isso a Ilha livrou-se da presença restritiva do presídio em 1994. A partir daí passou a ser observada como se fosse um “oásis ecológico” para ser desfrutado, mas também resguardado. E é nessa noção que se fundou o apelo turístico da região como se observa nos diversos *sites* que se dedicam ao lugar. Ou seja, pelo menos em regra o turismo na Ilha deveria seguir o tipo conhecido como ecoturismo, com contemplação e interação com a natureza até onde fosse permitido pela legislação e consciência de respeito ao meio-ambiente.

Esse é cenário em que a Ilha Grande se apresenta. Nele a cultura nativa teve que aceitar uma economia baseada na pesca para comercialização nas décadas de 30 a 70; a implantação de unidades de conservação impondo uma seqüência de limites em termos da ocupação e uso do território, a partir da década de 70; a presença de presídios e de uma cultura policial, que passou a equacionar-se com a Ilha do final do século XIX até a década de 90. Esse histórico atinge então o advento do turismo, quando então há transformação sócio-econômica significativa na Ilha, principalmente década de 90, ligada com o fim do presídio.

Essa guinada para o turismo é designada por transformação social, porque a “invasão” desta atividade foi intensa e uma tanto descontrolada. Acabou por contrariar os preceitos de preservação. Muito eloqüentes e expressivas da mudança do eixo econômico da atividade da

pesca para o eixo econômico da atividade do turismo na Ilha, são algumas das antigas fábricas de sardinha hoje transformadas em pousadas” (PRADO, 2003_a, p.3). Esta atitude teve como consequência uma mudança do estilo de vida local. Os padrões culturais locais foram atravessados por uma nova lógica econômica, ditada pela introdução do turismo (PRADO, 2003_b).

A repercussão dessa situação ocorreu em vários aspectos da vida na Ilha e foram desencadeando uns os outros. Em um aspecto há sempre uma construção nova na Ilha, indicando nitidamente uma expansão - que abrange ricos e pobres, nativos e não-nativos -, em contrapartida, nas colocações de muitas pessoas de diferentes segmentos sociais, aparece uma preocupação com tal expansão (PRADO, 2003_b). Por trás dessa preocupação estão vários dos fatores listados acima, e outro, é o conhecimento da destruição do próprio objeto de atração, no sentido de que tal quantidade de prédios, vários deles com dois pavimentos, já vêm gradativamente comprometendo a paisagem bucólica da Ilha. Um outro fator é o que liga a idéia da ampliação das possibilidades de hospedagem com a perspectiva do aumento correspondente de visitantes, o que vem ultrapassando os limites que o lugar suporta.

Uma outra preocupação, e que se encadeia com os anteriores, traduz-se na idéia de que "antes era melhor" - que também se pode ler como "no tempo do Presídio era melhor" - com duas conotações principais e igualmente correlacionadas: era melhor porque "era mais seguro", o Presídio garantia a segurança; e era melhor porque "a Ilha era mais Ilha", não entrava nem ficava tanta gente, eram pessoas e costumes só dali (PRADO, 2003_b).

A questão ambiental também é importante, pois nas praias durante o verão é a hora de tudo se vender, alugar, enquanto acúmulo de lixo vai se formando. Os chamados ambulantes, com os quais a fiscalização do Parque e da Prefeitura batem de frente, costumam ir aos lugares onde há mais demanda daquilo que oferecem: água, cerveja, refrigerantes, biscoitos. Tudo para obter lucro com a grande quantidade de pessoas circulando na Ilha (PRADO, 2003_a).

Pode-se aqui fazer uma analogia com os muitos casos de "populações tradicionais" afetadas pela transformação de seus lugares em unidades de conservação, nos quais, para além da perplexidade dos habitantes originais, surge um inescapável conflito de visões e interesses entre estes e o Estado que cobra o cumprimento da legislação. Muitas atividades de subsistência são proibidas, em nome da preservação, quando não é o caso de se quererem tirar as populações do seu habitat.

Nesse contexto de introdução de novo elementos em relação à explosão do turismo que ocorreu na última década na Ilha, a polaridade entre "nativos" e "não-nativos", com todas gradações sob as quais a categoria deve ser considerada (PRADO 2003_a), é um eixo pelo qual parecem passar todas as questões na Ilha e pelo qual certamente terão que passar todas as soluções. Essas gradações envolvem do lado dos não-nativos os turistas tanto os conscientes da importância sustentabilidade ambiental e os não-conscientes, os empresários e o setor público.

É nesse quadro caótico em que se encontra a principal localidade da Ilha como Abraão, no qual o turismo se desenvolveu de súbito sem um planejamento turístico, que se pretende evitar que entre a localidade de Aventureiro a qual ainda não sofreu demasiadamente com os impactos dessa atividade. O quadro histórico em que se introduziu o turismo lá e questões geográficas que levaram a essa situação privilegiada serão desenvolvidos a seguir.

3.2 PAISAGENS E HISTÓRIA DA VILA DO AVENTUREIRO

Nesta parte apresenta-se o contexto geográfico e histórico da Vila do Aventureiro, inclusive com dados coletados *in loco* já que são poucas as pesquisas publicadas sobre esse local. O apêndice B deste trabalho ilustra fotos atuais de Aventureiro para melhor se contextualizar e analisar o local.

3.2.1 As Características Geográficas de Aventureiro

Aventureiro é uma vila de pescadores que fica na parte sudoeste da Ilha Grande. Figura 2. Limita-se entre a Mata Atlântica e o Oceano Atlântico (ILHA GRANDE, 2007_a).



Figura 2: Mapa de localização de Aventureiro.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Os limites geográficos concebidos pelos habitantes são dados pelo mar a leste e a oeste pela Crista da Serra que sobe gradativamente até atingir 464m. A oeste é limitada pela Ponta do Aventureiro e a leste, pelas pedras que a separam da Praia do Sul. Os pontos físicos referenciais mais importantes são a Praia de Provetá, na Ilha (figura 2) e Angra, no continente, como mostra a figura 3 (ILHA GRANDE, 2007_a).



Figura 3: Angra dos Reis, o ponto referencial do continente.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Segundo o site ilhagrande.org³ é classificada como uma das mais lindas praias brasileiras. Agrega uma modesta vila de pescadores (figura 5 do apêndice B) que durante o verão trabalha em torno do turismo. Abriga 54 construções, 42 famílias e um total de aproximadamente 150 a 170 pessoas (ILHA GRANDE, 2007_b). As casas distribuem-se ora na praia, até mesmo rente ao mar, ora nas encostas dos morros. Nas fotos da figura 4 observam-se algumas casas em Aventureiro e na figura 1 do apêndice B. Segundo dados de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, havia 117 habitantes (Agenda 21, 2007). Não possui pousada nem estrutura completa para receber turistas, mas os quintais das casas de moradores foram disponibilizados pelos próprios para a prática de camping, como observa-se na figura 5. No verão é tomada por jovens à procura de esportes que envolvem a natureza como *trekking*⁴, *snorkling*⁵, mergulho e *surfe*.

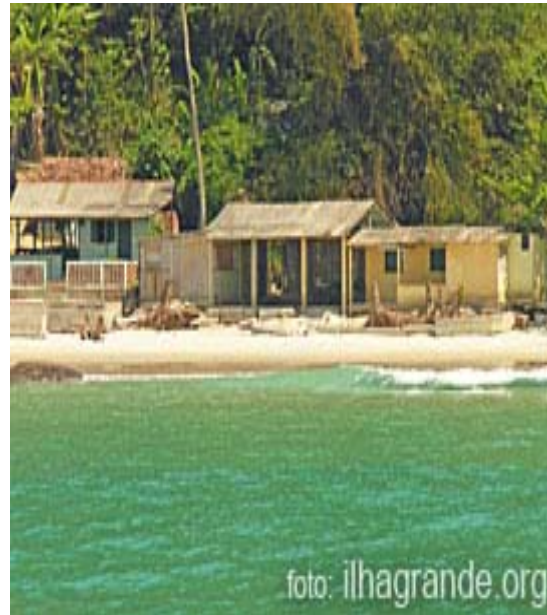
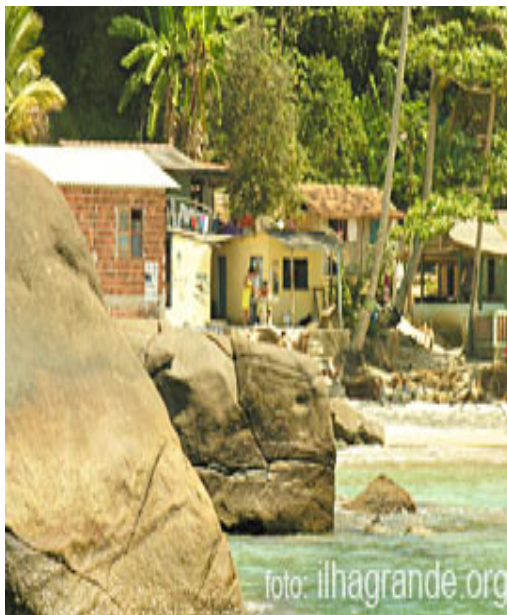


Figura 4: Construções em Aventureiro rente ao mar.
Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a

³ <www.ilhagrande.org>. Acesso em 10 ago. 2007.

⁴ Consiste em percorrer uma trilha pré-estabelecida por uma organização onde os integrantes de equipes recebem uma planilha contendo os trechos a serem seguidos, suas velocidades e distâncias. A velocidade média se encontra em metros por minuto e a distância em metros. Também é conhecido como enduro a pé de regularidade.

⁵ Nadar na superfície do mar com o auxílio de nadadeiras e observar o fundo através de uma máscara e *snorkel* para respirar.



Figura 5: Quintais disponibilizados para camping.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Normalmente, o acesso ao local, é feito a partir do cais Santa Luzia no município de Angra dos Reis. É conhecido como cais do turismo e fica ao lado da delegacia da cidade. De lá saem barcos para o local principalmente nos finais de semana e feriados. O transporte é feito por barcos de pequeno porte, a passagem custa R\$ 30,00 (valor verificado em 15/11/07), tanto para ida quanto para a volta. Atualmente 10 barcos estão cadastrados pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis- TurisAngra, entre eles o do Luiz e o do Mestre Hernani. Na figura 6 observa-se um desses barcos. O trajeto dura cerca de 2 horas e 30 minutos em mar aberto e o trecho considerado mais perigoso estão na altura da praia de Provetá, onde o mar é mais agitado. Assim a praia do aventureiro torna-se um local difícil de acesso, quando o mar está de ressaca. É comum as ondas invadirem o barco. Nessas circunstâncias, o único jeito para se chegar é caminhando a partir da Praia de Provetá, tendo como recompensa a paisagem do mar junto à montanha, característica da região da costa verde. Contando-se com a parte terrestre da viagem o total é de mais de cinco horas de viagem, pois da capital do estado do Rio de Janeiro ao Centro de Angra leva-se duas horas e meia.



Figura 6: Barco cadastrado pela TurisAngra.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Na Ilha Grande foi organizado um mapa em trilhas numeradas de T1 a T16, que estão sinalizadas por placas. A trilha de Provetá a Aventureiro é a trilha T9, como se verifica na Figura 1. É um percurso extremamente pesado até para quem está acostumado a prática do *trekking*, pois trata-se de um trecho íngreme. Assim, o caminho inverso é mais fácil e até mais recomendado como uma forma de lazer e de conhecer a região (ILHA GRANDE, 2007_a). A trilha é sinalizada com placas como mostra a figura 7 do apêndice B. A distância é de 7.000m (ida e volta). O tempo varia entre 4h e 5h (ida e volta)

Com aproximadamente 800 m de extensão, a Praia do Aventureiro apresenta flora e fauna diversificadas, divididas em 3600 hectares de ecossistemas em excelente estado de conservação. A paisagem rica em belezas naturais desenha mirantes e praias contíguas (figura 9 do apêndice B) Como uma moldura para este cenário estão as montanhas em forma de anfiteatro (ILHA GRANDE, 2007_a) Figura 7.



Figura 7: A Praia do Aventureiro.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Quanto à vegetação, o local é dominado por mata atlântica ombrófila densa, constituindo-se em um importante ecossistema devido sua biodiversidade aquática e terrestre. Essa cobertura é conhecida também como floresta pluvial tropical. É caracterizada por lianas lenhosas e epífitas⁶ em abundância, o que a diferencia de outras classes de formação vegetal. Porém, sua característica ecológica principal reside nos ambientes ombrófilos densos⁷ que marcam as regiões florísticas florestais (AMBIENTE BRASIL, 2008). As temperaturas médias são de 25° C e os altos índices de precipitação são bem distribuídos ao longo do ano. Nessas condições, ela pode recobrir diferentes associações pedológicas, ou seja, formações de solo. Dentre as espécies vegetais raras destacam-se as orquídeas *Sophronitis Cernua*, *Miltonea Spectabilis* e *Catleya roxa* (FLOR E ENCANTO, 2008). Figura 8.



Figura 8: *Catleya roxa*, *Miltonea Spectabilis* e *Sophronitis C.*
Fonte: FLOR E ENCANTO, 2008.

Além da praia do Aventureiro em si, na vila existem duas lagoas em meio a um mangue habitadas por lontras, tainhas, robalos e camarões. Essas lagoas são abastecidas pelo Rio Capivari que deságua no mar entre duas praias próximas - a Leste e a Sul (ILHA GRANDE_a, 2008). É ligada à praia do sul por uma pequena praia, a praia do Demo. Observam-se essas praias do Sul e do Leste no mapa geral da Ilha. Elas são consideradas uma das áreas de restinga mais preservadas do Brasil.

⁶ As **epífitas** ou **lianas** crescem sobre outras plantas, usando-as como suporte. São exemplos de epífitas muitas bromélias, certos cactos e muitas orquídeas. O maracujazeiro e o chuchuzeiro são lianas também. Já a videira ou parreira (planta que produz a uva) é uma liana lenhosa, pois produz líquido.

⁷ Refere-se à floresta ombrófila densa, formação clímax que ocorre em regiões detentoras de características bioclimáticas de curto período seco (de 0 a 2 meses) e temperaturas acima de 25 °C. Essa formação é constituída de árvores com alturas variando entre 20 e 30 metros, com troncos retos e bem encorpados que representam os estratos dominantes e co-dominantes.

Dentre os atrativos turísticos naturais da região, há o coqueiro deitado, como é conhecido pelos turistas que visitam o local. Estampado em revistas, mídias publicitárias e sites sobre a Ilha Grande ele se tornou o símbolo de Aventureiro, como mostra a figura 9. A figura 11 do apêndice B também ilustra essa paisagem.



Figura 9: O coqueiro deitado.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

Mas não é apenas por riquezas e belezas naturais que o lugar se destaca. Seu histórico confunde-se com o da própria Ilha quanto aos ciclos econômicos, tendo explorado a madeira, a cana-de-açúcar, o café e a criação de gado e ainda destaca-se por descobertas pré-históricas. Em Aventureiro encontram-se sítios arqueológicos com mais de 3000 anos, com sambaquis⁸ e oficinas líticas⁹. Lá índios fabricavam suas lanças e instrumentos de caça e pesca. Uma

⁸ Sambaquis (do tupi *tamba'ki*; literalmente "monte de conchas") são depósitos criados pelo Homem constituídos por materiais orgânicos, calcários, empilhados ao longo do tempo e sofrendo a ação da intempérie, que acaba por promover uma fossilização química, pois a chuva deforma as estruturas dos moluscos e dos ossos enterrados, difundindo o cálcio em toda a estrutura e petrificando os detritos e ossadas porventura ali existentes. São comuns em todo o litoral do Atlântico

⁹ As oficinas líticas, também chamadas de estações líticas ou brunidores, são vestígios deixados pelos indivíduos pré-históricos que se utilizavam do diabásio (rocha basáltica) e mais raramente do granito para afiarem e polirem seus instrumentos de pedra. Com a adição de areia e água, o utensílio era atritado contra a superfície de uma rocha. Resultante deste processo formou-se na rocha suporte uma série de depressões que registraram esta atividade no decorrer dos milênios.

curiosidade foi o encontro de um esqueleto pré-histórico de um indivíduo masculino que possuía 1.80m de altura (BERNA, 2008).

3.2.2 Registros Históricos Locais

Na visita técnica feita ao local, procurou-se ouvir o relato de moradores que se interessam por fatos históricos, sociais e da infra-estrutura do local e forneceram algumas informações e curiosidades. Segundo um morador não nativo que reside há muitos anos em Aventureiro, já foram feitas escavações na região com a participação dos próprios moradores . Nelas foram achados instrumentos rústicos como machadinhas e objetos similares de mais de 500 anos. Essas peças foram encaminhadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição científica mais antiga do país e maior museu de antropologia da América Latina. Encontram-se na seção de Arqueologia e Etnologia Indígena e Brasileira (MUSEU NACIONAL, 2008).

Na história mais recente destaca-se a comunidade que habita a região e é chamada pelos historiadores de “Povo do Aventureiro”. Atropologicamente se classifica como caiçara, como conceitua o Centro de Estudos Caiçaras (CEC) da Universidade de São Paulo:

As comunidades caiçaras são fruto da miscigenação entre os indígenas, colonizadores portugueses e negros, ocupando áreas situadas entre o sul do litoral paranaense e o sul do litoral fluminense. Essas comunidades têm um modo de vida particular que associa a pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo vegetal, tendo desenvolvido tecnologias patrimoniais, um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vive, danças, músicas e um vocabulário de uso local (CEC, 2008).

Vivendo quase sempre isolados, como acontece em Aventureiro, em região de praias, florestas, lagoas e rios sem infra-estrutura sofisticada, os caiçaras tiveram que se adaptar ao meio ao longo de várias gerações. Dessa adaptação resultou seu jeito próprio de lidar com os recursos naturais, garantindo a sua preservação. Essa idéia não vem da consciência ecológica moderna, mas é um instituto para a própria sobrevivência da comunidade. Por exemplo, em Aventureiro não há geração de luz elétrica. Apenas alguns moradores dispõem de geradores e mesmo assim apenas durante parte do dia. Assim, para conservação de alimentos, a natureza se faz em sua

geladeira, já que não usufruem de recursos de eletricidade. Se a natureza não for cuidada de forma adequada não haverá alimentos. Esse é o mesmo caso da pesca. Se não se preocuparem com a poluição, não terão fácil acesso à alimentação, pois se trata de uma comunidade isolada, apenas com um pequeno comércio informal baseado na comunidade (BERNA, 2007). Visualiza-se nativa de Aventureiro e casa caiçara na foto 10 a seguir:



Figura 10: Mulher caiçara em sua casa.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_{a..}

A tradição da comunidade é transmitida pela prática cotidiana, exemplos e oralidades. Existem poucos registros escritos sobre Aventureiro. Ao pesquisar na localidade é necessário saber abordar a comunidade de forma simples e se envolver em conversas a fim de descobrir o seu passado, suas origens e eventos curiosos sobre os quais antropólogos e ambientalistas dão sua interpretação, mas que podem ser diferentes da ótica da população local. Por meio de formulários aplicados à população, a serem abordados no capítulo 4 deste trabalho, buscou-se identificar como eles vêem sua situação e as mudanças que julgam necessárias na vida da comunidade, especialmente para a prática do turismo. Este é um modelo participativo a ser desenvolvido para este local nesse trabalho e que integra o conceito de turismo endógeno. Neste modo o turismo passa a ser o principal vetor de apropriação e reapropriação de um dado território pelas comunidades locais, onde as mesmas passam a assumir o poder do ponto de vista geopolítico e estratégico, porém a comunidade recebe uma orientação técnica (RODRIGUES, 2003).

Alguns aspectos histórico-culturais que envolvem esse povo foram retirados de um documento sem título e sem data precisa, elaborado pela Fundação Estadual de Engenharia do

Meio Ambiente do Rio de Janeiro - FEEMA e fornecido por um morador do local, o conhecido “vovô”. Trata-se de um registro histórico. Nele aborda-se sobre o mar, a natureza, a pesca, assalariada, a roça e a família, relatando um pouco do seu passado e apesar de não se saber a data, supõe-se pela descrição das atividades ele tenha sido elaborado antes do crescimento do turismo e da criação das unidades de conservação, pois estas propiciaram várias limitações no modo de vida. Em uma análise sucinta (RELATÓRIO FEEMA, [1980]), destacam-se a seguir alguns tópicos desse documento.

Moradores de uma ilha, o povo do Aventureiro está cercado pelo mar. As casas distribuíram-se ao longo da praia com o passar do tempo, algumas estão mais próximas ao mar e outras no morro mais atrás. De qualquer forma, têm sua porta da frente voltada para o mar que entra de maneira decisiva no pensar e no viver de cada um. No Aventureiro, a percepção da variação do dia e da noite é dada pela posição do sol e pelo fluxo da maré. As fases do ano são o inverno e o verão, onde o mais importante não é a temperatura, mas a pluviosidade e os ventos com a sua influência na corrente marinha. Através do mar é que os moradores percebem as estações do ano. No inverno, o mar é violento e as correntes marinhas trazem os peixes como a tainha permitindo a atividade pesqueira e é nesse caso quando se realizam os arrastos da tainha, essenciais para a auto-identificação da comunidade. No verão (outubro a março), o mar é mais manso, além dos peixes serem outros além da tainha.

Na época de “mar grosso”, o acesso à praia de aventureiro é feito somente por terra, ou seja, a caminho de Provetá. Acentua-se a definição de espaço pequeno, ilhado. Nessa época o isolamento é maior e as dificuldades de contato com outros locais são muitas. Em resumo: no inverno os espaços diminuem e no verão aumentam. Vê-se que o mar isola, mas em outros casos conecta.

Quanto à pesca em Aventureiro, relata-se ter sido desenvolvida de diversas formas: pesca de linha, a de rede de espera e de arrasto. A primeira é realizada individualmente em qualquer dia. A de rede de espera é feita colocando-se a rede à noite e retirando-a no dia seguinte com o produto. Nesse caso, a possibilidade de realização prende-se à posse de rede (só três a quatro no Aventureiro). Essa pescaria local é muito limitada pelo mar que às vezes não permite a saída de canoas ou lançamento de redes. O arrasto é a única modalidade de pesca local que congrega toda a comunidade. Consiste no lançamento sobre o cardume localizado por um membro da comunidade chamado de espia. A rede é lançada pelos melhores especialistas locais e o resto da

comunidade aguarda na praia para puxar a rede. É um momento de congregação quando todos saem de suas casas e misturam-se na praia formando um grupo unido, onde todos trabalham para todos, ganhando uma porcentagem dos peixes.

A pesca assalariada é descrita como tendo sido realizada por 16 barcos, mas não se identifica o período. Esses barcos empregam homens maiores de idade, alguns alterando a data de nascimento para atuar. Os limites dessa pesca passam a ser Cabo Frio ao norte e a fronteira com o Uruguai ao Sul. Os pescadores recebem como pagamento porcentagem do obtido na pesca como mão de obra. O lucro é dividido em três partes: duas para o dono do barco e uma a ser dividida entre os empregados, diferentemente conforme o cargo dentro do barco. Os moradores mantêm esse vínculo empregatício a maior parte do ano, desembarcando nos meses de dezembro a fevereiro e reiniciando em março. Alguns preferem simplesmente parar na época de pesca fraca e dedicar-se a roças familiares que ficam sob os cuidados das mulheres e das filhas. Vivem nessa época principalmente do dinheiro acumulado. Apesar da oscilação da atividade pesqueira, a família, cujo homem é embarcado apresenta melhor situação financeira.

A agricultura familiar, chamada de roça é relatada junto com a expansão das casas e das famílias. A maioria das casas encontra-se nas partes baixas das encostas circundantes. São casas pequenas com uma pequena sala, geralmente com dois quartos e uma grande cozinha com fogão à lenha. Na maioria das vezes, o fogão à lenha situa-se em uma cozinha separada, funcionando como um prolongamento da cozinha interna, pois a cozinha é a parte mais utilizada da casa tanto pela família quanto pelas visitas. Em algumas casas há banheiro interno. Quando não, fica no quintal. Os homens tomam banho em bica e as mulheres e crianças banham-se em bacias de água quente, que colocam na meia-água do fogão à lenha. Algumas casas também possuem uma pequena casa de farinha onde a família inteira prepara e torra a mandioca.

Ocorrendo casamento, em grande parte dentre os próprios moradores do Aventureiro, a rede de afins torna-se extremamente ampla e os novos parentescos criam-se a cada casamento. Alguns casamentos dão-se entre rapazes do Aventureiro e moças de fora, conhecidas ou parentes. A grande maioria é da própria Ilha. Geralmente o casal vai morar junto com os pais do noivo na em casa construída no terreno da família do homem. Quando a família da mulher possui melhores condições se estabelece a uxirilocalidade.

Os casamentos se fazem em Araçatiba, praia próxima. Quando coincide o dia de um casamento com um dia santo, os noivos pedem para receber como sobrenome o dia consagrado.

Por exemplo, se o casamento se dá em dia de Reis, pedem para ter o sobrenome “dos Reis”. Muitas pessoas são conhecidas por apelido, fato mais comum entre os homens, como o simpático “Vovô”, marido de Dona Lúcia. As mulheres são conhecidas pelo nome do marido, por exemplo, Benedita viúva de Chico é conhecida como “Dita de Chico”.

São essenciais para consubstanciar a família, os filhos e a roça. Em Aventureiro são 17 roças. Situam-se nas encostas dos morros circundantes, a maioria próxima às praias e outras em regiões declinantes. Cultiva-se mandioca, feijão, milho, cana e banana. Porém, destaca-se que a mandioca é dominante em todas as roças. A tecnologia utilizada é a típica para agricultura de subsistência. A queima é largamente utilizada para a limpeza do terreno. A técnica é restrita ao uso do enxadão e foice, não sendo utilizada mecanização de qualquer espécie. A natureza dos produtos cultivados prescinde do uso de agrotóxicos, com exceção da utilização de formicidas de iscas para combater saúvas.

Sendo a maioria dos cultivos de ciclo anual, o preparo do terreno é feito em ciclos delimitados. Há uma constante mudança do local da roça no sentido de obter terrenos menos esgotados. A redução da fertilidade do solo deve-se à exportação de nutrientes pelas colheitas como também à erosão. De fato, a declividade parece ser fator principal na perda do solo agrícola. Não foram observados trabalhos de contenção de erosão.

O trabalho da roça é considerado uma atividade feminina e a pesca, masculina. Há apenas duas famílias que vivem da roça. A produção da mandioca é principal porque a farinha é feita várias vezes por mês. A família mantém coberta a mandioca que é trazida em sacos para o quintal, próximo à casa de farinha. No mesmo dia, ela é descascada e ralada. Depois é prensada no tipiti (em frente à casa de farinha) onde fica durante a noite. Na manhã seguinte, a mandioca é levada para o interior da casa de farinha onde é torrada num grande tacho de metal sobre um forno à lenha. Essa etapa demora, às vezes, um dia todo. Na casa das famílias que vivem da roça esse trabalho é feito por todos, inclusive pelos homens.

As famílias que não vivem somente da roça pescam, vendem coco em Provetá, fazem reformas de casa etc. A roça é característica da família nuclear. Assim, cada casal ao ter sua casa e seus filhos, tem, também, sua roça. Enquanto nos cultivos em geral, as famílias não se ajudam, no caso da mandioca, a colaboração é mais intensa. Cunhados e irmãos deslocam-se de suas casas para ajudar. Mesmo porque nem toda casa possui uma casa de farinha.

A farinha e outros produtos são na maioria dos casos, utilizados para consumo próprio. No caso das duas famílias que subsistem da roça, a quantidade de farinha produzida é muito maior e ela é vendida em Provetá e dependendo do volume, até em Angra. Para negociá-la em Angra, reúnem-se então outros interessados e contratam um barco para a viagem de ida e volta.

Idas ao continente são comuns. Há sempre cuidado de questionar quem necessita viajar e conforme o número de interessados, o dia da viagem é marcado.

Ainda em relação à roça ela é vista como algo que vem sofrendo uma diminuição acentuada na sua importância qualitativa e quantitativa, cuja razão é atribuída à pesca assalariada. A roça levaria a uma fixação dos homens, enquanto a pesca assalariada em “outros mares” o levaria embora. Observa-se isso no depoimento de um morador: “Enquanto não aparecia esse negócio de emprego (pesca assalariada) aqui todo mundo vivia da lavoura. E algum peixinho que matava aí. Aqui o mais importante era a lavoura: feijão, milho, mandioca. De tudo se plantava e de tudo se tinha” (RELATÓRIO FEEMA, [1980]).

Essa idéia de decadência é então transposta para a comunidade de Aventureiro como um todo: um passado rico e povoado, tendendo a um futuro inexistente, já que estaria havendo um êxodo do local, atribuído ao advento da pesca de traineira em oposição ao trabalho na roça e à falta de recursos de Aventureiro. Além disso, o êxodo ocorreria quando um indivíduo tivesse condições financeiras, ou seja, a falta de dinheiro seria um fator limitante.

No entanto, observa-se que as razões de permanência no local não são simplesmente econômicas. Há muito, muito mais: um forte sentimento de comunhão, pertencimento e identificação. Como se observa em outros depoimentos:

“Aqui no nosso lugar, aqui no Aventureiro que nós moramos, se a senhora fizer dinheiro a senhora come. Mas nem que a senhora não ganhe, a senhora come perfeitamente. Fui nascido, fui criado. A minha geração foi nascida, foi criada. Nunca abandonaremos esse lugar. Não senhora”. [...]“ É melhor ta no lugar da gente, do que no lugar dos outros” (RELATÓRIO FEEMA, [1980]).

A partir da análise desse documento observa-se uma comunidade unida, que valoriza a família, o “compradrinhamento” e a ajuda mútua para sobreviverem. Porém, sem verificar a sua dinâmica, o povo tenderia a reduzir-se, já que o êxodo, proporcionando uma mudança das condições de vida seria o desejo de grande parte.

O discurso dirigido à FEEMA, identifica o povo do Aventureiro como uma comunidade de pescadores e a roça como uma atividade em decadência. O próprio povo se via assim. O discurso foi dirigido a um grupo de fora. Assim, ao defender a pesca em oposição à roça, enfatiza a unidade em oposição a segmentação. Ou seja, a pesca local funciona como um elemento de identificação do povo como um todo. É através dela que a comunidade começa a trabalhar em conjunto com o grupo. As várias famílias decompõem-se entre si, mas por outro lado compõem-se de modo a formar um grupo único que separa o povo local do resto, não pertencente ao local.

Já a roça, segmenta-se. Ela é legitimadora dos grupos familiares. Nesse contexto, a roça então, longe de ser uma atividade em decadência, é essencial para a formação das unidades de um grupo social. Isso explica o fato de todos terem uma roça, mesmo com produção irrisória. E a pesca forma a identidade do grupo. Ambas são importantes. A pesca está associada à sociedade e a roça à natureza, da mesma forma que o homem é considerado o ser social por excelência e a mulher o ser natural, pois é através dela que se formam novas famílias, que há a divisão. O esquema utilizado pelo Relatório FEEMA [1980] ilustra essa caracterização:

Sociedade	Natureza
Homem	Mulher
Pesca	Roça

A praia é o espaço onde se dá a representação da sociedade. É lá que se realiza a pesca e é feita a festa da Santa Cruz, importante identificador do Povo. Nessa festa, assim como no arrasto da tainha, o povo sai de suas casas e se mistura formando uma unidade, colocando-se como um grupo católico em oposição a Provetá – cuja maioria é protestante. A parte social da festa está relacionada ao homem e a esfera religiosa à mulher. Esse modelo em muito se assemelha ao modelo de sociedade primitiva indígena.

Tratando-se da questão do êxodo, por que ele não se concretiza? Mais do que uma casa, terra e roça, neste lugar os moradores são reconhecidos, identificam-se, formam um grupo. Mas o relato à FEEMA defende a mudança, pois ela é vista como uma entidade com poderes de modificar suas vidas, retirar seus bens. Estabelece-se uma relação paternalista em que os habitantes adotam uma posição de inferioridade e pobreza em relação à entidade. É a maneira

encontrada para reverter a situação. Através da pseudo-inferiorização, eles afastam a ameaça de retirada de seus bens.

Depreende-se que até o momento analisado o Povo do Aventureiro não está em extinção e não deseja realmente mudar. Depende sim, dos seus valores de grupo para viver e se reproduzir, valores relacionados ao próprio local, às festas, atividades econômicas e laços afetivos. Apesar de todas as mudanças, naturais na história de um local, envolvendo economia, sociedade, o Povo de Aventureiro permanece e tem profunda consciência de sua identidade e importância como grupo único e, portanto diferente, como visto no depoimento de moradores. Essa é a situação observada até o marco da criação das unidades de conservação e da entrada da atividade turística.

3.3 TURISMO E REDEFINIÇÃO TERRITORIAL DE AVENTUREIRO: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para configurar a atual situação social, cultural, ecológica e econômica e o desenvolvimento do turismo em Aventureiro, é necessário abordar a formação das unidades de conservação na área. São elas a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

3.3.1 As Implicações da Definição da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro

A fim de proteger importantes trechos de Mata Atlântica e ecossistemas associados, como restinga e manguezal, além de representativos sítios arqueológicos existentes no local, em 2 de dezembro de 1981, pelo decreto nº 4972 (anexo a), foi criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul na parte sudoeste da Ilha Grande, pertencente ao município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, que passou a ser administrada FEEMA. “Essa reserva, entretanto, inseriu

dentro de seus limites a praia do Aventureiro, habitada por uma população caiçara há mais de 300 anos” (VILLAÇA *et al*, 2006, p.3).

Antes da decisão da criação da Reserva, já tinham sido feitas tentativas para se definir uma reserva biológica ou uma estação ecológica nas praias do Sul e do Leste e arredores. Em 1978 foi sugerida a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul no Relatório sobre a Situação Florestal da Região do Litoral Sul, produzido pela Divisão de Avaliação e Orientação Ecológica - DIVEC –FEEMA. No mesmo ano foi colocada à Subcomissão de Parques e Reservas (Comissão de Preservação Ambiental) uma proposta para que o 1º Simpósio Nacional de Ecologia enviasse à Secretaria Especial de Meio Ambiente- SEMA sugestão sobre a definição da Estação Ecológica das Praias do Sul e do Leste, por serem áreas que abrigavam população descendente de comunidade primitiva e não pertencentes ao Parque Estadual da Ilha Grande (FERREIRA, 2004). Entende-se assim que a instituição da reserva resultou de um longo processo e não fora uma decisão arbitrária a despeito das críticas referentes à sua inadequação à área. Foram fatores preponderantes para a criação de uma unidade de conservação, os interesses imobiliários em algumas áreas da Ilha Grande e o grande crescimento do turismo na região sul fluminense, principalmente após inauguração da rodovia BR –101, em 1975. Pelo fato de o turismo na Ilha encontrar entraves ao seu desenvolvimento na época, pela existência do atualmente extinto presídio de segurança máxima, essas pressões turísticas e imobiliárias reivindicaram a transferência do Instituto Penal Cândido Mendes para outro local, ou mesmo sua extinção, o que vinha encontrando eco no governo estadual (FERREIRA, 2004). Ou seja, a instituição de uma unidade de conservação ao invés do peso da imagem sombria de um presídio valorizaria economicamente o local com tantos atrativos turísticos naturais.

Em se tratando de pesquisas técnicas, em 1979, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, aprovou um projeto de ocupação turística e loteamento de parte da Praia do Sul. Foi inclusive aberto um caminho de dez metros de largura, que atravessava o cordão de restinga, provavelmente com o objetivo de fazer um levantamento topográfico, para depois proceder ao loteamento. O assunto foi estudado pela FEEMA e levado à Comissão Estadual de Controle Ambiental- CECA, na tentativa de controlar a especulação imobiliária. Além disso, o Plano de Ação Anual da FEEMA (PLANAF) de 1980 previu centenas de atividades a serem estudadas, visando solucionar problemas ambientais a curto, médio e longo prazos. Os projetos 09.0102.01 e 09.01.02.03, integrantes do PLANAF, tiveram como finalidade a preservação das Praias do Sul e

do Leste na Ilha Grande, com a criação da Reserva Biológica, dando continuidade a uma meta do PLANAF de 1978. O estudo específico para a criação da reserva, se deu efetivamente quando foi feita uma pesquisa detalhada sobre a caracterização dos ecossistemas da área e um levantamento dos seus componentes de flora e fauna do local pela FEEMA no final da década de 70 (MACIEL *et al*, 1980¹⁰ *apud* FERREIRA, 2004).

No momento em que a equipe que estudava a possibilidade de uma outra unidade de conservação na Ilha chegou na área onde hoje se encontra a Reserva, a localidade, segundo a equipe, estava desabitada. Excetuava-se uma pequena faixa de areia - a Praia do Aventureiro - local na época ocupado por cerca de 30 famílias não muito numerosas. Uma delas, descendente de um sargento da Força Expedicionária Brasileira - FEB, Antônio Osório, possessor, foi a que acolheu a equipe exploradora. Essa família vivia quase inteiramente do plantio de mandioca e praticava também a pesca. A percepção desse grupo desconsiderou que muitas destas áreas tidas por eles como desabitadas poderiam fazer parte do espaço de vida dessa população (DIEGUES, 1996). O ponto de vista social não foi observado, o que veio a gerar o quadro de impasses e contradições legislativas que até hoje se estende no local, constituindo barreiras para seu desenvolvimento.

Como resposta da pesquisa de caracterização da área foi constatado tratar-se do último conjunto de ecossistemas do litoral do Estado do Rio de Janeiro, a reunir restinga (praia, anteduna, dunas fixas e alagados), manguezal, litoral rochoso e mata de encosta, com vegetação ainda em bom estado de preservação. Assim, é a única Reserva do estado que conta com todos os ecossistemas litorâneos. Aproximadamente metade da área do parque está coberta com a densa Mata Atlântica preservando muitas espécies da flora e fauna local, inclusive papagaios, pica-paus, saracuras, macacos, tatus, pacas e cobras. A vegetação é muito rica devido à faixa de mata atlântica preservada. Há uma variedade de samambaias e bromélias, e árvores como ipês e quaresmeiras. Podem-se encontrar manguezais imensos nas divisas. Dentro da Reserva correm as águas do único rio do Estado do Rio de Janeiro que não sofre nenhuma interferência humana desde sua nascente até sua foz: o rio Capivari (ILHA GRANDE, 2007_a). Esses fatores ambientais foram decisivos para justificar a implantação da Reserva no Aventureiro.

¹⁰ MACIEL, Norma Crud et al; Araújo, Dorothy Sue Dunn & Magnanini, Alceo, A situação dos ecossistemas da Praia do Sul e do Leste, na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, RJ, com vistas à preservação, FEEMA, RJ, 1980.

Na área da reserva, foram também encontradas, durante os trabalhos de campo, três jazidas pré-históricas para polimento de armas e ferramentas de pedra (MACIEL *et al*, 1980). Os primeiros vestígios da presença humana na Reserva Biológica da Praia do Sul datam de 3.000 anos, segundo testes feitos a partir de um esqueleto encontrado na área da reserva. Outros testes com o esqueleto identificaram-no como um exímio mergulhador, além de um remador robusto (ILHA GRANDE, 2007_a). Além desses, outros fatores históricos foram levantados, como a ocupação por atividade agro-pastoril, nos fins do século XIX e início do século XX. “Existiram no local as fazendas Capivari, Grande, Cachoeira Grande, do Leste e do Fidélis, que ocupavam o anfiteatro das praias do Leste e do Sul, existindo ainda hoje ruínas destas fazendas no meio da mata” (FERREIRA, 2004). As áreas das fazendas estão desabitadas, na verdade desde a pesquisa da FEEMA. Segundo relatos de morador durante a visita técnica feita ao local, a fazenda Capivari ficava na Praia Leste e produzia cacau, café e cana.

De todo esse processo de pesquisa, resultou-se que a Reserva engloba terras delimitadas à sudoeste da Ilha Grande, voltada para o Oceano Atlântico. Na figura 10 do apêndice B apresenta-se vista dela. São 34 km² abrangendo desde a ponta do Drago até a Parnaióca, passando pelas praias do Aventureiro, do Sul e do Leste e estendendo-se até a vertente das montanhas (observar o mapa da figura 12). A praia de Leste e a de Sul são quase uma mesma praia, apenas separadas por uma pequena ilha, conhecida como Ilhote. Um canal faz a comunicação das águas das Lagoas de Sul e Leste com o mar, como observa-se na figura 11:



Figura 11: Praias do Sul e do Leste, o ilhote e o canal que as ligam as lagoas do Sul e do Leste.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a

Reserva Biológica é uma das primeiras categorias de unidade de conservação existentes no Brasil. Citada no Código Florestal de 1965 e depois na Lei de Proteção à Fauna, em 1967, as reservas biológicas foram definidas como áreas em que eram proibidas a utilização, a perseguição, a caça e a apanha ou mesmo a introdução de quaisquer espécimes de flora e de fauna, tanto silvestres quanto domésticas. Eram também proibidas quaisquer modificações do meio ambiente. Poderiam ocorrer atividades científicas desde que devidamente autorizadas pela autoridade competente (URBAN, 1998¹¹ apud Ferreira, 2004).

Após a aprovação e regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, o conceito de Reserva Biológica ficou estabelecido como:

Art 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta, ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (SNUC,2000).

Assim, reserva biológica é a categoria de unidade de conservação quase totalmente proibitiva quanto à presença humana em seu interior, não admitindo habitantes em sua área e nem mesmo visitantes que não sejam estritamente motivados pela pesquisa científica tornando, portanto, ilegal a permanência de moradores nessa área. Por esse motivo, no momento de criação da reserva no Aventureiro, foi prevista a retirada da população nativa, que seria transferida para Angra, coisa que não ocorreu, por decisão da própria FEEMA, como relatado no documento sobre Aventureiro:

A reserva foi criada ali sem um trabalho de informação ou de consulta à população local, que além de ficar em uma posição de ilegalidade, teve seu modo de vida tradicional ameaçado pela legislação. Desde 1981 até os dias de hoje, essa população foi levada a conviver com tal situação de ilegalidade e a tutela do órgão ambiental, o que também impediu a chegada de serviços públicos como luz elétrica e telefone, além de outras benfeitorias que sempre esbarraram na legislação ambiental (VILLAÇA *et al*, 2006, p.2).

Os limites da unidade ainda continuam os mesmos da época de sua criação: da Ponta da Escada a Oeste até a Ponta de Tacunduba a Leste, sendo o ponto mais alto o Pico do Leste, com

¹¹ URBAN, Teresa. **Saudade do Matão**: relembando a história da natureza no Brasil. Paraná: Editora UFPR, 1998

cerca de 920m de altitude, na Serra do Papagaio (sendo representada pela área da figura 12). A reserva tem seu território delimitado por placas indicativas como ilustra a figura 4 do apêndice B). Como já comentado, dentro de sua área encontram-se a praia do Aventureiro e os morros circundantes, onde vivia há cerca de 150 anos uma população de agricultores e pescadores. É curioso observar, que mesmo sendo proibida qualquer tipo de intervenção humana em reserva biológica, desde sua antiga conceituação, os seus criadores incluíram a Vila em sua área. As informações coletadas com base na tradição oral da população do Aventureiro revelaram que os nomes de rios e morros eram associados aos nomes das pessoas, das famílias e às roças que se distribuíam pela região, o que atesta a estreita ligação daquela população com seu meio ambiente (FERREIRA, 2004). Estes fatos denotam que, apesar do conhecimento sobre a população que ali vivia e sobre a sua intensa ligação com o ambiente, a concepção de natureza e de conservação que motivaram a criação da Reserva ignoraram a existência desta população.



Figura 12: Mapa de localização da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e do Parque Marinho do Aventureiro.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

O impulso decisivo do turismo em Aventureiro foi justamente após a criação da reserva biológica. Segundo Ferreira (2004) foi quando os moradores viram suas atividades de subsistência comprometidas por uma série de restrições (pesca de arrasto e o extrativismo vegetal, por exemplo) e ao mesmo tempo a localidade passou a chamar mais atenção de turistas em busca do “paraíso ecológico preservado”, por ser tratar de uma reserva. Foi então que os moradores aproveitaram a oportunidade para ter o turismo como fonte de renda, colocando à disposição suas próprias casas e os quintais (em formato de *camping*) como hospedagem, uma

vez que os limites legislativos de ser uma reserva e a falta de conhecimento técnico impediriam a formação de meios de hospedagem tradicionais. Portanto, lá ainda não chegou o *trade*. De qualquer forma, a questão legislativa (estar em área de reserva ambiental da FEEMA), gerou uma grande transformação na vida da comunidade local e o turismo antes da implantação de um plano de carga levou a muitos choques sociais entre “visitantes e visitados”. Na percepção prática dos moradores, eles não puderam mais “cortar barranco, retirar pedras e areia da praia e levantar novas construções”, como relatou responsável da FEEMA, Deise Benevides, por ocasião da visita ao local.

Esse cenário de sucessivas mudanças econômicas e legislativas é propício para que se observe que, apesar do isolamento em que sempre viveram os moradores do Aventureiro, houve muitas adaptações aos grandes ciclos econômicos vividos na região e a implantação das unidades de conservação. Este dado contribui para que não se crie a imagem de uma população cristalizada e imune à passagem do tempo. Existe, portanto, um risco em atribuir categorias ou rótulos que não contemplem essas mudanças, que são incorporadas à vida cotidiana dos moradores, como demonstram os estudos mais recentes realizados no local (COSTA, 2004). Entre os ciclos econômicos mais recentes, citados por moradores em entrevistas, destacam-se os seguintes: trabalho na construção da Rodovia Rio-Santos; trabalho na pesca embarcada a partir dos anos 60; trabalho de pesca para as fábricas de sardinha que funcionavam na Ilha Grande até os anos 70 e; mais recentemente, o turismo. Esses dados são importantes, pois demonstram que as pessoas do local, embora tenham mantido formas tradicionais de trabalho como a roça e a pesca, sempre precisaram de trabalho externo e mantiveram contato com os mercados das cidades e com empregos que surgiam de acordo com a conjuntura econômica. Estudos demonstram que uma das características dos povos litorâneos do sudeste-sul brasileiro é sua capacidade de adaptação e de inovação e que, também, seu isolamento é relativo (VILLAÇA *et al*, 2006, p. 3)

A outra unidade de conservação presente na Vila do Aventureiro é o Parque Marinho do Aventureiro, visualizado na figura 12 junto à reserva. Foi criado pelo Decreto Estadual Nº 15 983, de 27 de novembro de 1990, com o objetivo de preservar atributos excepcionais da natureza, compatibilizando-os com usos voltados para educação ambiental, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica. Seus limites são: a partir da Ponta do Drago, prosseguindo no sentido nordeste, pela linha de costa, até encontrar a Ponta do Aventureiro. Desse ponto prossegue em sentido horário até o ponto mais a sudoeste - Ponta de Tacunduba, incluindo costões rochosos,

matacões e a elevação existente na desembocadura das lagoas do Leste e do Sul e as praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste (DECRETO ESTADUAL Nº 15 983, 27/11/90).

Entende-se que a criação do Parque tenha como objetivo regular as atividades marítimas adjacentes. Entretanto, cabe observar que a legislação do Parque, na medida em que prevê a pesca artesanal e o turismo ecológico, vai contra a legislação da Reserva, conforme observa Ferreira: “A pesca artesanal, permitida pelo decreto de criação do Parque, supõe a existência de uma população radicada na região que possua esse elemento em sua cultura, o que não é permitido pela Reserva” (2004, p.30).

Segundo relato de moradores, obtido na visita técnica, o parque encontra-se fora de fiscalização, pois barcos vindos do Sul do país contratam moradores de outras regiões da Ilha para praticarem a pesca industrial, o que pela legislação de parque também é muito agressiva à natureza.

As unidades de conservação criadas em Aventureiro, ao contrário dos objetivos iniciais que deveriam alcançar, como proteger total ou pelo menos parcialmente a natureza, acabaram por não cumprir exatamente o que propunham. Apesar de não mais serem praticadas atividades como extrativismo, pesca de arrasto, roça e serem levantadas novas casas como define a legislação de reserva, a comunidade permaneceu lá, e forçada a encontrar uma alternativa de sobrevivência encontrou no turismo desenvolvido de modo rústico uma saída. Isso de início gerou inúmeras implicações negativas para o local.

O quadro do turismo sem nenhuma espécie de planejamento foi evoluindo de tal forma que se tornou muito predatório e fugiu do controle dos nativos de Aventureiro. Até o final de 2006, a praia chegou a receber seis mil pessoas. No carnaval daquele ano, o *camping*, que era totalmente irregular no local desde a criação da reserva passou a ser reprimido por uma força-tarefa formada pela prefeitura de Angra, policiais militares do batalhão florestal e a Capitania dos Portos. Após um processo judicial, a prefeitura desmontou cerca de 30 barracas e as mais de 200 pessoas acampadas foram removidas até o continente em embarcações alugadas. Essa iniciativa fazia parte do projeto Angra Legal, o qual atuou não só em Aventureiro, mas também em outras praias da Ilha, como Palmas. As áreas foram preparadas para *campings* clandestinos. Os locais foram descobertos ocasionalmente durante um voo de helicóptero do lado sul da ilha, quando os fiscais viram pessoas correndo no meio do mato. Por causa da copa das árvores, não dava para

ver a área desmatada. Foram feitas incursões por terra, com apoio do helicóptero, para localizar desmatamentos e estranhos que estavam agindo na mata (ILHA GRANDE, 2007_a).

Posteriormente, tentando tornar menos contraditória a presença da comunidade em uma reserva e adequá-la a essa situação, foi desenvolvido um estudo para verificar a opinião da população e levantar a capacidade de carga para organizar o turismo e tentar preservar a qualidade de vida da comunidade. Foi implementado o plano de carga na praia de Aventureiro em comum acordo com a Prefeitura de Angra, Ministério Público do Estado do Rio, a Procuradoria Geral do Estado do Rio, a FEEMA e a Associação de Moradores local.

Um trabalho realizado para o Departamento de Geografia da UERJ, pela geógrafa Najara Proença Marques, apoiou a limitação de visitantes na Ilha. O levantamento, feito a partir de entrevistas em campo revelou que 63% dos nativos queriam o controle da carga de turistas para evitar a degradação causada pela superlotação. Quem não trabalhava com o turismo, em geral concordou porque pensava que o visitante trazia degradação. E, quem trabalhava, muitas vezes acreditou que a restrição elevaria o nível do turismo e, por isso, os recursos aumentariam (ILHA GRANDE, 2007_a).

Como resultado do plano de carga, um Termo de Compromisso foi assinado no dia 26 de dezembro de 2006. O termo encontra-se no anexo B. Nele ficou acordado que a área destinada ao *camping* seria permitida apenas para 560 pessoas por dia e o número de *campings* em 18 no máximo. Os turistas seriam identificados com pulseiras e um código de barras e, na chegada, seriam recepcionados pela associação de moradores, tudo para que o controle fosse rigoroso e permanente (ILHA GRANDE, 2007_a). Na visita técnica constatou-se que isso realmente acontece, pois quem vai a Aventureiro, é obrigado a se cadastrar anteriormente na TurisAngra, preenchendo uma ficha (anexo C) onde consta a identificação do turista e sua origem, período de permanência, *camping* de destino, embarcação condutora. Já no Cais as pessoas apresentam a ficha e neste momento se recebe uma pulseira de plástico (anexo C) para que a pessoa seja identificada como “hóspede” do local. Com ela os fiscais da TurisAngra no cais, identificam que o turista tem permissão e libera o seu embarque.

Também, de acordo com o termo assinado, a comunidade representada pelo presidente da Associação de Moradores comprometeu-se em respeitar os limites da reserva biológica, orientar visitantes e turistas sobre as restrições ambientais do local e submeter à aprovação prévia da FEEMA e da Prefeitura o desenvolvimento da atividade comercial de *camping*.

Logo após descer no píer (figura 8 do apêndice B) o turista caminha por uma ponte (foto 12 do apêndice B) que dá em um caminho estreito com subidas pavimentado, e na entrada da praia se depara logo com um quiosque da Associação de Moradores (figura 6 no apêndice B), onde paga taxa para acesso ou permanência, a exemplo do que é praticado no também destino ecoturístico de Fernando de Noronha, em Pernambuco. O valor da taxa, é de R\$ 5,00 por dia. Durante a pesquisa não se obteve a explicação de qual seria o destino desse recurso especificamente. No mesmo quiosque se paga diária dos *campings* ou do quarto alugado, que depois é repassada ao respectivo responsável. O preço da diária do *camping* era de R\$ 10,00 por pessoa e dos quartos era de R\$ 30,00. Esses valores das diárias e da taxa de permanência foram verificados, na pesquisa de campo, em 15/11/07.

A Prefeitura espera montar uma estrutura no desembarque em Aventureiro e de outras praias freqüentadas por turistas para controlar e taxar o acesso à ilha. A idéia seria promover uma licitação para comprar leitores óticos de códigos de barras das fichas de registro que facilitariam a contagem de visitantes no desembarque da ilha (ILHA GRANDE, 2007_a). No entanto, verificou-se que na prática isso ainda não acontece e alguns turistas chegam à praia sem a identificação a partir de trilhas, especialmente de Provetá ou em barcos de passeio. Antes da instituição da capacidade de carga era pior. Iates paravam na praia com música alta, incomodando a vida bucólica dos moradores. Na ocasião da visita técnica foi encontrado um grupo de turistas alemães que chegaram a praia por trilha. Nesses casos, somente poder-se-ia contar com a atuação dos donos dos próprios *campings* que negariam a hospedagem. No entanto, teme-se que isso possa ocorrer com freqüência em feriados longos como carnaval, e que o limite de carga seja desrespeitado. Daí, a importância de implantar uma fiscalização maior na área.

Com a introdução desse novo quadro, pós-reserva, grande parte dos caiçaras parou de plantar e vários estão abandonando a pesca para se dedicar exclusivamente ao turismo. Encontrase aí um primeiro fator desvinculante cultural trazido pela reserva, considerado negativo pelos pilares do turismo endógeno. Como já mencionado, são 18 *campings*, além de sete moradores que alugam quartos de suas próprias casas, o que representa um grande número de construções da área sendo disponibilizados para o turismo diretamente. Esse é quadro representativo somado ao de outros moradores que têm pequenos comércios de bares (figura 13) e restaurantes (figura 2 do apêndice B) exclusivamente para atender turistas. Entre os *campings* mais procurados estão os que possuem gerador e oferecem alimentação no local.



Figura13: Bar no Aventureiro.
Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

3.3.2 O Modelo de Turismo em Aventureiro em Oposição à ao Modelo da Vila do Abraão

É importante comparar a situação territorial de Aventureiro com a da Ilha Grande em geral para identificar as diferenças de redefinição das duas áreas. Aventureiro se modificou socialmente e ecologicamente com a reserva e o turismo. Porém não se pode cair na tentação de generalizar incluindo-o no caso do restante da Ilha, especialmente Abraão. São muitos os trabalhos científicos que debatem o modelo de turismo Ilha Grande. Muitos dizem que a atividade cresceu a partir da década de 90, quando da desativação e implosão do presídio Instituto Penal Cândido Mendes, situado na Vila dos Dois Rios, datado de 1903. A Vila do Abraão é que mais representa este fato. Nesse local chegam e saem as barcas de passageiros, vindos de Mangaratiba e Angra dos Reis. A Ilha é vista pelos moradores e antigos freqüentadores como exposta, invadida. “Há o caso dos caiçaras que são expulsos das diferentes praias pela especulação imobiliária e há também o caso dos que ficaram e tentaram adaptar-se a nova situação” (PRADO, 2003_a, p. 3). Esta última é a posição dos nativos de Aventureiro, pois muitos defendem o turismo como uma alternativa para sua subsistência. No entanto, até lá não chegaram os empreendimentos turísticos. Diferentemente do que ocorreu em Abraão “que representa aquilo que as outras comunidades da Ilha não querem ser” (PRADO, 2003_a, p. 4). Lá é que se hospeda ou passa a maioria dos turistas que visita a Ilha, onde a implantação do turismo ocorreu

totalmente sem planejamento e por conta disso, segundo Prado, se exacerba o problema de infraestrutura durante a alta-temporada:

Os chamados ambulantes, com os quais fiscalização da Prefeitura vivem a lutar, essa é a hora deles; postam-se nos lugares onde há mais demanda daquilo que oferecem: água, cerveja, refrigerantes, biscoitos ... para matar a sede e a fome de tanta gente perambulando na Ilha no calor de janeiro; imagine-se no Carnaval. Também na parte do comércio estabelecido tendem a desrespeitar os regulamentos quando, por exemplo, avançam sobre os espaços da rua com suas mesas e cadeiras. Há discórdia quanto ao barulho da música até tarde em lugares de diversão mais afastados do centro e próximos de pousadas que pretendem o sossego para seus hóspedes. Também os barqueiros de passeio podem se desentender pelo desrespeito de alguns aos acordos do grupo. A impressão que se tem é de que todos estão disputando com todos, em face de regras que não funcionam e de pactos que não se consegue fazer ou sustentar (2003^a, p.5).

A falta de planejamento prejudica o meio-ambiente e cria conflitos sociais em torno de moradores, empresários, turistas e Associações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas em torno de uma mobilização para salvar a Ilha. Mas o conflito surge quando da questão para quem e para que salvar. Em Aventureiro é um tanto diferente, pois o impulso do turismo foi justamente após a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, ou seja, mais de 10 anos antes da implosão do presídio. Porém, mesmo o despertar para o turismo em Aventureiro tendo sido anterior a Abraão, pela questão do modelo máximo restritivo de reserva, pela dificuldade de acesso e até mesmo pela comunidade ser mais fechada, o turismo que até lá se desenvolveu foi bem menos predatório. Em Abraão houve uma avalanche de construções. Os apelos comerciais para o turismo fizeram com que ele se desenvolvesse de forma brusca e o meio ambiente sentiu o impacto.

Sendo em grande parte considerada como área de proteção ambiental e uma vez liberada da sombria e restritiva presença do Presídio, a Ilha Grande, do ponto de vista dos turistas, passou a ser representada pela idéia de ser usufruída, mas também preservada. Naturalmente que é nessa idéia que se funda o apelo turístico para o lugar, como se observam nos *sites* a respeito da Ilha. O turismo aí, portanto, só poderia ser o que se entende como ecoturismo. No entanto, Abraão cai na armadilha do turismo de massa sem planejamento, desperdiçando seu potencial, como aborda Prado:

Mas, a exemplo de outros casos conhecidos de "paraísos" rotulados ou não como ecológicos, (dos quais talvez Búzios, no Estado do Rio, e a região de Porto Seguro, na

Bahia, sejam dos mais notórios), isso pode significar uma incongruência, o mesmo se podendo dizer da pretensão de se juntar turismo com preservação - no sentido de que, não havendo o delicado controle e o planejamento que a situação demanda, o que acaba acontecendo é a destruição do objeto de atração e/ ou de preservação (2003_a, p.3).

Aos poucos a população foi tendo uma percepção diversa desta realidade de aparente desenvolvimento. O aumento dos meios de hospedagem foi relacionado ao aumento correspondente de visitantes, que o lugar "não suporta". Outro fator ainda preocupante, e que se encadeia com o anterior, é simbolizado pela idéia de que "antes e era melhor" - que também se pode ler como "no tempo do Presídio era melhor" - com duas conotações principais e igualmente correlacionadas: era melhor porque "era mais seguro", o Presídio garantia; e era melhor porque "a Ilha era mais Ilha", não entrava nem ficava tanta gente, eram pessoas e costumes só dali. A idéia de que "no tempo do Presídio era melhor" é como uma vinheta, ou uma pontuação que se ouve todo o tempo entre os moradores da área de Abraão, com esse mesmo sentido da segurança que consideram que aquela instituição penal plantada ali oferecia (PRADO, 2003_a). Assim, o que se diz, em última análise, é que o Presídio garantia não só a ordem e a segurança como também a preservação da Ilha, que não era tão assediada.

A “explosão” do turismo na Ilha Grande se caracteriza, então, pelo fenômeno do turismo de massa característico do século XX, inserido dentro de uma relação de produção e consumo, descrito por Urry (1999, p.66) como “uma ilusão que destrói os próprios lugares visitados”. Segundo esse autor, tal fato acontece porque o espaço geográfico é uma fonte estritamente limitada. Neste caso, é importante refletir sobre a valorização do espaço, promovida pelo turismo. Valorização que tem favorecido a reapropriação do espaço pelos setores economicamente privilegiados da sociedade: classes altas e empreendimentos comerciais (BANDUCCI; BARRETTO, 2000). Daí a explicação de que com o tempo a população nativa de certa forma passa a reavaliar a atividade turística e até mesmo rejeitá-la. Cria-se uma situação ambígua, pois ao mesmo tempo em que a população se emprega no turismo, vê-se invadida socialmente por ele. Esse fator é reforçado por Luchiari (2000), quando coloca que construção de espaços turísticos tem favorecido a formação de uma nova elite local, a intensificação da especulação imobiliária e uma revalorização seletiva do uso do solo urbano, no caso da Vila do Abraão.

Dos anos 80 para cá, em decorrência sobretudo da implantação e da pavimentação da BR-101 (Rio–Santos), a atividade turística passou a modelar a paisagem, a acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária, a mudar o perfil demográfico com o incrementomigratório,e, somado às políticas de preservação dos recursos naturais , passou também a ser responsável pelo processo de marginalização, ou mesmo expulsão, das comunidades caiçaras (LUCIARI, 2000, p. 136).

A Ilha Grande reúne as mesmas características de várias outras localidades estudadas em relação à “chegada” do turismo: a imagem paradisíaca, o contexto de unidade de conservação ambiental, o apelo ecológico. É o caso das ilhas do litoral paulista ou, especificamente, de Ilha Bela. Esses casos semelhantes remetem a um confronto de saberes e de lógicas: uma ruptura com os modos anteriores de vida, pesqueira e camponesa. Tal realidade significou a imposição de uma outra lógica na dinâmica socioambiental e cultural da Ilha Grande. Conforme detalha o esquema de Prado (2003_b):

DINÂMICA SÓCIO-AMBIENTAL E CULTURAL DA ILHA GRANDE
1. mudanças drásticas na ocupação do território e no uso dos recursos naturais:
a. proibições e interdições no caso de áreas protegidas; b. deslocamento dos nativos de seus locais originais (expulsão,internalização, segregação espacial).
2. Destruição do objeto de atração
a. especulação imobiliária; b. densificação e excessos de todo tipo (gente, demandas, serviços, construções); c. problemas de infra-estrutura; d. problemas de regulamentação; e.“o lugar não é mais aquele”.
3. Ambigüidade em relação ao turismo
a. perplexidade da população nativa; b. é bom– é a vocação do lugar, traz divisas; c. é ruim– sentimento de invasão (o mal que vem de fora).
4. Conflitos/confrontos de interesses e valores entre grupos diversos
a. diversos segmentos disputando espaço econômico, político,social, cultural.

DINÂMICA SÓCIO AMBIENTAL E CULTURAL DA ILHA GRANDE
b. nativos X não nativos – marginalização dos nativos disputa por território e trabalho com os novos moradores(empregados e empresários do turismo) – disputa de valores

Figura 14: Dinâmica sócio-ambiental e cultural da Ilha Grande.

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados de PRADO,2003_b.

A despeito do choque cultural inicial, com o passar do tempo, os nativos se adaptaram a nova situação e tentam tirar o máximo proveito do turismo. A grande importância do turismo para a Vila do Abraão é validada pelos moradores do local, reunidos durante a Primeira Reunião no Abraão com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis -PMAR para Revisão do Plano Diretor da Ilha Grande, realizada em 13 de abril de 2007. Eles declararam que atualmente não existe alternativa como fonte de trabalho e renda local além do turismo. Consideram, no entanto, que o atual modelo de turismo “é desigual e predatório” e que existe a necessidade de introduzir a população no processo de qualificação profissional para atuar na área. Os relatos também revelam que o turismo é uma realidade, porém, que este se introduziu e se estabelece sem planejamento (MENDONÇA, 2008).

Em Aventureiro ainda não chegaram os “empresários do turismo”. O *trade* desenvolveu seus projetos em Abraão, de forma não-sustentável e esta é uma ameaça da qual Aventureiro deve se afastar. Porém de qualquer forma, a questão legislativa (estar em área de reserva ambiental da FEEMA), ao mesmo tempo em que proibiu grandes invasões como a que ocorrera em Abraão, chegou a provocar transformações na vida da comunidade local. Porém a mudança foi apenas uma alternativa de sobrevivência e como tal, não se observa a ganância capitalista encontrada em Abraão. O povo do Aventureiro guarda as marcas dos seus referenciais culturais ao mesmo tempo em que dialoga com o mundo contemporâneo, representado pelos valores ecológicos e pelo turismo.

Para finalizar essa contextualização Sobre Aventureiro e Ilha Grande, Ferreira corrobora com este pensamento quando coloca:

Neste sentido, procuro analisar a expansão do turismo na Ilha Grande, contrapondo-a ao processo específico do Aventureiro [...] pelo fato de estar associado a uma unidade de

conservação tão restritiva como reserva biológica, e pela dificuldade de acesso somada à coesão interna deste grupo que, apesar das transformações pelas quais tem passado, parece se manter configurou-se uma especificidade nessa localidade que em muito difere do contexto geral da Ilha, apontando possibilidades de inovação. Neste contexto, a intervenção cuidadosa de políticas públicas preocupadas em respeitar e considerar as questões sócio-culturais relativas ao grupo e dispostas a construir um conjunto com ele criaria um projeto conservacionista inclusivo (FERREIRA, 2004, p.104)

Observa-se então que Aventureiro encontra-se preservada da invasão do turismo não sustentável e assim indica mais uma condição favorável para ser planejado em um modo de turismo que valorize as características intrínsecas de cultura e atrativos naturais.

3.3.3 A Reterritorialização da Vila do Aventureiro

Para identificar transformações com o advento das unidades de conservação, é preciso em primeiro lugar definir o campo do que se está chamando de território. O território é o resultado de um trabalho humano, enquanto o espaço é simplesmente uma combinação de forças e ações mecânicas, físicas, químicas e orgânicas. Portanto, o território é uma reordenação do espaço e é marcado pelas relações de poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993). Nessa perspectiva, certos elementos do território são materiais, outros são imateriais ou simbólicos. Para a comunidade local, o território remete ao sentimento de pertencimento e à noção de lugar, ao local das práticas cotidianas, da luta pela sobrevivência, do afeto, podendo ser ou não a terra natal. Haesbaert (2004) explica que em uma visão cultural(ista) o território prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas. É visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço.

No Aventureiro, até a criação da Reserva Biológica, a comunidade vivia exclusivamente da atividade agrícola e da pesca. Seu território dividia-se entre as roças que subiam os morros e o mar. Estes eram os principais espaços associados as suas práticas tradicionais, como se observou na seção 3.2 deste trabalho.

A partir da Reserva e depois com o Parque Estadual Marinho, foram trazidas para estes espaços novas visões sobre eles, gerando novos territórios. Pode-se considerar que houve uma retração do território nativo. A comunidade reduziu sua área agrícola, não pôde mais coletar plantas na mata, teve que deixar de caçar, passou a não poder construir suas casas, ou seja, não pôde mais ampliar sua ocupação do espaço, tendo também que enfrentar novas regulações ambientais em relação ao mar. (FERREIRA, 2004). Com a reserva, as questões ambientais produziram “uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente” (FERREIRA, 2004, p.83)

O território produzido pelas unidades de conservação carrega uma negação do território da população local ou da tradição, na medida em que o projeto de conservação adotado implica uma concepção excludente de suas práticas culturais que fazem uso daquele ambiente. O território da população está relacionado à permanência naquele espaço e ao uso daqueles recursos. Na medida em que um território existe a partir da apreensão do espaço pelo capital cultural de um determinado grupo e as regulações ambientais inviabilizam esta produção cultural, ocorre um processo de desterritorialização, em um primeiro momento, que será seguido de uma reterritorialização em outras bases. Mas o que seria territorializar? Segundo Raffestin (1993), é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto.

Para as populações que vivem em um território desses há gerações, é elemento primário de identificação o lugar de reprodução da sua cultura. Para os ambientalistas, é um espaço a ser protegido, principalmente, do uso humano. Para o turismo, é um território de lazer e de prazer. Redefine-se então um novo território geral, onde hábitos de consumo são incorporados, ocorrem mudanças nos valores, como a monetarização da vida, a troca da solidariedade pela competitividade, a percepção do território nativo a partir de elementos valorizados pelo ambientalismo e pelo turismo, como a fauna, a flora e a paisagem, que são exemplos desta incorporação. Estas representações passam, no entanto, por um processo de reelaboração a partir dos valores e representações da própria comunidade (FERREIRA, 2004). Tanto é verdade, que se pôde perceber na visita realizada que os moradores mais antigos de Aventureiro lá querem permanecer e apesar de agora viverem do turismo não querem mudar de vida nem abandonar o

local. Querem apenas melhorias de infra-estrutura básica. Percebe-se que para esse povo, os valores mais importantes são a família, os laços de parentesco, definidores de seu território.

Há uma forma própria de absorver o que vem de fora, como, por exemplo, ser agora um microempresário do turismo, mas continuar sendo pescador e agricultor (até onde o território das unidades de conservação permite) e valorizar a família como o maior bem. Além disso, o morador de Aventureiro que organiza festas tradicionais caiçaras trabalha no sentido de congregar os nativos. Os turistas não têm maiores penetrações, indicando um fortalecimento nos valores e na coesão interna do grupo o que o torna menos vulneráveis diante das pressões exógenas. Observa-se assim que este é um modelo de adaptação, mas resistência ao mesmo tempo de uma comunidade, diferente do que aconteceu em Abraão. Sobre essa adaptação peculiar de Aventureiro, Prado enfatiza que

Essa passagem é vivenciada de forma diferenciada pelos habitantes das diversas comunidades da Ilha, segundo visões e interesses também diferenciados. Em algumas praias, como no Aventureiro e na Parnaioca, as famílias dos pescadores, ou ex-pescadores, ganham nas épocas de temporada cedendo seus terrenos para acampamento dos turistas do tipo mochileiros. É disso que tiram seu sustento. Nesse caso, é fácil ver que, uma vez fechadas outras possibilidades, esta possa ter-se tornado do maior interesse para tais comunidades. Mas, por outro lado, além dos conflitos existentes em função de se tratar, na maior parte, de unidades de conservação ambiental sujeitas a uma série de restrições existe toda uma resistência em relação às consequências do que é referido genericamente como 'turismo' e que envolve muitas questões. Nesse sentido, é o Abraão o foco e a fonte dos muitos questionamentos (2003^a, p.9).

Em uma análise sintética dos territórios que passam a coexistir formando um único, observa-se que o território da preservação, expresso principalmente pelas fronteiras da Reserva Biológica, altera-se na convivência com o território dos moradores e com o do turismo. Na verdade, um influencia o outro, mutuamente. Os planos originais para a Reserva, que ignoravam a presença de uma comunidade, no momento em que se defrontaram com a situação concreta tiveram que se modificar. O território do turismo, por sua vez, se define também de forma diferente do que ocorre na Ilha como um todo, porque se organiza sob as restrições da Reserva e sob o modo particular que esta população tem de lidar com a atividade turística. Ocorre que, para orientar o território do turismo através de um planejamento, o ponto de vista peculiar de uma comunidade nativa e de suas práticas (território dos moradores), constitui-se no pilar básico cuja análise deve ser levada em consideração, pois se assim não se der, a atividade turística não irá promover o desenvolvimento local. Nesse sentido, a visão de planejamento burocrático é como

algo a ser imposto de cima para baixo, herdada da concepção de planejamento territorial do turismo dos anos 70, deve ser combatida. Essas ações apenas ordenam o crescimento de cidades e definem o uso do solo. Nesse modelo “as diferenças sociais e econômicas e a preservação do meio ambiente eram escamoteadas durante a implementação de planos ou programas, como se não tivessem relacionado com outras questões” (SILVEIRA, 2002, p.91). Experiências de planejamentos territoriais desse tipo trouxeram o aparecimento de problemas sociais e ambientais de toda ordem, como a ocupação desenfreada das áreas próximas ao litoral do país, superconcentração de pessoas e infra-estrutura turística em algumas localidades, desestruturação do modo de vida das comunidades tradicionais, praticamente nenhuma melhoria da distribuição de renda entre os habitantes locais e muita degradação ambiental (SILVEIRA, 2002) .

Por meio da análise territorial, observa-se que apesar das transformações trazidas, a população local mantém um padrão tradicional de organização do trabalho, baseado no trabalho familiar e na divisão sexual de tarefa. Apesar de alguns estarem se dedicando inteiramente ao turismo, o roçado existe em pequenas proporções e a pesca (rede de espera) também se mantém. O turismo, que chegou ao Aventureiro, mesmo sendo uma atividade recente, é mais uma atividade sujeita a esse padrão de adaptação e inovação conjugadas à manutenção do trabalho familiar e de práticas como a pesca artesanal (VILLAÇA *et al*, 2006). O desaparecimento por completo deste padrão deve ser evitado, pois constituiria em risco de desaparecimento do próprio atrativo turístico do local, além de ruptura com os laços culturais caíçaras.

Com a opção adotada de desenvolvimento de turismo e o histórico local identifica-se em Aventureiro, depois do plano de carga, a reunião de condições para sustentabilidade cultural, ecológica, econômica. No entanto, o destino necessita de uma orientação técnica que funcione como freio à atividade, de um planejamento no qual sejam valorizadas suas identidades e práticas culturais, podendo sinalizar uma qualidade de vida digna para esta população, envolvendo-a ao mesmo tempo na conservação ambiental. Além disso, a questão legislativa deve ser solucionada ouvindo-se a população na adoção de um método participativo. Daí, a importância da pesquisa que feita ao local. Desta forma, a Vila do Aventureiro não cairia na mesma armadilha que a Vila do Abraão e seria conduzida a um modelo de desenvolvimento local, capaz de trazer os benefícios como relatados no Capítulo 2 deste trabalho. Assim, o empenho deste trabalho reside em analisar o que significa ecologia e cultura para esta comunidade e desenvolvê-las como

atrativos de um modelo do turismo sustentável. A finalidade é promover o desenvolvimento local, o que o modo endógeno por suas características propiciaria.

4 TURISMO E AMBIENTE: PRESERVAÇÃO OU DESTRUIÇÃO?

Atividade com grande potencial em Aventureiro por suas belezas naturais é o ecoturismo. Assim, neste capítulo se apresentam vários conceitos dessa atividade até se alcançar qual seria o mais apropriado com o avanço das pesquisas na área. Também se debate a polêmica presença da reserva biológica no local. A opinião da população sobre ela e o turismo é analisada na pesquisa de campo apresentada.

4.1 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE ECOTURISMO

O turismo no Brasil, seguindo a tendência do mercado internacional, entrou na era da segmentação. Tal fato ocorre devido à elevação do grau de exigência do cliente, elemento-chave dessa e de muitas outras áreas da economia (MOURÃO, 2007). De modo geral, o cliente atual está enfasiado de ofertas de massa, de fórmulas prontas. O lazer na sociedade pós - moderna muda de sentido e esta busca o original como parte do cotidiano e a atividade espontânea. No entanto, mais preocupadas em vender do que em atender aos seus interesses, as empresas generalistas tratam o cliente como elemento de uma massa consumista impessoal. Transportando-se esse caso para o turismo, este se apresenta como uma forma de programa gerenciada pela empresa: todos os instantes previstos e preenchidos. Tudo programado nos mínimos detalhes no tempo e no espaço. Os guias explicam aos turistas o que ver, o que estão vendo e escolhem o que deverão ver num programa em que a quantidade dos lugares vistos é o que importa, limitada apenas pela equação tempo/distância (CARLOS, 1999). Esses guias são

apenas intérpretes e não tem nenhuma relação de pertencimento com o lugar, diferente de quando o guia faz parte da própria comunidade receptora vivendo aquela realidade particular. Tratar-se-ia de, por exemplo, agências de viagens que vendem pacotes para destinos concorridos, já bastante conhecidos nos moldes “sol e praia” ou tradicionais destinos de neve, como fora apresentado na seção 2.3 deste trabalho.

A origem da situação desse turismo massificado é mais remota. Acreditando agir por livre determinação e ao mesmo tempo aparentando uma obrigação, grande quantidade de pessoas se desloca a cada fim de semana, feriado, férias para destinos muito procurados, enfrentando filas diante de pontos turísticos e engarrafamentos em rodovias. Esse é um quadro que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial, com a explosão do turismo de massa, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Concomitantemente surgiu a metrópole que apesar de todas as facilidades da modernidade, é vista como geradora de stress pelo excesso de trabalho. Desse modo, o turismo é visto “como a forma de livrar-se das neuroses urbanas [...] e é como se a viagem funcionasse como bem-estar” (RODRIGUES¹, 1996, p. 22 *apud* FERREIRRA, 2004, p.55).

Com o esgotamento do turismo de massa, a grande pergunta é: como o turista da atualidade gostaria de ser atendido? Além de segmentar o mercado por motivações, talvez o segredo resida em identificar que alternativas de turismo ofereceriam mais do que simplesmente lazer, diversão ou descanso. Estudiosos tais como Silva (2007) e Barros (1999) apontam para a interação com o ambiente e o aprendizado. “É sabido que a atração maior do turismo no Brasil é sem dúvida a praia, mas essa tendência vem sofrendo quedas a cada ano, em troca da paz no campo, do turismo de ação praticado no *rafting* ou mesmo nas cachoeiras e trilhas ecológicas, assim como cavalgadas e gastronomia”. (OLIVEIRA; ALMEIDA 2000). Trata-se, pois, de turismo rural, de aventura e ecoturismo, substituindo o modelo “sol e praia”. Todos esse segmentos entrariam no que se define como “turismo participativo”, que é conhecido internacionalmente como Special Interest Travel (MOURÃO, 2008). Nessa classificação estariam incluídos o turismo de aventura, de bem-estar, cultural, de estudo, desportivo, rural além do ecoturismo. Para melhor entender-se essa situação, na figura 15 visualiza-se as características contrastantes entre o turismo de massa e o ecoturismo.

¹ RODRIGUES, Adyr Balastrieri, **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**, Ed. Huicitec, SP, 1996

TURISMO DE MASSA	ECOTURISMO
Visão do cliente como parte de um grupo	Tratamento individual do cliente
Mega-empresendimentos	Pouca gente distribuída por muitos destinos
Impactos ambientais não considerados	Consciência ecológica
Impactos sociais não considerados	Preocupação com os anfitriões

Figura 15: Aspectos diferenciais entre o turismo de massa e o ecoturismo.

Fonte: PIRES, 1997.

O turismo participativo no segmento ecoturismo está disposto a atender o turista moderno de forma muito mais próxima e eficaz. Sua posição privilegiada abrange desde a contemplação até vários aspectos de ação no que se refere à prática esportiva e ao mesmo tempo como no caso de Aventureiro, pode permitir ao turista vivenciar o dia-a dia de uma comunidade.

Tanto o ecoturismo como o turismo participativo – este último em alguns casos - são conhecidos por sua ligação com a natureza. Seu objetivo principal reside em propiciar ao viajante um entendimento ecológico e científico do meio-ambiente natural, causando o despertar de uma consciência ecológica. Daí a sua contribuição social, visto que muito se debate sobre sustentabilidade, poluição e degradação do meio-ambiente.

O conceito de turismo participativo traduz-se por

Viagens participativas, viagens organizadas em torno de uma atividade ou interesse principal, como caminhadas, cruzeiros fluviais, observação de animais silvestres, pesca, em geral associadas a atividades e interesses secundários, como acampamentos, caminhadas ou fotografia, numa combinação de lazer estudo e trabalho. (MOURÃO, 2008)

Quanto ao ecoturismo especificamente, qual seria o histórico dessa atividade e o despertar para ela? Nas duas últimas décadas do século XX devido à poluição e outras mazelas sócio-ambientais causadas pelo “progresso”, surgiram as conseqüências do desenvolvimento turístico sem planejamento adequado e desenfreado. O turismo considerado até então a indústria sem chaminés mostrou que poderia ser tão devastador ao ambiente quanto qualquer fábrica. Especulação imobiliária, destruição de ecossistemas, construção de mega - empreendimentos hoteleiros e expulsão de comunidades nativas, foram alguns fatores que passaram a ser

questionados por parte da sociedade. Além de negativos, tais efeitos eram repulsivos do ponto de vista das populações receptoras (CAVACO, 1996).

Foi como resposta a essa situação de caos que surgiram as primeiras propostas de turismo sustentável observando as capacidades de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo os de interesse turístico, diminuindo custos e elevando benefícios (CAVACO, 1996).

Kumar (1997) explica o surgimento do ecoturismo confrontando-o com a teoria fordista em que se produziam bens padronizados e em escala de massa no período do pós -guerra de 1950 até 1970. O ecoturismo é associado então ao pós-fordismo, que introduz a especialização flexível. Essa fase do capitalismo procura satisfazer ao consumidor maduro e exigente, denominado de “turista pós-moderno”, que busca novos estilos de vida, exigindo mudanças nos esquemas de produção e nas ofertas apresentadas. “O mercado se fragmenta em uma grande diversidade de consumidores, cada um deles querendo coisas diferentes e todos eles, incansável e rapidamente descartando padrões, em busca de novos” (KUMAR, 1997, p. 58). É o que no turismo corresponderia a segmentação de mercado. As empresas se adaptam mais para reagir aos mercados do que para controlá-los (MURAY, 1989 *apud* KUMAR, 1997, p. 48)

O conceito específico de ecoturismo surge na década de 1980 e originalmente refere-se às viagens para áreas conservadas, com interesse específico de admirar, estudar e desfrutar da paisagem, de sua flora e fauna, como também manifestações culturais que ali ocorrem (CEBALLOS- LASCURIN, 1995). Para essa idéia corrobora Beni quando especifica que ecoturismo é:

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo/ necessidade de fruição da natureza, observação passiva da fauna, da flora, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno - neste sentido, pode ser também chamado de turismo ambiental (*environmental tourism*), turismo da natureza, turismo verde. Incluem-se aqui também aquelas que buscam uma observação participante e interativa com o meio natural (BENI, 1998, p.427).

A despeito desse conceito inicial de ecoturismo por Lascurain é necessário ampliar a discussão do tema, pois ele não é um conceito passível de uniformização. Além disso analisa-se que Lascurain e Beni não abordam o aspecto participativo da comunidade receptora, a promoção da conservação do meio ambiente e a valorização cultural, deixando um tanto a desejar. Segundo

Pires (1997), diferentes setores da sociedade relacionados ao ecoturismo, tais como órgãos públicos de turismo e meio-ambiente, ONGs, populações nativas e empresários do turismo, além dos próprios turistas têm percepção diferentes, emitindo conceitos em certo ponto tendenciosos e muitas vezes contraditórios sobre a atividade, de acordo com os interesses de cada um. Por isso, Pires identifica a necessidade de sistematização dos elementos que norteiam a atividade, caso contrário haveria eterna discussão entre os empresários e ONGs por exemplo, em que os primeiros acusam os segundos de tentar ignorar os aspectos econômicos da vida social e os segundos criticam os primeiros por serem muito comerciais e desconsiderarem a importância da preservação dos recursos naturais.

Os elementos base da sistematização da atividade ecoturística podem ser representados pelos colocados no documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, de 1994, elaborado por uma comissão de membros da Embratur, Ibama, Ministério da indústria, Comércio e Turismo, Ministério do Meio Ambiente, empresários e ONGs do setor (FERREIRA, 2004). Conceitos internacionais como o prolatado pela União Mundial para a Natureza – UICN, primeira ONG ambientalista do mundo, também contribuem para a identificação das principais peças. Para eles, o ecoturismo refere-se à conservação ambiental, à valorização dos recursos naturais e culturais e à participação das comunidades receptoras no planejamento turístico.

Para o documento brasileiro, constitui-se em uma modalidade turística ambientalmente responsável, em que se visita área natural conservadas, ‘sem perturbá-las’, com a finalidade de ‘apreciação ou estudo dos atrativos naturais e das manifestações culturais existentes’, em que se procura ‘promover sua conservação, envolvendo as populações locais neste processo (FERREIRA, 2004, p.57).

Para a UICN, “é o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”(FERREIRA, 2004, p.57). Observa-se que estes são também elementos participantes do conceito de turismo endógeno e, portanto, é pertinente inserir o ecoturismo em uma abordagem desse modo de turismo, ainda mais pela beleza natural ser o grande destaque de atrativo na região de Aventureiro.

De forma direta e simples pode-se então afirmar que o ecoturismo é o segmento constituído por roteiros com atividades ligadas à natureza, em geral amadoras ou contemplativas, nas quais os participantes devem se comprometer com a preservação do meio-ambiente. E engloba as manifestações culturais também, pois estas muitas vezes envolvem as relações do

homem com o ambiente. Ou seja, pelo menos no conceitual o termo abrangeria a conciliação do aproveitamento dos potenciais naturais, explorando-os economicamente e a conservação ambiental. Para esta idéia corroboram Lindeberg e Hawkins (1993) quando avaliam o ecoturismo como uma forma responsável de viajar em áreas naturais, conservando o meio-ambiente e proporcionando o bem-estar para os moradores das destinações. Mais para proporcionar bem-estar, como colocado no conceito da UICN é necessária que a própria comunidade participe do planejamento.

É cabível aqui alertar para não se misturar ecoturismo com o termo turismo de natureza, que é explorado em massa (SILVA, 2007). Ambos ocorrem em áreas que estejam em elevado grau de conservação natural, porém a ótica e o procedimento de suas atividades são diferenciados, pois o ecoturismo valoriza ações sustentabilistas enquanto o turismo de natureza não se importa com as conseqüências da exploração do ambiente.

É interessante destacar a “relação direta que a atividade tem com a educação ambiental” (SILVA, 2007, p.265). O ecoturismo atinge seu fim social por meio de orientação pedagógica. “Esta deve relacionar a atividade turística com a natureza, deve envolver desde agentes promotores de excursões, integrantes e moradores das comunidades, guias de ecoturismo e os próprios turistas” (SILVA, 2007, p. 265 - p. 266). A educação ambiental é uma metodologia que se deve fazer presente na prática do ecoturismo, a fim de que ele seja realmente sustentável.

Silva (2007, p. 266) apresenta algumas modalidades de ecoturismo tais como se observa na figura 16:

MODALIDADES DE ECOTURISMO	
ecotrilhas:	percurso à pé , relativamente curto, com até um médio grau de dificuldade, conhecendo ecossistemas e paisagens de grande beleza cênica.;
montanhismo:	subidas á pé em áreas montanhosas, com um grau médio de dificuldade;
caminhadas:	passeios geralmente de longo percurso, para apreciação cênica de ecossistemas;
espeleoturismo leve:	percursos em grutas e cavernas com baixo nível de dificuldade;

MODALIDADES DE ECOTURISMO
ciclismo: passeios ciclísticos de longo percurso por estradas e caminhos de pouco movimento e de elevada beleza cênica;
equitação e cavalgadas: ensino e prática de equitação em ambientes apropriados podendo ser de média e de longa distâncias;
turismo científico: dedicado a estudiosos do meio natural com observação <i>in loco</i> ;
mergulho contemplativo: a partir de centros de <i>buceo</i> , com equipamentos e técnicas apropriadas, em áreas de mar litorâneo, banco de corais, rios e lagoas.
navegação naturalista: passeio em jangadas, canoas e outras pequenas embarcações movidas a remo ou motor silencioso
snorkling: <i>buceo</i> de superfície com utilização de <i>snorkel</i> com respiração aérea.

Figura 16: Modalidades de ecoturismo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SILVA, 2007.

Pode-se citar assim, como exemplo de uma atividade ecoturística voltada para o desenvolvimento sustentável, o Projeto Mamirauá em que a sustentabilidade tem sido observada em respeito ao desenvolvimento da economia local. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foi a primeira unidade de conservação desta categoria implantada no Brasil, em 1997, sendo fundada pelo biólogo José Márcio Ayres, mas seu início se deu em 1990 como uma Reserva Ecológica. Atualmente é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2004), conforme decreto de 7 de julho de 1999, tendo como dois de seus principais objetivos promover o desenvolvimento sustentável em articulação com a população local e também conservar e preservar o meio ambiente Amazônico na Região do médio Solimões, onde está localizado o projeto (CAMPOS, 2004).

Outro exemplo de ecoturismo como meio de sustentação de comunidade está do município de Silves também no estado do Amazonas. Esta comunidade está sendo beneficiada desde 1994, com a construção de um hotel pela Associação de Silves em prol da Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e a *World Wildlife Fund* (WWF), chamado de Aldeia dos Lagos, que se tornou auto-sustentável, gerando um lucro de R\$ 25 mil, recebendo assim investimentos no manejo e fiscalização da reserva dos lagos que compõem a região. Este projeto visou, dessa forma, recuperar e conservar os estoques de peixe que estavam ameaçados pela pesca comercial

(WWF, 2008). Essa iniciativa, somente reforça a idéia que projetos de ecoturismo bem planejados, executados e monitorados, com o apoio de Organizações Não- Governamentais (ONGs), empresários conscientes de seu papel na sociedade e o envolvimento da comunidade, proporcionam realmente a estratégia de desenvolvimento sustentável (CAMPOS, 2004).

No Nordeste o ecoturismo começou a ser utilizado em 2003, como cita Schärer (2003) sobre a sua experiência vivida na Prainha do Canto Verde, situada na pequena cidade de Beberibe – Ceará – Brasil. Segundo seu artigo, vive nessa localidade uma colônia de pescadores e em seus arredores encontram-se povoados que se dedicavam à agricultura de subsistência. Por causa da exploração imobiliária e dos grileiros, os 300 membros da associação de moradores junto com os outros moradores do local começaram a se preocupar com a preservação cultural e do meio ambiente, através da luta para ter projetos inovadores de pesca. A importância do ecoturismo, nessa localidade deu-se quando o projeto de desenvolvimento do turismo encaixou-se perfeitamente com o projeto de desenvolvimento sustentável fazendo com que o êxodo rural diminuísse consideravelmente, pois os jovens sem oportunidades de conseguir um bom emprego no local os procuravam em outras cidades. Com a implementação do projeto eles passaram a permanecer na Prainha, pois a oferta de empregos e renda complementar para as famílias criadas a partir da exploração do turismo ficou concentrada dentro da comunidade, sem o domínio de investidores externos. O projeto fez tanto sucesso que em março de 2000, dois representantes da comunidade viajaram para a Alemanha para receber o prêmio *TODO* que significa “Fazer”, na feira internacional do turismo de Berlim. O fato mais interessante deste projeto é que as ações de *marketing* utilizadas não fazem nenhum esforço para atrair grandes grupos de turistas, pois o ecoturismo se preocupa essencialmente com os limites de capacidade de carga. O plano diretor local limita o direito de construir moradias ou empreendimentos comerciais aos moradores da comunidade e atualmente está sendo elaborado um Plano de Zoneamento Ambiental. Tudo para que não haja o perigo de especulação imobiliária e se preserve as características locais.

De todos esses exemplos, observa-se que o desenvolvimento sustentável do ecoturismo é possível quando se trabalha em uma comunidade com um bom grau de organização, quando ela tem muita vontade de vencer desafios e pessoas e organizações que apóiam a comunidade de forma solidária contribuindo para diminuição das desigualdades sociais e a inserção das comunidades pobres no turismo. Nesses casos os projetos comprovam que a rentabilidade

econômica tem contribuído para a economia local, para a preservação do meio ambiente e valorização da diversidade cultural da comunidade.

Ainda que em avanço, não se pode dizer ainda que este segmento seja desenvolvido em todas sua potencialidade no Brasil. Calcula-se que o mercado mundial neste tipo de turismo seja da ordem de 8 milhões de pessoas, partindo dos E.U.A, 20 milhões da Europa e de 2 a 3 milhões saindo de outros continentes. Desse conjunto, de aproximadamente 30 milhões de turistas, o Brasil recebe menos de 1%.A Amazônia, considerada como a grande estrela do país, uma das últimas reservas florestais do planeta, apresentando uma grande diversidade biológica e altos graus de endemismo da flora e da fauna, recebe menos de 0,16%.A Costa Rica, por exemplo, um país menor que o estado de São Paulo , recebe 600 mil visitantes por ano para fazer ecoturismo, enquanto a Amazônia atrai somente 50 mil. Em virtude de vários estudos realizados, constatou-se que o maior problema brasileiro é a falta de mão de obra qualificada, seguido pela falta de regularização fundiária das áreas de uso indireto e inadequada infra-estrutura, exigindo do poder público uma ação imediata para proteger adequadamente estas áreas, cumprindo seu importante papel ecológico e social (CARVALHO, 2007).

Se o ecoturismo no Brasil encontra-se em um estágio de desenvolvimento recente, este é o momento para incentivar a introdução de uma política de âmbito nacional para o setor. Tal política deve orientar governos e legislativos para a implantação de estratégias de regulamentação e controle, assim como orientar agências de fomento para criar e facilitar o acesso a incentivos fiscais e financiamentos. Ressalta-se a importância do estímulo à qualificação profissional, da capacitação e aquisição de tecnologias apropriadas, a serem viabilizadas pelo empresariado. Por isto é preciso implantar projetos bem embasados, dentro de uma política nacional integrada que aproxime o desenvolvimento do ecoturismo aos objetivos de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Desta forma, congregando todos os conceitos apresentados e os exemplos práticos, pode-se concluir que o ideal do ecoturismo é buscar a formação de uma consciência ambientalista por meio interpretação do ambiente, levando ao bem-estar das populações envolvidas (tanto receptora quanto de turistas), como coloca o conceito da UICN. Em Aventureiro, segundo Ferreira (2004), existe essa consciência ambiental por parte dos moradores e esse já é um passo para que um planejamento de turismo endógeno possa ser implementado com sucesso. Pode-se dizer até que este modo já é desenvolvido de modo rústico e inconsciente. Além disso, por enquanto sem entrar

no mérito da discussão do mais adequado tipo de unidade de conservação, há o fator de se tratar de uma área preservada, condição *sine qua non*² para o desenvolvimento do ecoturismo, pois:

A existência de uma área natural protegida é o resguardo básico, que o ecoturismo necessita para progredir, porque isto assegura aos possíveis operadores turísticos que o recurso natural não corre perigo de ser depredado pelo homem, enquanto a entrada de outras atividades extrativas, podem acabar com ele (BOULLÓN, 1999, p. 45).

Observa-se então que as unidades de conservação em suas distintas classificações são destinos turísticos que favorecem e se beneficiam do ecoturismo. Para uma exploração que promova a preservação e não a destruição cabe observar atentamente o que é permitido ou não pela legislação específica e a partir daí ouvir a comunidade para que ela também coloque o que julga melhor para si mesma e ajude a desenvolver um plano de gestão para o turismo endógeno ou outro modo, conforme suas aspirações e necessidades econômicas e sócio -ambientais locais.

4.2 IMPLICAÇÕES DA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

Apesar de o ecoturismo ser uma ferramenta a favor do desenvolvimento sustentável, algumas comunidades não têm obtido os benefícios esperados, pois o objetivo colocado em prática tem sido o lucro imediato e não o desenvolvimento por meio dos princípios defendidos pelo ecoturismo. Assim tal concepção apresenta a preocupação de não se ter a sustentabilidade tanto cultural, social, natural e econômica do local onde se vai desenvolver a atividade. Sem um planejamento adequado, às conseqüências serão impactos negativos para a comunidade receptora e para o ecossistema local. A atividade ecoturística deve levar em consideração um planejamento adequado para o local, que contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais causados na fauna e flora, já que eliminá-los por completo é impossível.

² Condição necessária para algo.

Os problemas começam a ocorrer não apenas com empresários, mas também com governos de países que vêem no ecoturismo uma solução para os problemas de desenvolvimento, e, usam-no para suprir a falta de empregos e conseguir capital para infra-estrutura. Dessa forma, se faz necessário elaborar novas estratégias de gestão, para separar o ecoturismo do turismo de massa, pois esta é a visão que alguns países têm sobre o mesmo, não observando a participação da comunidade local nesses planos. Sobre esta questão Neyman critica o ecoturismo, pois "de nada adianta fazer ecoturismo [...] se não há estudos de capacidade de suporte [...] infra-estrutura adequada e não - impactante, [...] normas que o regulamentem e excluam empresas especializadas [...]" (2002 p. 178).

Assim, entende-se que é preciso cumprir várias etapas antes de se ter o ecoturismo funcionando de maneira correta e como alternativa do desenvolvimento sustentável, pois os elementos de sustentabilidade colocados neste capítulo, ainda não estão sendo respeitados em muitos lugares e talvez isso demore a acontecer. Dessa maneira, o ecoturismo não irá se desenvolver, pois enquanto esses dilemas prevalecerem tudo continuará igual. Para alcançar todos os aspectos levantados por Neyman, é preciso iniciar estratégias de planejamento.

A expressão recursos naturais pode ser definida de várias maneiras. Em geral o termo recurso é caracterizado como o meio adequado para a realização de um fim, que se individualiza ao ser aplicado a uma ordem de coisas, às quais pode se recorrer para obter um fim preconcebido. Os recursos qualificados como naturais se determinam com uma significação do que está ligado à natureza. Esse é um termo independente em relação ao homem, pois por recursos naturais pode se entender tudo quanto existe na natureza, atual ou potencialmente utilizado pelo homem. De qualquer forma, embora se fale em independência do homem, este tem que se comprometer, pois o termo ao incluir os recursos que têm uma potencialidade de uso, obriga a tomar uma atitude de prudência, impedindo a destruição de algum bem que no futuro possa ter algum valor. Além disso algumas concepções estabelecem que o próprio homem é um dos recursos naturais (AULICINO, 1999). Daí, ao se discutir as implicações da exploração do ecoturismo, também se deve inserir a questão das comunidades receptoras (especialmente no caso do turismo endógeno) e discutir a questão se a política adotada valoriza ou abandona o próprio nativo.

O termo recursos ambientais é mais abrangente e inclui além das simples características do meio físico a inter relação entre esse meio e a vida animal e vegetal que nele se desenvolve. O meio ambiente constitui uma unidade na qual todos os elementos componentes podem ser

divididos em meio físico e biológico, onde se inclui o homem. Diante disso o meio ambiente não é estático à presença, ausência ou transformação de alguns de seus elementos e acaba por repercutir na dinâmica de qualquer ecossistema (AULICINO, 1999). Ao se desenvolver o ecoturismo, deve-se buscar o equilíbrio do meio-ambiente. Para isso a transformação deste deve ser racional a fim de garantir condições para a continuidade dos ecossistemas.

Ruschmann (1997) ressalta que os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, e que eles são conseqüências de um processo de interação entre, turistas, comunidade e meios receptores que se reflete em tais recursos ambientais. No entanto, ao contrário do que possa parecer as implicações não são somente negativas. Existem muitos impactos positivos também que a atividade ecoturística pode trazer.

Segundo Barros (1999) o documento Diretrizes para o Desenvolvimento Nacional de Ecoturismo aponta algumas das conseqüências positivas da atividade, como se pode observar na figura 16:

ASPECTOS POSITIVOS DO ECOTURISMO
Sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, de valores culturais e do patrimônio histórico;
Ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
Geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em diversos níveis (local, regional, estadual, nacional);
Possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e da infra-estrutura (viária, médica, sanitária, de comunicações e de abastecimento);
Estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
Fomento de outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais etc.;
Intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Figura 17: Aspectos positivos do ecoturismo conforme preconizado no documento Diretrizes para o Desenvolvimento Nacional do Ecoturismo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de BARROS, 1999.

Cabe aqui ressaltar que melhorias na infra-estrutura local, a partir de verbas para investimento podem ser conseguidas com várias formas de entradas de recursos. Pode haver cobrança de ingressos para visitação de parques ou até mesmo taxas de permanência ou de admissão em comunidades como o que acontece em Aventureiro.

Outras taxas podem ser cobradas como a taxa de utilização que é a quantia que pode ser cobrada pela utilização de um equipamento (ex.: binóculo), utilização de um serviço (ex.: guias), ou taxa que pode ser cobrada por um atrativo específico, como uma pesquisa científica. Outra forma de entrada de recursos é por meio de vendas, ou seja, a quantia que pode ser arrecadada com a venda de artesanatos, artigos regionais.

Há ainda as concessões. Trata-se de quantias que podem ser obtidas da exploração de diversas atividades, como comércio, alojamentos, visitas. A exploração se dá pela iniciativa privada em troca de porcentagem sobre receitas ou de prestação periódica fixa. Uma grande ajuda em termos de doação, é o Fundo Perdido. Este é a quantia que pode ser obtida de empresas particulares e/ ou organizações nacionais e internacionais em defesa do meio-ambiente.

Em contrapartida dos benefícios colocados, o documento Diretrizes para o Desenvolvimento Nacional de Ecoturismo afirma que o ecoturismo pode, igualmente, produzir impactos negativos, como indicado na figura 18

ASPECTOS NEGATIVOS DO ECOTURISMO
Deterioração do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;
Alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
Adensamentos urbanos e geração de fluxo migratório;
Estímulo ao consumo de <i>souvenirs</i> produzidos a partir de elementos naturais escassos;
Aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos;
Perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas.

Figura 18 Aspectos negativos do ecoturismo conforme preconizado no documento Diretrizes para o Desenvolvimento Nacional do Ecoturismo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BARROS, 1999.

Alguns impactos negativos estão mais sujeitos a ocorrer em destinos que na não sejam unidades de conservação ambiental. Em Aventureiro não poderia haver adensamentos urbanos e significativa geração de fluxos migratórios, pois no local não se pode mais levantar construções devido a legislação que rege o local. De qualquer forma é útil citar tais impactos aqui, pois podem ocorrer em outros destinos ecoturísticos e até mesmo em Aventureiro desde que aconteça uma mudança na sua regulamentação. Já outros impactos como a homogeneização cultural e a geração maior de lixo são comuns em qualquer destino turístico em que não haja um planejamento a começar por estudos de capacidade de carga. No entanto, não se deve parar por aí. O desenvolvimento de sistemas de coleta seletiva e reciclagem de lixo, delimitação das áreas a serem exploradas turisticamente, proibição de coleta de elementos naturais, caça e certos tipos de pesca são algumas das iniciativas que ajudam a evitar a degradação a compor um plano completo.

A definição capacidade de carga do local é o primeiro passo a ser dado em um destino ecoturístico. Trata-se do número de visitantes e o grau de desenvolvimento ótimo que um local pode receber, sem que implique em efeitos prejudiciais aos recursos e à perda da qualidade da atração (GÓMEZ *et al.*, 1993).

Outro aspecto indicado ao se desenvolver um empreendimento em um local de preservação é a elaboração de projetos de Estudo de Impacto Ambiental- EIA e Relatório de Impacto Ambiental- RIMA. Contrariando a falta de tradição ambiental, para o período do início da década de 80. o Brasil elaborou uma das mais modernas legislações do mundo em relação à proteção ao meio, preservando-o para o uso coletivo e para as gerações vindouras. Essa preocupação começou bem 1981 com a Política Nacional do Meio Ambiente que passou a discutir com os governos estaduais uma ação mais preventiva de planejamento através dos projetos de EIA/ RIMA, já aplicados nos Estados Unidos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, criado pela lei nº 6. 938 também data dessa época e é o órgão que dispõe sobre essa política e tem autoridade sobre órgãos federais, estaduais e municipais e também sobre a iniciativa privada para exigir o EIA/ RIMA para aprovação pelo órgão estadual competente e pelo Ibama. O EIA é um relatório técnico e o RIMA é um relatório simplificado de linguagem acessível ao público. Devem ser elaborados por equipe multidisciplinar, pagos pelo proponente do projeto e de divulgação pública, sendo o sigilo industrial respeitado desde que pedido e demonstrado pelo

interessado (AULICINO, 1999). Devido ao seu alto custo, quando não se trata de empreendimentos de grande porte, o EIA/ RIMA pode ser substituído pelo Relatório Ambiental Preliminar- RAP, que define antecipadamente a necessidade ou não do desenvolvimento daqueles. Casos simples podem ser licenciados conforme a tradição determina, não se descuidando da visão abrangente de ambiente conforme, estabelece a lei de criação do CONAMA.

Todos esses estudos, quando aplicados ao turismo objetivam a cuidadosa prática da atividade em áreas naturais e esta deve se transformar em um poderoso instrumento de conhecimento, de divulgação e de defesa das porções ainda preservadas no espaço. A exploração turística dos recursos ambientais deve relevar que em primeiro lugar se está prestando um serviço cujo objetivo final é sem dúvida o lucro: mas o lucro, como *feedback* de um serviço prestado que deve ser cuidadoso com o turista e com o ambiente, que inclui necessariamente a comunidade humana local.

O ser humano depende da exploração dos recursos ambientais, por isso ela que deve ser cuidadosamente planejada, no caso aqui apresentado, por meio do ecoturismo. O segredo para se atingir a preservação e não a destruição é entender o ambiente como uma entidade viva, mutante e sensível às transformações, mas até um certo limite, que é chamado de limite da absorção. Este é o mérito da discussão ecológica da atualidade. “O turismo deve constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano. No enriquecimento cultural do visitante através do fortalecimento cultural de quem o recebe” (AULICINO, 1999, p.35).

O ecoturismo é uma dos segmentos do turismo que mais cresce no mundo. Porém, devem existir limites a este crescimento, pois os recursos naturais são finitos. Se praticar ecoturismo é viver de acordo com o potencial do local, contribuindo para a qualidade ambiental, ele deve ser restrito. Deve permanecer uma base de empenho fundamentada na economia local, sendo fonte de orgulho e envolvimento da população local (BARROS, 1999).

Utilizado como instrumento para preservação biológica e promoção do desenvolvimento sustentável, o advento do ecoturismo deve ser aplicado de forma benéfica, visando à conservação dos ecossistemas. Ele pode ser uma fonte para solucionar os problemas de conservação de áreas frágeis, mas deve ser reconhecido somente como parte de um quadro de ambiental e econômico.

Somente com a ação conjunta de todos os agentes interessados no desenvolvimento local, a saber, governo, setor privado, ONG's, comunidade local e consumidores, poder-se-á obter e manter um desenvolvimento sustentável, baseado na atividade ecoturística.

4.3 A POLÊMICA SOBRE MODELO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM AVENTUREIRO

Como comentado no capítulo 3, Toda a Ilha Grande está contida na Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA dos TAMOIOS) constituindo-se na Reserva Biológica da Ilha Grande (Decreto nº 9.728 de 06.03.87) que por sua vez é subdividida em três áreas mais específicas com o objetivo de preservar integralmente as espécies de fauna e flora raras, ameaçadas de extinção:

- ❖ PEIG = Parque Estadual da Ilha Grande
- ❖ PEMA = Parque Estadual Marinho do Aventureiro
- ❖ RBEPS = Reserva Biológica Estadual da Praia de Sul.

O PEMA e a RBEPS localizam-se na área de Aventureiro. Observam-se as unidades de conservação da Ilha Grande e de Aventureiro no seguinte mapa:



Figura 19: Mapa das unidades de conservação da Ilha Grande e de Aventureiro.
Fonte: ILHA GRANDE, 2007_b.

Devido à existência dessas unidades de conservação, o turismo que se desenvolve no Aventureiro tem sido visto por atores diversos, a começar pelo órgão ambiental responsável pela área - a FEEMA e por ambientalistas em geral, como motivo de preocupação. O debate sobre ele polariza-se entre posições mais radicais que entendem que deva ser combatido por ser ilegal em área de reserva biológica e outras em que é visto como demandando a organização e o controle característicos de uma forma particular da atividade – o ecoturismo. Qual seria a solução para esse dilema? Não há uma resposta fácil de se alcançar.

A situação do Aventureiro é marcada por muitas incongruências, que começam pelo fato de que a reserva foi criada com a população ali já existindo, e passam pela questão de que as atividades relacionadas ao turismo vêm ali ocorrendo ao longo de anos com a anuência da FEEMA, mesmo sendo uma reserva biológica, categoria de conservação que proíbe a prática dessa atividade e até mesmo presença humana para fins que não de pesquisa (VILLAÇA *et al*, 2006).

Toda essa polêmica persiste mesmo após a determinação do Termo de Compromisso que delimitou uma capacidade de carga para a localidade, instituiu a prática da autorização prévia, do pagamento de uma taxa de permanência e organizou um mapeamento das casas que recebem turistas. Isso acontece porque do ponto de vista técnico, percebe-se que essas são ações válidas no sentido de preservar ambiental e culturalmente o local, mas que também são isoladas, pois não se encontram dentro de um contexto de planejamento turístico já que se trata apenas de um termo judicial. Nada foi feito em termos de planejamento de infra-estrutura básica, turística e estruturação da oferta de atrativos. Além disso, não houve preparação da população para lidar com o turismo, no sentido de uma conscientização global dos aspectos sociais, ecológicos e econômicos.

A proibição total do turismo acabaria com as ameaças de destruição que essa atividade porventura pode trazer se não for bem orientada. No entanto, mesmo a comunidade tendo ambigüidades em relação ao turismo, que é identificado como trazendo coisas boas e ruins para sua vida, é concretamente visto por ela como uma alternativa econômica importante, da qual não pretende abrir mão, como será mostrado na próxima seção deste trabalho.

O turismo que foi exercido por muito tempo sem controle algum se tornando o conflito mais forte entre a população local e órgãos ambientais, atualmente constitui-se na principal atividade econômica (AGÊNCIA 21, 2006). Além disso, o interesse em visitar essas áreas tem

crescido, tornando extremamente complexo impedir o acesso deste contingente ao local, considerando que de diversas formas tem sido de interesse da própria população facilitá-lo (FERREIRA, 2004). Tanto que os próprios moradores se organizaram para oferecer transporte com mais frequência para Aventureiro. Dessa forma, é inútil querer negar a importância dessa atividade para a comunidade e ineficiente qualquer esforço no sentido de tentar eliminá-la.

Partindo-se do pressuposto de que o turismo deve continuar e que o ecoturismo é a forma mais presente no local devido às trilhas e as belezas naturais, a primeira questão a ser esclarecida é sobre a unidade de conservação presente que não é compatível com a atividade. Aqui se introduz a idéia de ONGs ambientais que estudam a área como o Comitê de Defesa da Ilha Grande - CODIG, de se eliminar a existência da categoria de unidade de conservação reserva biológica e trocá-la por outra, menos restritiva. Isso beneficiaria não só ao turismo, mas também traria de volta atividades de subsistência que foram totalmente proibidas e que têm a ver com a própria cultura da comunidade.

E qual a tendência que a atividade ecoturística deve seguir em Aventureiro? O segmento do ecoturismo oferece vários benefícios para um ambiente se bem organizado, podendo trazer fonte de renda para se investir na própria localidade e gerar conscientização ambiental tanto em visitantes quanto em visitados caso seja seguida uma metodologia educativa (SILVA, 2007). O problema surge quando no momento em que se transporta a idéia de conservação para a questão das áreas protegidas e do turismo, percebe-se as dificuldades e as limitações da idéia conservacionista, operando dentro da lógica capitalista. Nesta lógica, a “natureza” tem sido pensada e reproduzida como um produto para consumo e é esperado que o mercado para este tipo de produto continue a se expandir. A conservação, entretanto, trabalha com a idéia de limite e controle, o que aponta aspectos contraditórios entre as duas proposições. Embora o ecoturismo tenha como princípio ser um “turismo responsável”, e apesar de existirem operadores que trabalham dentro deste princípio, e locais onde se ensaia o ordenamento da atividade de acordo com os padrões propostos, ao se pensar de uma forma ampla, avaliando o que ocorre em geral, o que se tem visto é muito mais a ampliação de um turismo massificado voltado para os atrativos naturais do que propriamente ecoturismo, levando em consideração suas conceituações (FERREIRA, 2004). É esse caminho que Aventureiro deve evitar, como, por exemplo, de um *marketing* mais orientado para público alocêntrico e a limitação da divulgação da área em grandes mídias como a Internet.

Uma outra questão implicada é a que diz respeito às dificuldades que as áreas protegidas enfrentam para se manterem realmente preservadas; geralmente por não estarem integradas a projetos conservacionistas mais amplos. Este é o caso de Aventureiro. O local não tem um plano de ordenamento e desenvolvimento ambiental, nem turístico e a todo momento surgem opiniões diversas sobre se deve existir ou não unidade de conservação no local. Nesse sentido, analisa-se que a área faz uma rara reunião de ecossistemas. Além disso, a opinião da comunidade na pesquisa de campo que será apresentada revela que a área deve se manter como unidade de conservação. Contudo, a categoria dela é que tem de ser modificada para que haja meio de sobrevivência para a comunidade. Mais do que isso, qualidade de vida.

Nesta perspectiva, as áreas protegidas sofrem pressões das atividades econômicas e sociais que ocorrem em seu entorno, geradas, em grande parte, pelo padrão de consumo da sociedade capitalista atual, que produz impactos ambientais negativos em uma velocidade muito maior do que o desenvolvimento tecnológico tem conseguido compensar. É útil lembrar também a existência de populações locais que fazem uso dos recursos naturais e que não estão ainda convenientemente incluídas no debate e no planejamento destas áreas. Isso é o que ocorreu em Aventureiro desde a implantação da reserva. Ao que tudo indica, comunidade e ONGs da área anseiam pela mudança de categoria de unidade de conservação e a movimentação para isso vem ocorrendo há alguns anos. Porém, o processo para tirar a praia de Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul continua a passos lentos. Um roteiro de reuniões têm sido desenvolvido desde janeiro do ano de 2008, reunindo na associação de moradores, a Diretoria de Conservação da Natureza do Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ, membros da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TurisRio e da TurisAngra, a chefia de assessoria jurídica da FEEMA, os responsáveis da FEEMA no local e entidades ambientais da Ilha Grande como o Comitê de Defesa da Ilha Grande- CODIG, além da própria comunidade. No fim de maio de 2008, estava marcada uma reunião entre a comunidade local e o governo do estado. No entanto, a reunião foi cancelada. Os moradores lutam por esses encontros, pois querem apresentar um levantamento sobre o que acham da mudança de categoria da unidade de conservação. Segundo o presidente do CODIG, Alexandre de Oliveira, ainda não está decidido se a área vai virar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou uma Área de Proteção Ambiental - APA, ambas de uso sustentável (O ECO, 2008).

Essa discussão não é recente e vem desde a criação da reserva, pois os moradores ficaram em uma posição de intrusos em seu próprio território. O auge dessa polêmica foi atingido por ocasião da operação Angra Legal, no início de 2006, que deu origem ao Termo de Compromisso. Mas antes disso a FEEMA, que administra a unidade de conservação no local, abriu em 2004 um processo interno para a exclusão da área de Aventureiro da reserva biológica. Assim, a comunidade poderia regularizar e criar infra-estrutura para atividades como o *camping*. Fora da reserva, a área ficaria regida apenas pela APA de Tamoios, unidade pouco restritiva que, por outro lado, deixaria um valioso ecossistema exposto à degradação. Para o presidente do CODIG a saída seria, no lugar da restritiva reserva biológica, criar no local uma unidade de desenvolvimento sustentável. Seria uma reserva mais restritiva que a APA, mas que, ao mesmo tempo, possibilitaria a subsistência dos caiçaras. Na opinião do presidente se for protegida apenas pela APA, o Aventureiro pode acabar se tornando um *resort*. Já o IEF, que pode assumir a administração da atual área da reserva, atenta para a possibilidade de incluir Aventureiro no Parque Estadual da Ilha Grande. Para o órgão, num primeiro momento, é preciso definir normas para a subsistência da comunidade (ANGRA, 2008).

As unidades de conservação, sobretudo as de Proteção Integral, são criadas como apreensão de um espaço em que são imputados valor ambiental diferenciado e regulações também diferenciadas. Este valor é dado com base em uma avaliação de características que consideram sua importância ecológica. A reserva biológica de Aventureiro carrega uma negação do território da população local ou da tradição, na medida em que o projeto de conservação adotado implica uma concepção excludente das suas práticas culturais e do uso que fazem daquele ambiente (FERREIRA, 2004).

Para Diegues (1996), as populações que vivem em áreas onde são criadas unidades de conservação sentem esta situação como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados e do espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. Elas têm uma representação simbólica desse espaço, o que lhes fornece os meios de trabalho e de vida, e sua expulsão do local, no caso de uma reserva biológica, impossibilita sua reprodução como grupo portador de determinada cultura. Encontra-se aí mais um motivo para reduzir o impacto da implantação de uma unidade de conservação, trocando-a em Aventureiro por outra menos radical. Assim, o turismo estaria em uma situação totalmente legal e entre outros benefícios, as trocas culturais poderiam apontar também por parte dos “visitantes”

para um movimento de aglutinação em torno de elementos locais como uma reação aos processos urbanizadores e globalizantes das cidades modernas.

Um problema que assola as discussões sobre a preservação na Ilha Grande é a grande quantidade de leis que regem um mesmo local, ou seja, a variedade de unidades de conservação existentes. As comunidades envolvidas não sabem exatamente a que leis devem respeitar. Para o presidente da Associação de Moradores do Aventureiro, Luís Cláudio Tenório, todas as possibilidades terão que ser discutidas e decididas pelos moradores, que acenam que a melhor saída é criar no local uma unidade de desenvolvimento sustentável que garanta o direito definitivo da terra para todos (ANGRA, 2008). Segundo os moradores lá estão suas famílias que habitam o local há pelo menos três séculos. A comunidade antigamente sobrevivia da cultura da agricultura de subsistência, da caça e da pesca. Hoje com a condição de reserva não podem pescar com o arrasto, caçar, coletar, construir ou vender casas. Também não poderiam praticar o turismo. Essa última atividade só foi aceita pela FEEMA, porque diante de tantas restrições foi a única alternativa de sobrevivência para a população, através da criação de *campings* e bares. A questão reserva x leis x turismo pode ser mais bem entendida pelo depoimento de um morador:

Antigamente não sabíamos o que era meio ambiente e não tínhamos conhecimentos sobre as leis que nos regem. Hoje temos a consciência que sempre preservamos o meio ambiente por aqui, ninguém precisou nos ensinar a preservar a natureza, sempre soubemos disso, por isso nossa praia continua tão bonita. Sei que por direito somos donos dessas terras há mais de 360 anos. Sei também que pelas leis atuais não podemos fazer nada mais por aqui. Queremos decidir o que fazer e a hora é agora. Veja bem, passei 15 anos construindo minha casa, mas pelas leis não posso fazer nada com ela. E se eu um dia quiser vendê-la? E se quiser construir outra para meus parentes? As outras pessoas da Ilha e do continente podem, porque não podemos? Precisamos ter nossos direitos pela terra, continuar morando, protegendo o Aventureiro e recebendo os turistas. Sabemos que nenhum preço paga esse paraíso, mas sonhamos em poder decidir sobre nossas vidas e mudar esta condição (ANGRA, 2008).

Nesse debate sobre a mais adequada categoria de unidade de conservação com o fim de conciliar turismo e sustentabilidade é importante analisar o conceito que vem sendo introduzido pelos órgãos engajados na proteção à Aventureiro - unidade de desenvolvimento sustentável. O advento da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC) (BRASIL, 2000), que versa sobre a criação, implantação e gestão de espaços territoriais especialmente protegidos com o objetivo principal de conservação e proteção da biodiversidade, instituiu algumas categorias de unidades de conservação de uso sustentável que permitem a

presença de comunidades tradicionais em seu interior e o manejo dos recursos naturais. Segundo o § 2º do artigo 7º do SNUC, as unidades de conservação de uso sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, e se dividem em: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Dentre todas essas categorias, como relatado anteriormente, nas posições colocadas por ONGs locais e representantes da associação de moradores observa-se a implantação da reserva de desenvolvimento sustentável - RDS, no lugar da reserva biológica. Essa categoria realmente vai ao encontro dos anseios da população, pois conforme definição do SNUC (BRASIL, 2000) é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

DIEGUES (1996) enumera diversas características das culturas tradicionais, dentre as quais destacam-se: a relação com a natureza, seus ciclos e recursos, a partir da qual é construído um profundo conhecimento norteador do seu modo de vida; forte noção de território e conseqüentemente de pertencimento herdado dos antepassados; importância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; reduzida acumulação de capital, importância das atividades de subsistência e alguma relação com o mercado; tecnologia simples, com impacto limitado sobre o meio; auto-identificação ou identificação pelo outro de se pertencer a uma cultura diversa.

Vale ressaltar que, ao analisar o modo de vida das populações caiçaras, no qual se enquadra a comunidade de Aventureiro, verifica-se que as mesmas sempre manejaram diferentes ambientes da Floresta Atlântica, transformando-os em um mosaico de áreas em diferentes estágios de regeneração. Nesse mesmo sentido, ADAMS (2000) aponta que, além da derrubada da mata para o plantio e da retirada de algumas espécies para o artesanato, para a medicina caseira e para a construção de casas e apetrechos, muitos recursos eram coletados nos ecossistemas associados à Mata Atlântica (mangues, restingas, costões rochosos).

A RDS é uma categoria de unidade de conservação que permite a existência de comunidades em seu interior, utilizando práticas consideradas tradicionais e pouco impactantes ao meio ambiente, justamente como ocorre com um modelo similar – a reserva extrativista.

Historicamente, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável sucederam as Reservas Extrativistas, cujo conceito foi plantado em solos amazônicos por seringueiros que lutavam contra os desmatamentos promovidos por grandes empreendimentos e buscavam a manutenção de seu modo de vida dependente do extrativismo de diversos recursos florestais (MOREIRA, 2000³ *apud* HONORA, 2006).

Pela definição do SNUC Reserva Extrativista é:

uma área utilizada por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (2000).

RODRIGUES (2005) sustenta que os conceitos de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável se confundem e que, excluídos os aspectos políticos que nortearam a criação destas duas categorias de unidades de conservação, não existe nenhuma diferença substancial entre as mesmas. E afinal existiria ou não tal diferença? A WWF - Brasil veio colaborar para se desfazer essa dúvida elaborando um livro, “Reservas de Desenvolvimento Sustentável: diretrizes e regulamentação”. De forma sucinta, a partir do resultado de entrevistas com técnicos, autoridades e representantes da sociedade diretamente vinculados a algumas reservas, a WWF estabelece que o que diferencia as RDS das reservas extrativistas é a opção de não deixar a terra quando os moradores têm título de alguma comunidade tradicional e não desempenham atividades econômicas predominantemente extrativistas (FANZERES, 2007). Haveria intervenção no meio ambiente, porém em menor proporção, com conseqüências menos degradantes. De forma simples, pode-se dizer que a Reserva Extrativista é geralmente voltada para riquezas minerais, como o nome diz, extrai tudo o que pode. Já Reserva de Desenvolvimento Sustentável, é planejada para retirar e repor o que tirou, é voltada para o meio ambiente. A principal diferença é na destinação de proteção e manutenção da diversidade biológica destinada a reserva de desenvolvimento sustentável.

³ Moreira, A. de C. C.. **Reserva Extrativista do Bairro Mandira**: aviãoabilidade de uma incerteza. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2000.

A RDS exige um comprometimento por parte dos moradores com a conservação e por isso mesmo seria um local propício para a prática do ecoturismo, conforme observado na seção 4.1. No entanto, segundo um trabalho técnico também em exposição no V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em 2007, verificou-se na RDS um processo de luta ‘pelos direitos’ (de morar, de pescar, de estar...), mas descontentamento em assumir os ‘deveres’ associados a estes próprios direitos (cuidar bem dos recursos naturais, negociar e seguir as regras, participar) (FANZERES, 2007).

O estudo da WWF mostra que não há como tentar sugerir propostas de regulamentação completas das RDSs, pois no país existem realidades muito diferentes nessas unidades. Mamirauá é um caso a parte. É a RDS que nasceu em condições especiais, com atenção do governo e recursos para sua implementação exemplar, numa área de mais de um milhão de hectares. Sobre esta RDS, são numerosos os pontos positivos, tanto que, graças a ela, o modelo foi disseminado e exportado inclusive para fora da Amazônia. No Amapá, a RDS do Rio Iratapuru funciona com características que diferem inclusive das condicionantes de regulamentação propostas pela WWF-Brasil no início da publicação. Dentro da dela não há moradores. Comunidades próximas assentadas em área privadas são consideradas “guardiãs” da reserva, sua usuárias e também beneficiárias (FANZERES, 2007).

Segundo a WWF, O fato de existirem tantas dúvidas sobre as reservas de desenvolvimento sustentável não pode ser visto como motivo para crer que elas não são eficientes. Como qualquer outra unidade de conservação, tendo ou não a presença de população, ela tem que cumprir com os objetivos da conservação. E o que auxiliaria nesse sentido seria a gestão e a execução de políticas públicas (FANZERES, 2007). No caso específico de Aventureiro, ressalta-se que poucas têm sido as políticas legislativas ambientais com relação à Mata Atlântica (RESENDE, 2002). Aparentemente, nas regiões caiçaras do litoral sudeste do país não se trata então da inexistência, indisponibilidade ou desconhecimento de recursos naturais passíveis de serem explorados sustentavelmente, mas da falta de estudos e diplomas legais relacionados a este manejo. Por outro lado, várias iniciativas em andamento aliando populações locais, organizações da sociedade civil e órgãos do Estado, têm demonstrado a possibilidade de manejo de inúmeras espécies florestais alimentícias, medicinais, aromáticas e ornamentais. Por se tratar de áreas com características cênicas bastante valorizadas por moradores

urbanos, a atividade turística tem se constituído em potencial geradora de renda (HONORA, 2006).

Desse modo, conclui-se que a implantação de uma RDS em Aventureiro propiciaria realmente o resgate de atividades tradicionais da área, como vários tipos de pesca que não o artesanal, o extrativismo vegetal e a roça. Além disso, permitiria o levantamento de novas construções que abrigariam as gerações vindouras (reclamação tão constante na fala dos moradores), garantindo a concentração local da comunidade e não a sua dispersão para outros locais como Angra. O turismo, por sua vez, se beneficiaria pela valorização da própria cultura e ecologia locais que se constituem em objetos de atração.

A criação e implementação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável são alternativas capazes de proporcionar a sustentabilidade do meio ambiente e do turismo aliada à manutenção da cultura das comunidades tradicionais detentoras de saber acumulado sobre o ambiente.

Nesse sentido, a sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, o desafio é realizar a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo-se em contínua progressão a capacidade de pensar. As utopias são necessárias, pois é a expressão de vontade humana em nome de algo radicalmente melhor. “Ou seja, a utopia da construção da sociedade do ser e não da sociedade do ter. Nessa sociedade o que é importante de ser considerado investimento seriam os recursos empregados no atendimento das necessidades sociais” (RODRIGUES, 2002,p.45)

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, o conceito de crescimento sustentável tem sido “ligado tradicionalmente ao conceito de meio ambiente, mas atualmente é um conceito global, que inclui numerosos campos de interação dentro do conceito de sustentabilidade, como aspectos econômicos e socioculturais” (2001, p.245). Esse seria um modelo de desenvolvimento econômico construído para: melhorar a qualidade de vida da população local; prover experiência de melhor qualidade para o visitante; manter a qualidade do meio ambiente da qual depende a população local e os visitantes e efetivar o aumento dos níveis de rentabilidade econômica da atividade turística. Outro aspecto importante é que este modelo tem de ser rentável, caso contrário os exploradores da atividade esquecerão o compromisso de sustentabilidade e o equilíbrio será alterado (OMT, 2001).

O desenvolvimento do turismo sustentável implica a tomada de decisões políticas que podem ser severas e que ensejam uma visão a longo prazo, principalmente ao se efetivar o processo de planejamento. Para este é essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da

natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade para um desenvolvimento duradouro que envolve a realização de uma análise contínua e um controle de qualidade sobre os feitos do turismo (OMT, 2001).

Como benefícios o turismo sustentável assegura em um local a distribuição mais justa dos custos e dos benefícios, gera emprego tanto no setor de turismo como em outros indiretamente ligados, estimula indústrias domésticas (como meios de hospedagem e serviços de guia), incentiva o entendimento entre culturas diferentes e principalmente, diversifica a economia local onde outros empregos são esporádicos e insuficientes, como é o caso de Aventureiro, já que a população teve restringidos seus meios de subsistência.

Assim, a questão do turismo ou mesmo do ecoturismo em Aventureiro não pode ser analisada como esse fosse naturalmente bom e os turistas que o corrompem. Para buscar a conciliação entre turismo e sustentabilidade, é preciso ser utópico para determinar os objetivos ideais, mas também é preciso levar em conta que o local não pode ser considerado apenas como o portador do exótico, da singularidade. Ele está sofrendo influências de fora e sendo apropriado pelo global e a atividade turística precisa ser compreendida no âmbito das atividades econômicas.

4.4 PESQUISA DE CAMPO: O POSICIONAMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL

A atividade turística ao valorizar os atrativos materiais ou imateriais de um lugar tem a capacidade de reavivar e resgatar a história de uma comunidade bem como fazê-la despertar para a conservação de seu entorno ambiental. Esses fatores contribuem para o fortalecimento da identidade social, que vem se perdendo com o fenômeno da globalização. Além disso, um planejamento técnico do turismo deve levar em conta o desenvolvimento da consciência ecológica dos turistas, especialmente no caso de Aventureiro que envolve o segmento do ecoturismo.

Esta pesquisa de campo busca identificar se existem condições propícias para a implantação técnica do turismo endógeno na Vila do Aventureiro e se a comunidade o apoiaria, questão- problema deste trabalho. Também se busca encontrar indicações que apontem para os aspectos necessários para a implantação do modo endógeno em Aventureiro, de forma que

conduza ao desenvolvimento local, com ênfase nos elementos de preservação da identidade cultural e do meio ambiente. É necessário então saber, se a comunidade concordaria ou não com o desenvolvimento desse modo, o que de certa forma seria retomar de maneira sistemática o que já vem sendo praticado por ela inconscientemente. Diz-se que o turismo endógeno existe de forma espontânea porque afinal trata-se de uma comunidade tradicional que recebe os turistas em quartos ou *campings* nas suas próprias casas e são muito receptivos. Ninguém sai de Aventureiro sem saber um pouco da história da comunidade e da família que o hospedou, bem como sem observar suas práticas pesqueiras do dia-a-dia. Trata-se do extremo oposto do conceito de *resort* e de não-lugar.

A coleta de dados levada a efeito visou avaliar qual é o modo de turismo mais adequado, que modelo de conservação é considerado melhor e quais os efeitos que o turismo tem provocado no ambiente, na economia e na cultura de Aventureiro, tudo sob o ponto de vista da comunidade. Esse prisma dos “visitados” foi o escolhido porque o modo de turismo endógeno envolve basicamente a metodologia participativa de planejamento e de nada adiantariam esforços no sentido de implantá-lo se a população não estivesse engajada, ainda que se observasse esse desejo ao se avaliar o perfil dos “visitantes”.

4.4.1 Metodologia

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas por meio de processos científicos. A metodologia científica procura colocar à disposição o instrumental científico metodológico básico para a iniciação da atividade de pesquisa. Já a metodologia de pesquisa é um conjunto de procedimentos aplicados para se colocar as relações entre as variáveis de um problema. Assim, neste trabalho as metodologias de pesquisa utilizadas identificam-se como bibliográfica e descritiva.

É bibliográfica porque se respalda na revisão literária de definições e conceitos relacionados ao turismo endógeno, bem como sobre o que há de informações sobre a Ilha Grande e se discute teoricamente o tema ecoturismo, cultura e turismo cultural. Isso se dá, porque qualquer espécie de pesquisa supõe uma pesquisa bibliográfica prévia, que neste caso é para a

fundamentação teórica e para justificar a temática de se relacionar Aventureiro e turismo endógeno, algo novo dentro das publicações na área.

Em busca de resposta à questão-problema e do objetivo geral, citados da Introdução deste trabalho parte-se para a metodologia descritiva que correlaciona os fatos colhidos de sua própria realidade. Para isto, visitou-se o local para coletar e registrar dados ordenadamente e correlacioná-los. Dessa forma, como o que se objetivou na pesquisa foi basicamente identificar o posicionamento da comunidade sobre os modelos de unidade de conservação e de turismo mais apropriados e com qual deles a população mais se identifica, optou-se pela pesquisa descritiva de opinião, pois esta procura saber atitudes, pontos - de - vista e preferências das pessoas sobre determinado assunto, com objetivo de tomar decisões. Nesse caso, a decisão dos moradores seria construir o turismo endógeno e descobrir os caminhos para isso.

Em se tratando do instrumento de pesquisa foi utilizado o formulário. Este é aplicado por meio de contato direto, o que neste trabalho foi feito pelo próprio investigador. Uma de suas vantagens é a assistência direta que o informante recebe do investigador que pode tornar mais claras as perguntas, dar explicações, enfim ajustar o formulário à experiência e compreensão de cada informante, o que se fez absolutamente necessário no caso da população de Aventureiro, composta na sua maioria por pessoas de baixo nível de escolaridade.

Quanto à aplicação do formulário em si, ele continha 15 perguntas fechadas divididas em parte I e parte II. A parte I trata da identificação da população, como sexo, idade, se é nativo ou não, estado civil e escolaridade. A parte II compõe-se de 10 perguntas, em que apenas a pergunta 6 permitia a escolha de mais de uma opção. O formulário encontra-se no Apêndice A.

O formulário foi aplicado nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2007, com uma amostra aleatória de 30 moradores, o que corresponde a aproximadamente 20% da população de Aventureiro. No dia 15 foram entrevistados apenas dois moradores, no dia 16 mais 15 e no dia 17 os outros 13 moradores. Os moradores não foram selecionados e buscou-se fazer a escolha o mais aleatoriamente possível em se tratando de perfil de idade, justamente para se saber a opinião dos jovens e dos mais velhos. A aproximação foi feita nas residências e com quem estava na praia ou em seu estabelecimento comercial. Explicou-se que era uma pesquisa para um trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal Fluminense. Houve 10 pessoas que se recusaram a responder por estarem ocupadas em atividades domésticas, pesqueiras ou de comércio. Assim o índice de recusa foi de 25%. Em geral os moradores mostraram-se bastante solícitos e sempre

passavam informações a mais do que se perguntava, demonstrando interesse em dar opinião sobre o que fazer para melhorar a vida e o turismo no local.

Foi utilizada a estatística descritiva como instrumento de análise de dados. Assim foi feito o cálculo das percentagens correspondentes em cada questão.

4.4.1.1 Parte I - O Perfil da População

Procurou-se diferenciar os nativos e não-nativos para saber se quem vive em Aventureiro é realmente a população originária ou não e a partir daí observar a opinião de quem prevaleceria. Concluiu-se que 70% da amostra de entrevistados é de nativos. Esse é um valor significativo para identificar a presença de uma comunidade tradicional. Os demais sujeitos são pessoas que viviam ou no Rio de Janeiro ou em Angra e buscaram uma vida mais tranqüila no local ou mesmo casaram-se com nativos.

A idade mínima pesquisada foi de 21 anos e a máxima de 69. Aproximadamente 63% dos pesquisados têm entre 40 e 69 anos, constituindo-se, pois, a maioria e implicando que apresentam idade mais avançada. Dos pesquisados, 37% têm entre 21 e 39 anos. Reduzindo-se esta faixa etária para 21-31 têm-se 23%. Os jovens em geral migram para Angra em busca de oportunidades de estudo e trabalho. Em Aventureiro a única escola existente oferece apenas o ensino fundamental até a quarta série. Dentro do grupo significativo de 63% que têm entre 40 a 69 anos, 85% apresentam faixa etária de 40 a 60 anos. Esse percentual alto de 85% corresponderia a população que ainda trabalha seja no turismo ou não e vivenciaram o passado histórico dos ciclos econômicos e a transformação territorial da implantação da reserva biológica. Assim são capazes de se envolver e dar opinião em caso de um planejamento turístico.

Com relação ao sexo, não há diferenças consideráveis na amostra. Dos pesquisados coincidentemente metade era de homens e outra metade de mulheres. Quanto ao estado civil, predomina o de casado, que corresponde a 66% dos entrevistados. Em seguida está o público solteiro (20%), viúvo e divorciado (outros), cada um com 7% dos entrevistados. O fato de a maioria ser casado pode significar que a comunidade ainda valoriza a instituição da família, assim como seus antepassados. Em Aventureiro ainda observa-se a questão de em um mesmo

terreno conviverem casas de pais, filhos e netos. A família é uma instituição sólida, dado que apenas 7% encaixam-se na posição de divorciados.

Considerando-se o grau de escolaridade, nota-se que quase a metade dos pesquisados está situada no nível fundamental incompleto (47%), seguida por nível fundamental completo, nível médio incompleto e nível médio completo, cada um com 13% igualmente. Já o nível superior incompleto e nos classificados como sem escolaridade apresentam cada um 6%. Apenas 2% têm nível superior completo e sabe-se que estes migraram do Rio. Dessa forma, observa-se que o grau de escolaridade da comunidade é muito baixo, reforçando-se a razão pela qual se escolheu a técnica do formulário que é mais simples e objetiva, além permitir esclarecimentos. É interessante notar que a consciência ambiental que a comunidade apresenta justifica-se apenas pela experiência herdada e da tradicional sabedoria caiçara, pois ela não tem instrução para tal. Dentre os diversos modos de turismo, a atividade turística com base local mostra-se a mais adequada para ser desenvolvida no local, pois o nível de instrução da comunidade é muito baixo e assim dificilmente teria uma articulação adequada para serem funcionários de um *resort*, por exemplo, dependendo do cargo e só saberiam realizar atividades de serviços gerais e outras afins ou às vezes nem isso, como ocorrera com a população de entorno do *resort* Costa do Sauípe na Baía. Às vezes esses modelos podem ser tão excludentes que nem sequer empregos geram.

Assim o modo de vida submisso do trabalhador, em que este não participa ativamente na definição de seus próprios rumos, sendo dependente dos proprietários de grandes empreendimentos parece a direção mais comum a que uma comunidade como esta, localizada de uma área de notável recurso natural turístico se direcionaria e é isto que o modo endógeno vem a evitar. Essa pesquisa importa-se necessariamente na compreensão da realidade cultural dessa comunidade e na identificação de suas necessidades a partir de um processo em que estes são levados a refletir sobre suas condições de vida, questionando a realidade e identificando suas limitações e potencialidades. O modo endógeno faz uma comunidade deixar de lado a condição de passividade para uma atitude reivindicatória e consciente. Tais mudanças ocorrem à medida em que se utilize de um eficiente sistema de comunicação e se desenvolva um processo contínuo de educação cooperativista adequado à realidade desses moradores.

4.4.1.2 Parte II - Avaliação sobre o Turismo em Aventureiro

O objetivo maior dessa parte do questionário foi identificar se realmente o turismo endógeno seria o modelo desejado para o local, segundo as aspirações dos moradores, questão melhor identificada nas perguntas 5, 7 e 10. No entanto, para se avaliar o contexto dessa situação perguntas básicas como a 1- “O que pensa da atividade turística no local?” e a 9- “O que pensa da limitação do número máximo de turistas na Praia do Aventureiro, a partir de dez/ 2006?” deveriam ser colocadas para compreender como os moradores vêem a atividade turística, até que ponto ela é necessária para esse povo e se ela tem que ter limites baseados nos possíveis impactos ambientais e culturais.

De forma geral, o turismo é bem visto pela população, que em 87% o apóia por motivo de razão econômica. Afinal, desde que as outras atividades de subsistência foram proibidas ou restringidas por causa da reserva biológica, o turismo tornou-se a grande alternativa de atividade econômica e mesmo quem dele não depende diretamente reconhece sua importância para algum membro da família. A preocupação com a questão ambiental dos impactos do turismo é revelada por 10% dos investigados, ao manifestarem em parte seu apoio, o que sugere que seria bem vinda a estruturação de um planejamento que contemplasse a redução desse problema. Em Aventureiro, pode-se perceber por essa pergunta que a comunidade tem sensibilidade ambiental. A respeito do não apoio ao turismo, 3% revelaram essa discordância e na justificativa livre disseram que a razão é que desde o plano de carga, menos turistas vêm para o local e suas casas não estão sendo procuradas, dando lucro para os outros. Não seria bem o caso de não apoiar, mas sim de estarem inconformados por não haver uma melhor distribuição dos turistas pelas famílias que se propõem a recebê-los. Apoio em parte, por trazer mudança a cultura e apoio por outros motivos não foram respostas relatadas.

Confirmando a questão da geração de renda, a maior porcentagem dos entrevistados - 93% escolheu na questão sobre qual é o principal benefício do turismo a resposta benefício econômico - geração de renda. E o restante escolheu a resposta sobre valorização cultural, demonstrando que se sentem valorizados pelos turistas, o que provoca um fortalecimento da identidade local. Interessante notar que o fator desenvolvimento de infra-estrutura, assim como o de preservação ambiental não foram associados à atividade turística confirmando a carência de

infra-estrutura principalmente no que diz respeito à luz e destacando que pensam que o turismo como está sendo praticado não proporciona educação ambiental.

Quanto aos efeitos da atividade turística na vida econômica das famílias, metade dos pesquisados informou que tem no turismo menos de 50% de sua fonte de renda. Ou seja, muitos vivem também da pesca ou são funcionários públicos, mas complementam sua renda com o turismo. Enquanto isso, 30% têm mais de 50% de sua renda no turismo. Esses são aqueles que fazem transporte de barco e têm *campings*. Por outro lado, 7% têm toda a sua renda só no turismo. Assim significativo é o número de pessoas que sofrem os efeitos econômicos do turismo (87%). Somente 13% não possuem renda dessa atividade. Indagados em: “você ou alguém de sua família possui estabelecimento de *camping* ou aluga quartos isolados ou na sua residência para turistas?”, obteve-se o total de 82% de respostas afirmativas, representando um grande número de pessoas que disponibiliza suas casas ou quintais para os turistas. As opções referentes aos *campings* e quartos somaram 36% das respostas e somente em *campings* totalizaram 36%. Apenas 18% não disponibiliza hospedagem a turistas.

Perguntados sobre as atividades que suas famílias têm com fonte de renda admitiu-se dos opinantes mais de uma resposta. Assim poder-se-ia mostrar que atividades possuem como fonte de renda além do turismo. Confirmando o resultado da questão sobre os efeitos da atividade turística na vida econômica, observou-se que a grande maioria apresenta o turismo juntamente com a pesca como fonte de renda representando 40% da amostra. Reduzida é a parcela que possui o turismo concomitantemente com outras fontes sem ser a pesca - 20%. Essas outras fontes são de atividades como empregados domésticos (em Angra), funcionários públicos em geral (como agentes da FEEMA, agentes de saúde e professores), arquiteto (não-nativo), além de aposentados. Pequena é a quantidade que vive só de turismo – 20% sem atividades complementares.

A respeito do resgate cultural através do turismo, 67% dos pesquisados opinam que o turismo ajuda a valorizar a cultura. Outros revelam que a cultura não está sendo preservada não pela “invasão” do turismo, mas sim porque a reserva, no seu entendimento, restringiu as atividades de subsistência culturalmente originais desse povo (20%). Apenas 3% acreditam que o turismo prejudica a preservação da cultura, ao invés de valorizá-la. E 10% indicam que a cultura é preservada, mas que o turismo prejudica um pouco. Um entrevistado colocou uma opinião interessante de que não é o turismo que modifica a cultura mais sim a entrada dos meios de comunicação.

Quanto à limitação do número de turistas, a comunidade informa que tem consciência da infra-estrutura precária, pois 37% concordam que não há como receber tantos turistas por esse motivo. Já 30% sugerem que a capacidade de carga poderia ser aumentada sem prejudicar a natureza. Na verdade, ao entrevistar as pessoas detectou-se que alguns estão insatisfeitos por os turistas que agora são menos, estarem se concentrando nos *campings* de maior infra-estrutura (restaurante, geradores) e para argumentar dizem que o aumento do número permitido não prejudicaria a natureza. No entanto, sabe-se que seria prejudicial, pois esse estudo foi feito tecnicamente por diversos órgãos ambientais como a FEEMA e oficializado pelo Termo de Compromisso judicial. Dos opinantes, 20% apontaram fatores de invasão cultural na comunidade e concordaram com a limitação do número de visitantes. Apenas 13% reclamaram diretamente da limitação pela questão do lucro, demonstrando falta de preocupação com os impactos naturais e culturais, no entanto somam 57% as opiniões concordantes demonstrando que a maior parte do povo tem interesse em se preservar como observado em perguntas similares.

Para identificar a questão crucial se o modo de turismo endógeno seria o melhor passa-se a análise das questões 5, 7 e 10. O modelo de hospedagem ideal fora debatido na pergunta 5. Essa questão foi importante para mostrar se os moradores estão interessados em um turismo mais simples com a comunidade fornecendo parte de sua própria moradia para os turistas ou se querem se distanciar usando meios tradicionais como hotéis e pousadas. O resultado está na figura 20.

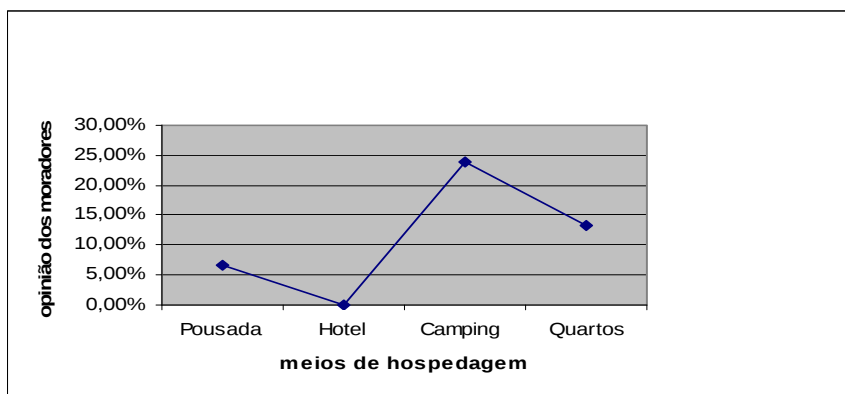


Figura 20: Meios de hospedagem para Aventureiro.
Fonte: Elaboração própria.

Na figura 14 pode-se observar que os *campings* (80%) e os quartos (13%) são os meios de hospedagem mais apoiados pela população. A hospedagem em casa é um meio comum utilizado em lugares em que existe o turismo endógeno como no caso do Jalapão, comentado no capítulo 1

deste trabalho. Ninguém cogita a hipótese de hotel e pousada tem apenas 6,7% de apoio. Mesmo assim espontaneamente os moradores disseram que só aceitariam as pousadas se fossem suas.

O modelo de unidade de conservação preferido para a Praia do Aventureiro foi uma pergunta colocada que se considera importante para resolver a polêmica situação da mudança ou manutenção da reserva biológica e as melhorias práticas de infra-estrutura que seriam possíveis relacionadas a ela. As opções foram “traduzidas” para uma forma mais fácil de os moradores entenderem, porém tecnicamente na classificação da do SNUC se referiam aos seguintes modos: a) reserva biológica; b) reserva de desenvolvimento sustentável; c) APA; d) nenhum modelo. A figura 21 ilustra a distribuição das respostas.

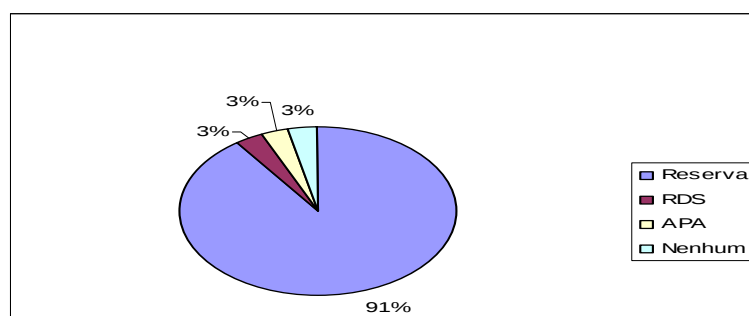


Figura 21: Modelo de conservação escolhido para a área da Praia do Aventureiro.

Fonte: Elaboração própria.

É importante salientar que apesar de não se referirem aos termos técnicos RDS ou reserva biológica, os moradores sabem o que significa cada um desses modelos de UCs. Pelo o que já se debateu anteriormente na seção 4.3, o resultado não surpreendeu. A grande maioria de 91% da população acredita que uma reserva de desenvolvimento sustentável deveria existir no lugar da reserva biológica. Isso porque esse modelo garantiria a permanência dos moradores com um aparato claro da lei (já que reserva biológica proíbe a presença humana, exceto para estudos científicos) em uma terra que historicamente é sua e ainda permitiria a instalação de luz elétrica, a agricultura em maior escala (mas que não chegasse a ser roça). Sugestão espontânea apontada por muitos foi a estruturação de sistema de energia solar ao invés de elétrico que seria mais sustentável ecologicamente para se compatibilizar com as características locais. Além disso, foi citado pelos entrevistados o desejo de construir casas para descendentes, o que é terminantemente proibido pela legislação atual. Essa é uma questão muito necessária, pois sem ter onde morar a comunidade migra e o povo de Aventureiro vai se dispersando, perdendo sua identidade. As

opções manutenção da reserva biológica, APA e nenhum modelo de unidade de conservação apresentaram cada uma 3% de opinião, ou seja muito pouco são os que querem que se mantenha a reserva biológica, que prejudica o cotidiano natural dessa tradicional comunidade. A APA também se mostra muito flexível, pois além de fazer voltar as atividades de subsistência de antigamente, teria a questão de permitir a construção de grandes empreendimentos, que como se verá é uma idéia rejeitada pela comunidade.

A opinião a respeito da construção de grandes hotéis, pousadas e restaurantes em Aventureiro por empresários vindos de fora vai ao encontro do pensamento já exposto sobre o meio de hospedagem considerado ideal. As alternativas dadas basicamente destinavam saber se a população estava interessada no fato de esses empreendimentos poderem trazer empregos para ela, ou se possuía uma visão macro-econômica, alertando para o fato de os empresários terem o maior lucro. A questão da preocupação com a preservação ecológica também recebeu atenção por parte da comunidade ao escolher a opção “ Não, pois faz mal a natureza”. Esse é um assunto determinante para se observar se realmente o turismo endógeno seria o ideal para área, já que se o resultado apontasse para a construção de empreendimentos modernos ele jamais teria espaço.

No âmbito da América Latina as teorias sobre as quais se fundamenta o desenvolvimento local são seguidas de práticas sociais inovadoras e colocam em destaque as dimensões humanas do desenvolvimento, com o objetivo de valorização das pessoas em sua plenitude. O aspecto econômico não é visto como fim, mas apenas como meio de proporcionar dignidade aos seres humanos. Pressupõe-se então que o desenvolvimento econômico vem como consequência da valorização pessoal e coletiva. Nesse sentido, a integração e o intercâmbio cultural através da aproximação entre visitantes e visitados pode ser conseguido por meio da hospedagem acolhedora do modo endógeno e assim tipos de hospedagem ou equipamentos turísticos mais sofisticados tornam-se impróprios, pois são impessoais. O resultado geral dessa questão observa-se na figura 22.

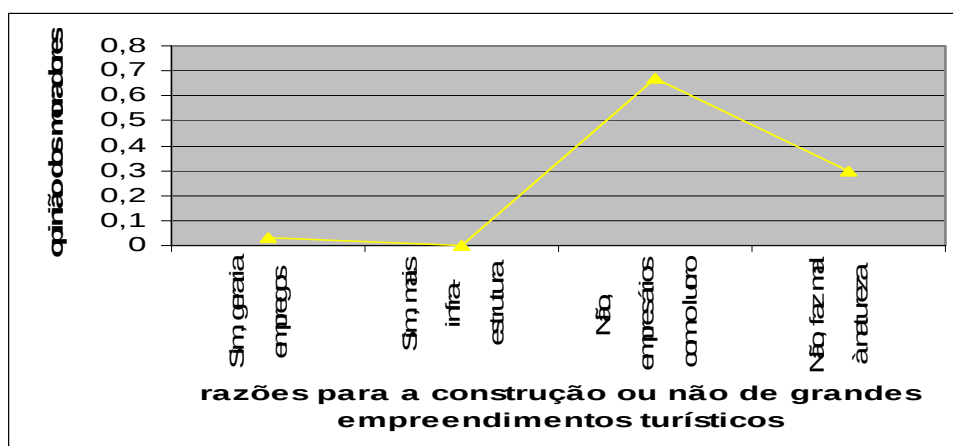


Figura 22: Opinião a respeito da construção de grandes empreendimentos em Aventureiro por empresários vindos do fora.

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, pois, que a população de Aventureiro tem sensibilidade macro-econômica de que a entrada de empresários vindos de fora acabaria com a atividade dos *campings*, pois criaria um modelo totalmente diferente para o local, desvalorizador da cultura, tanto que segundo informações colhidas na visita técnica com a associação de moradores, houve tentativas de empresários instalarem *resorts* no lugar e a FEEMA de pronto combateu, até por se tratar de uma reserva biológica e a comunidade apoiou. Sabem que os empresários teriam o maior lucro (67%). Além disso, uma vez que a comunidade desenvolve o negócio dos *campings*, rejeita a geração de empregos por hotéis, com apenas 3% apoiando-a. Ressalta-se também que 30% dos entrevistados destacaram a questão dos impactos ambientais gerados por grandes empreendimentos. Interessante perceber que mesmo com o fato de tais empreendimentos trazerem mais infra-estrutura para o lugar (o que é muito desejado pelos moradores), nenhum entrevistado apoiou essa mudança por esse fator, demonstrando que eles não querem mesmo deixar de serem os donos de seus próprios negócios. Mas citaram a contaminação de esgotos secundário e primário e a falta de luz. Resumindo, os entrevistados em peso - 97% refutam a entrada do turismo de *resorts* ou de massa.

O cruzamento de dados permite que uma análise mais aprofundada seja realizada sobre o objeto estudado. No contexto dessa pesquisa notou-se interessante analisar de forma cruzada, se grandes empreendimentos deveriam ser construídos em Aventureiro por empresários vindos de fora com relação à variável idade. Assim, poder-se-ia ver se quem preza mais as características originárias do local e o modo endógeno seriam os mais jovens ou mais velhos. Em primeiro lugar

apesar de a pergunta da idade ser objetiva, dividiu-se a resposta em três faixas etárias: 21 a 39; 40 a 60 e 61 a 69. Depois se relacionou dentro de cada faixa a porcentagem das respostas. O resultado observa-se na figura 23.

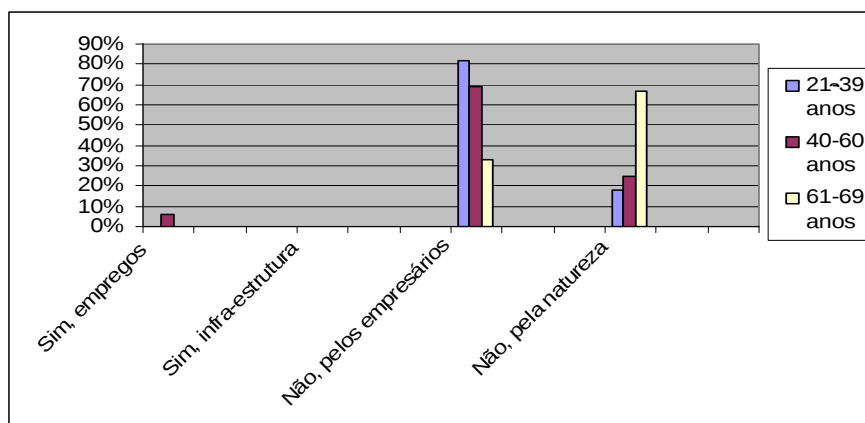


Figura 23: Opinião a respeito da construção de grandes empreendimentos em Aventureiro por empresários vindos do fora segundo a idade.

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição das respostas sinaliza que todas as faixas etárias (21-39 anos) têm consciência de que o lucro seria dos empresários e por isso negam sua entrada, sendo que o grupo dos mais jovens (21-39 anos) foi a classe que em maior porcentagem - 81,81% respondeu isso (talvez por maior nível de instrução e conseqüentemente entendimento econômico), seguidos da classe de 40-60 anos (68,75%) e de 61-69anos (33,33%). Interessante observar que quanto mais velhas, mais as pessoas se preocupam com a natureza, tanto que a classe de 61-69 maciçamente (66,66%) rejeitou essa entrada de grandes empreendimentos pelos impactos ambientais, confirmando o que se afirmou por várias vezes neste trabalho. Naturalmente os mais velhos mantêm mais ligação com a tradição do povo caieira de conservar a relação com o meio em que vive. O grupo intermediário de 40 a 60 anos foi o único que se interessou pela possibilidade de geração de empregos, mesmo assim em pouca quantidade (6,25%) hipótese não cogitada pelo restante, inclusive pelos mais jovens. Cabe ressaltar também, que ninguém cedeu ao “sonho” de melhorar a infra-estrutura (que se refere especialmente à instalação de luz elétrica), muitos entrevistados disseram que esse seria “um preço muito alto”.

Apesar de o aspecto social ser o objetivo maior ao se desenvolver o modo de turismo endógeno, não se pode ignorar que em uma sociedade capitalista, o turismo é uma atividade

econômica como outra qualquer e o resultado desta pesquisa de campo mostra que o turismo é bem vindo em primeiro lugar por ser a principal fonte de renda do local, a despeito de também poder levar a preservação ambiental e cultural. A intenção de se desenvolver o planejamento técnico reside justamente aí. Não se pode permitir que uma comunidade sem instrução e orientação deixe-se levar pela ganância do retorno financeiro e assim não se preocupe com o seu *lugar*, seu *território* que na sua originalidade constituem-se nos próprios atrativos turísticos que uma vez destruídos fariam a atividade turística se saturar em curto prazo, levando a não-sustentabilidade, como o que ocorreu com Abraão.

O resultado geral da pesquisa indicou que a comunidade quer o turismo e quer se aproximar do turista recebendo-os e suas casas, mas também quer resgatar as atividades que se perderam com o radicalismo da reserva biológica. Não tem o ímpeto economicista de desconsiderar a realidade da falta de infra-estrutura e a maioria aceita a limitação no número máximo de turistas. Assim de forma geral mostra-se apta a acolher um planejamento de turismo endógeno e nele se envolver participativamente.

É fundamental desenvolver linhas de pesquisa que relacionem turismo e empreendedorismo em projetos de desenvolvimento com base local respaldado no turismo, visto que para imensas regiões litorâneas deste país, como é o caso de Aventureiro, não chegam recursos para dinamizar as economias locais, a não ser que se rendam a financiamentos externos com custos materiais e sociais elevados, o que é tudo que se pretende evitar em Aventureiro.

5 TURISMO E CULTURA: ENCENAÇÃO E REMEMORAÇÃO

Neste capítulo, será discutida a relação entre turismo cultural e patrimônio, de forma a compreender as maneiras pelas quais ambos se articulam para a gestão eficiente desse segmento de turismo. Explica-se a relação entre ele e o modo endógeno.

Apresenta-se o histórico da formação do povo caiçara no país e suas respectivas características culturais. Também se mostra o entendimento da identidade caiçara pelo próprio povo de Aventureiro, especialmente com a pesca e a descrição da festa de Santa Cruz.

5.1 CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL

O turismo cultural serve-se do patrimônio cultural e histórico como atrativo. Etimologicamente, o termo patrimônio denota “bens herdados dos pais”. Logo, constitui-se num legado do passado, transmitido de uma geração a outra (SANTANA, 2001). Em sentido estreito, a Convenção Mundial da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura realizada em 1972, considera patrimônio:

Monumentos – obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Conjuntos de edificações – conjuntos de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Sítios – obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto e áreas que incluem

sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia (AZEVEDO; OIVER, 2008).

Apesar de toda essa concretude observada no estudo da UNESCO, o conceito de patrimônio vem sendo ampliado de modo a conter não somente os bens tangíveis, mas também os imateriais, incluindo as manifestações do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade. Essa amplitude se justifica por referir ao termo cultura como “o código mais profundo que revela a feição singular de um povo, ou seja, sua identidade” (AZEVEDO, 1998, p.48). Essa definição vem realmente ao encontro do pensamento da Antropologia que encara a cultura como o total de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. O antropólogo Edward Tylor em 1871 explicou que etimologicamente a palavra cultura deriva-se do termo alemão *kultur* (realizações imateriais) e da palavra francesa *civilization* (realizações materiais), os quais unificados formariam o vocábulo inglês *culture*. Para ele a cultura seria o “complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade” (TOMAZI, 2000). Portanto, cultura corresponde nesse último sentido, ao que diz John Urry (2001, p. 181) “as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que a partir de uma vivência e tradição comum se apresentam como a identidade de um povo”.

Ao pensar em turismo cultural uma primeira idéia remete a monumentos e cidades legitimamente conhecidas como históricas tais como Ouro Preto, em Minas Gerais ou Paraty, no Rio de Janeiro. Segundo Beni, o turismo cultural

refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, monumentos, nos museus e nas obras de arte (BENI, 1998, p. 430).

Assim a partir da análise da definição de cultura, observa-se que o turismo cultural pode estar relacionado a visitas a obras de arte famosas, monumentos antigos, sítios históricos, construídos ou formados em um período passado, social, econômico, ou politicamente importante para a história de um lugar ou até mesmo da humanidade e que difundem ou remetem a informações variadas sobre história, modalidades artísticas, modo de viver, ou seja, à cultura de alguma época e sociedade. No entanto, em um âmbito diverso pode estar relacionado ao fato de

conhecer itens imateriais ou simbólicos como o artesanato, a cultura (religião, costumes), o folclore (danças, rituais etc) de um determinado povo ou região, através de visitas e contato direto com estes.

Dessa forma, não se pode conceituar turismo cultural apenas como viagem a fim de conhecer museus e espaços históricos, mas sim como tudo que enriquece culturalmente e expande os horizontes, mesmo que o contato que se teve não seja com uma grande museu, como o Louvre e sim com um camponês que vive da lavoura e tem seus costumes ligados à terra ou com um humilde nativo litorâneo que vive da pesca e tem seus costumes intimamente ligados ao mar como o que acontece no caso de Aventureiro, composto de descendentes de caiçaras.

Algumas vezes, a comunidade em foco acaba até resgatando e incentivando alguns antigos costumes e identidades, reafirmando-os, como Banducci e Barreto confirmam: “a cultura é encenada para o turismo, mas a encenação provoca resgate da cultura” (2001 p.14). Há de se ressaltar neste ponto que nem sempre a encenação resgata a cultura. Tudo depende de se o turismo está sendo desenvolvido com fins mais amplos que apenas o econômico. Há de se visar ao fim social. Para isso um trabalho multidisciplinar de antropólogos e turismólogos que incentive o sentimento de pertencimento dos habitantes de um local a uma comunidade ou etnia é essencialmente necessário. Esta certamente é a forma como se sugere desenvolver o turismo cultural em Aventureiro. Além disso, o termo não seria bem “resgatar a cultura” e sim em uma visão inovadora prefere-se referir à situação como “rememoração”, pois resgate parece significar algo mais forte, como se a cultura já tivesse completamente perdida e se assim fosse não haveria mais como trazê-la de volta ao cotidiano das comunidades.

O turismo endógeno, no segmento turismo cultural, deve ser operacionalizado em cima do comprometimento da comunidade em desenvolver um turismo personalizado, voltado para o turista que deseja participar das atividades rurais, pesqueiras, ou simplesmente apreciar a natureza, mas também almeja instalar-se numa casa com modelo de habitação típico caiçara, com a oportunidade de saborear uma gastronomia peculiar, além de é claro, divertir-se com as festas e observar os rituais religiosos, além de conhecer pontos turísticos da área como a Igreja de Santa Cruz e o coqueiro deitado.

Assim, de acordo com as características do lugar pesquisado, o viés de cultura mais adequado é o mais amplo, pois abrange a cultura do próprio turista com o conjunto de criações, hábitos e o modo de viver da comunidade receptora, que ele assimila em seu contato com novas

realidades e convivências diferentes. Então, o conceito de turismo cultural que se insere no contexto de Aventureiro é o de Banducci e Barreto que ponderam:

É aquele que tem como atrativo tanto o patrimônio arquitetônico como a enorme variedade de manifestações da cultura imaterial ou simbólica, entre as quais podem ser citadas: as danças, a culinária, o vestuário, a música, a literatura popular e a medicina caseira que despertam o interesse dos turistas (2000 p.18).

Retomando-se a discussão de patrimônio, para o arquiteto Carlos Lemos existem dois conceitos: patrimônio histórico e patrimônio cultural . O primeiro está relacionado a bens já associados à história, como uma coisa única, sendo, por exemplo, uma obra de arte, como uma tela de Picasso. O segundo já é considerado algo mais amplo e inclui os bens que não precisam ser necessariamente históricos nem materiais, englobando os elementos naturais, o “saber e o saber fazer” (técnicas e a maneira de pensar de um povo) e os artefatos (resultado da junção dos elementos anteriores) (LEMOS, 1981). Portanto há de se salientar que dentro do termo “turismo cultural” há uma divisão, similar a divisão de patrimônio, afinal o turismo cultural serve-se deste. Observa-se que esta separação se equipara as duas visões diferentes do termo cultura já debatidas. Assim patrimônio histórico, patrimônio cultural e cultura são conceitos intimamente ligados que ajudam a compreender o que é turismo cultural.

5.2 A INTERFACE ENTRE TURISMO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

O turismo cultural pode ser entendido como uma segmentação de mercado, gerada pelo desejo de presenciar novos ambientes, de ampliar conhecimentos, de conhecer particularidades e hábitos de outras civilizações, de participar de manifestações artísticas ou, ainda, por motivos religiosos. Ele é o tipo de turismo que exalta o patrimônio seja histórico ou cultural.

Segundo Almeida, o turismo cultural pode surtir muitos efeitos positivos para um território: torná-lo melhor conhecido, melhorar a auto-estima de seus habitantes pela valorização

de suas atividades, promoção do *savoir-faire*¹ local, responsável pelos produtos locais e, principalmente, a preservação dos bens culturais (1998).

No Brasil, o turismo cultural ainda está em fase de descoberta e desenvolvimento em relação a alguns países da Europa. Porém algumas cidades históricas, como Ouro Preto, Recife, Salvador, Olinda, já estão consagradas nessa modalidade de turismo e também são verdadeiras cidades-artefato, como diria Carlos Lemos (1981), pois nelas se preserva uma arquitetura típica, colonial. Porém há ainda muito a ser “descoberto” neste país que é multicultural e heterogêneo. A cultura brasileira é uma das mais ricas do mundo e se espalha pelas cinco regiões, cada qual com sua particularidade – O Norte, com seus mitos e lendas, o Nordeste, com seu pioneirismo, o Centro-Oeste, com seu jeito rural, O Sul, com as tradições européias e o Sudeste, com toda história de seu desenvolvimento e urbanização. Tudo isso se refere a sua história, costumes, seu “modo de ser”, sua identidade.

Neste ponto cabe discutir papel da memória coletiva para um povo ou nação, que constitui a formação de uma identidade específica, pois se refere entre outras coisas à manutenção de fatos sociais ou políticos marcantes (em bibliotecas, monumentos, museus etc); a manifestações culturais, artísticas; a cultos religiosos, peculiares à história ou tradição deste povo.

O patrimônio histórico tem sido abordado com muita frequência, especialmente no que concerne a sua preservação, como meio de se manterem vivas a história e a memória humanas. Discutir esse tema, portanto, implica também em abordar a relação história-memória, debate acadêmico de grande complexidade, pois envolve os objetivos e fundamentos do trabalho histórico. O presente estudo, no entanto, não pretende esgotar tal assunto, mas sim apresentar as considerações mais adequadas ao seu objetivo, a fim de que possa ser mais bem compreendida a interação entre turismo e patrimônio histórico. Em uma visão simplista, patrimônio histórico seria entendido como os elementos que transmitem o passado histórico de uma localidade. Entretanto, de que seria composto esse passado histórico?

Sobre o conceito de história, Le Goff (1996) afirma que é uma tarefa difícil estabelecê-lo, posto que a história possui um significado ambíguo. Globalmente, portanto, ela pode ser compreendida sob os seguintes ângulos: como “história-realidade” ou como “história-estudo

¹ *Savoir faire* é saber como agir, se sair bem numa situação, ter apurado conhecimento de algo, pessoa que tem *savoir faire*, é aquela que sempre tem uma resposta para tudo. Pode ser definido também como o esquema com certa complexidade, no estado prático, que procede geralmente de um treinamento (à maneira do patinador, do virtuoso, do artesão, cujos gestos tornaram-se uma segunda natureza e fundiram-se no hábito).

dessa realidade”. A “história-realidade” consiste nas séries de acontecimentos, onde o homem é o elemento central, que se passa em um determinado espaço e tempo. A “história-estudo da realidade” corresponde à ciência histórica, cuja finalidade é o estudo e a narração dos acontecimentos (história-realidade) relevantes na sociedade. Essa relevância é o que transforma um simples acontecimento em um fato histórico. Porém, é necessário citar que há estudiosos que não consideram a história como ciência (LE GOFF, 1996).

Na reconstrução do passado histórico por meio de recordações, dois tipos de memória devem ser considerados: a individual e a coletiva. São elas que irão caracterizar a natureza do passado lembrado, isto é, se é pessoal ou social. Sobre esse ponto, Chagas ressalta que “a memória não é o passado, mas apenas a sua representação, e como tal é dinâmica e cambiante, é espacial e temporal, é individual e coletiva” (CHAGAS, 1996, p. 90).

A memória pode então se transmitir de um indivíduo para o outro, de uma geração para a outra ou até de um povo para outro (fazendo uma correlação com o turismo), o que segundo Le Goff, “pode ser feito através da comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (1996 p.425). Ou seja, alguém que presenciou ou viveu um fato social, um costume passa tal experiência a quem não a viveu, inicialmente fortalecendo e propagando tais fatos dentro do grupo e depois os repassando de geração em geração e de um povo para outro (no caso do turismo).

Essa seqüência: fortalecer, propagar e repassar traduz o que de fato é a extensão da memória individual. O modo como isso se processa é variável ao longo da história e também de acordo com o povo, ou seja, pode ser oral, o que seria mais original e livre, pois nesse caso, “há a vontade de se manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva” (LE GOFF, 1996, p.430), ou escrito, o que é mais técnico e profissional, pois se pode reexaminar e retificar as palavras convergindo para a “dessacralização da memória” (LE GOFF, 1996, p.440) e ainda há a vantagem de ser “suporte a sobrecarga da memória oral” (LE GOFF, 1996, p.432).

Aventureiro chama mais atenção por suas belezas naturais. No entanto, o fato de existir uma comunidade tradicional pode ser aproveitado para pôr em prática um aspecto importante do turismo cultural, que é a memória de um povo, a qual englobando seus fatores sociais, ecológicos e históricos pode se tornar mais atraente para os turistas, e como consequência do fenômeno turístico essa memória coletiva se propagaria, agora para além do povo/lugar, passando a pertencer também ao imaginário dos turistas. Promover o turismo cultural através do estímulo a

visitas à comunidade nativa de uma localidade é espécie de movimento científico, (como cita Le Goff em relação à propagação de museus na França do séc. XVIII), pois se destina a fortalecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança, chamados também de “instituições da memória”. Inserindo-se o termo “nações” no contexto do turismo como fenômeno social, pode se entender de um lado os nativos do local visitado e do outro lado, os turistas. Ao final do processo, se sustentavelmente realizado, a interação entre “visitantes e visitados” contribui para o respeito mútuo entre ambas culturas.

Essa proposta de turismo endógeno, baseada nos aspectos naturais e culturais da região, permitiria que a cultura caçara local e o meio ambiente fossem mais valorizados e preservados. Com vista disso, é pertinente citar que, quando se percebe uma etnia com uma determinada identidade, isso

“[...] implica num sentido de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição”, notadamente, muito além de se explorar esta identidade para os outros, o turismo consegue “[...] a recuperação da memória que leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes locais” (BARRETO, 2000, p.46-47).

Logo, a memória de uma etnia pode além de reforçar a identidade, ser uma atração turística e o turismo, ao trazer para o alcance dos outros a cultura de um povo, contribui para a perpetuação dessas manifestações etnográficas. Isso leva a refletir sobre a prática do modo de turismo endógeno, pois uma localidade que o instaura consegue trazer para o alcance dos turistas a sua cultura, tornando-a apreciada e admirada, no que se refere como história e orgulho de um povo. Assim, desenvolver este modo de turismo, é além uma alternativa de geração de renda diretamente para a população, a garantia da rememoração da história de um grupo.

Aprofundando a relação do turismo cultural com o modo endógeno, percebe-se que o patrimônio, o território e a cultura são bases fundamentais, indissociáveis para respaldar o desenvolvimento local. Uma vez que o modelo de turismo deste trabalho é considerado inclusivo e não se sustenta sem o protagonismo das comunidades anfitriãs, elas devem estar coesas através de seus laços culturais expressos pelo sentimento de pertencimento - um dado essencialmente cultural.

O marco endógeno há que valorizar o capital cognitivo, cultural, simbólico, valorizando a memória coletiva, o que o turismo cultural valoriza também. Além disso, se colocam os valores cívicos, institucionais, sinalizando que neste modo é imprescindível a participação do Estado, pois o setor público é fundamental para dar respaldo material e jurídico ao projeto (RODRIGUES, 2003).

É evidente que o patrimônio encerra vantagens comparativas e também competitivas em projetos de desenvolvimento com base local. Assim a preservação do patrimônio material e imaterial agrega valor às peculiaridades ambientais e culturais. Do ponto social trata-se de um modelo agregador, inclusivo para a comunidade, que em outros modos é alijada do processo.

5.3 AS ORIGENS DA CULTURA CAIÇARA

Neste ponto procura-se colocar referenciais históricos da cultura caiçara em geral e algumas de suas características. Sobre Aventureiro especificamente, no item 3.2.2 (registros históricos locais) muitos elementos culturais foram observados, como a relação com o mar e a terra, mas outros serão acrescentadas. Assim busca-se diagnosticar a situação atual deste núcleo comunitário em relação ao seu significado enquanto patrimônio cultural e identificar requisitos para que o desenvolvimento da atividade turística na área, leve em consideração o resgate destes elementos culturais.

O termo caiçara origina-se do vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* (Sampaio, 1987² *apud* ADAMS, 2000), que “era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe”. Também foi o nome dado a abrigos levantados nas praias para guardar canoas e instrumentos de pesca. Finalmente passou a denominar “todas as comunidades do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, formadas pela miscigenação de indígenas, colonizadores portugueses e em menor escala de escravos africanos” (DIEGUES, 1983), como já explicado anteriormente neste trabalho. Assim, essas comunidades estabeleceram-se em áreas costeiras onde, isoladas dos

² SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Brasileira. 1987.

grandes centros urbanos, mantiveram suas tradições e costumes que incorporam um grande conhecimento dos recursos naturais locais (DIEGUES, 1983).

O litoral foi a primeira área brasileira de povoamento e existiriam elementos culturais comuns em toda a população costeira, decorrentes de influências semelhantes na formação de suas bases culturais. Esta população, oriunda da miscigenação do branco português com o indígena, deu origem a um contingente de mamelucos, que, mais tarde, misturou-se também com o negro, trazido ao país para a escravidão. Costumes dos indígenas tupi-guarani foram se misturando à cultura portuguesa, pois os primeiros usavam a mandioca, o milho, os feijão e outros legumes e cereais similares. Exemplos de frutas nativas que passaram a ser consumidas foram a banana da terra, a goiaba, o caju e o maracujá. Além disso, como forma de complementar de alimentação com proteínas, passou-se a praticar a caça e a pesca. A técnica indígena principal se adaptou a sua forma de vida foi o sistema indígena de plantio (roça itinerante e baseada na queimada e no pousio). Outras práticas indígenas acrescentadas à cultura caiçara foram a plantação de mandioca para a produção de farinha, o tipiti (cesto de timbopeva flexível, utilizado para espremer a mandioca ralada), o uso e a técnica de fabricação de canoas, métodos e técnicas de pesca e de fabricação de redes. Quanto aos elementos trazidos pelos portugueses para cultura caiçara foram o trigo, o arroz branco, a batata inglesa e alguns outros legumes que eram desconhecidos dos indígenas (ADAMS, 2000).

Sobre influência da colonização brasileira na estruturação da comunidade caiçara destaca-se que:

[...] a formação das comunidades caiçaras só pode ser entendida historicamente no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região sul/sudeste. O caráter predominantemente agrícola da colonização brasileira fez que as terras férteis, úmidas e quentes das baixadas fossem as mais ocupadas, inclusive graças à facilidade de escoamento dos produtos para o exterior. Formaram-se então aglomerados grandes e médios, ao redor dos quais gravitavam pequenos núcleos, formados graças a condições particulares da costa, que favoreciam sua ocupação, e que enviavam aos núcleos maiores parte de sua pequena produção (farinha de mandioca, peixe e algum café). Muitas vezes, esses pequenos núcleos converteram-se em compartimentos estanques, com pouca comunicação entre si ou com o exterior, em razão da dificuldade de comunicação por terra. Nestes locais desenvolveu-se, em contrapartida à grande agricultura exportadora, uma agricultura de subsistência, que servia inclusive como apoio econômico dos grandes engenhos, garantindo a sobrevivência das populações locais (DEAN, 1996³ *apud* ADAMS, 2000. p.2).

³ DEAN, W. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

A grande variedade de concentração de população entre os grupos do litoral deveu-se à questão geográfica que em alguns momentos se fez foco de atração para a fixação do homem e em outros, foi motivo de repulsão. Assim a estrutura da sociedade foi se formando e foram se determinando as formas de ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais (ADAMS, 2000). Sobre isso comenta-se que

O tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, quase que isolado do mundo de fora em termos de produtos e influências, por causa da falta de poder aquisitivo, resultou em um aproveitamento intensivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma grande intimidade entre o homem e seu habitat (MUSSOLINI, 1980 ⁴ apud ADAMS, 2000)

Com a redução do comércio no litoral, muitos agricultores deixaram suas terras, limitaram suas culturas, ou mudaram-se para o planalto, a partir de 1787. A ocupação da costa Sul e Sudeste foi se modificando a partir do início do século XIX, quando se iniciou um processo de despovoamento e perda de importância econômica, aumentando a quantidade de pequenos núcleos (ADAMS, 2000). Os produtos gerados pela economia de subsistência, não obstante possuírem pouca importância econômica, passaram a ser os únicos gêneros de exploração local. Foram eles a farinha de mandioca e a aguardente (MUSSOLINI, 1980⁴ apud ADAMS, 2000). Para Mussolini, a sensação de decadência começou a ser notada quando se percebeu que a vida ali foi reduzida apenas aos seus elementos culturais e o papel produtor econômico praticamente havia desaparecido.

Essa situação de despovoamento se deu porque os ciclos econômicos que seguiram ao da cana-de açúcar (café, ouro) fizeram com que no litoral sudeste épocas de intensa atividade econômica intercalaram-se com épocas de certa paralisia. Até meados do século XX, durante períodos de prosperidade em que outras atividades eram oferecidas aos caiçaras, suas atividades tradicionais eram abandonadas para que eles se dedicassem àquelas e assim houve aumento das populações urbanas nos municípios costeiros. Por outro lado nas épocas de estagnação os caiçaras voltavam para suas atividades rurais como forma de garantir a subsistência (ADAMS, 2002).

⁴ MUSSOLINI, G. **Ensaios de antropologia indígena e caiçara**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1980.

Sobre a caracterização do sistema de produção deste povo deve-se analisar o contexto do momento histórico. Assim destaca-se que a economia caiçara

era caracterizada por uma oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial. Seu sistema de produção era organizado para atender, em primeira instância, às necessidades domésticas, mas ainda assim o caiçara necessitava de insumos externos, para os quais precisava gerar um excedente: ferramentas, habitação, vestuário, sal, pólvora, entre outros. Além disso, devia oferecer uma contribuição à sociedade nacional, sob a forma de impostos. Assim, raramente a exploração era totalmente auto-suficiente. A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras. O peixe era um alimento básico. Em alguns casos eram criadas galinhas e porcos. (MARCÍLIO, 1986⁵ *apud* ADAMS, p.3)

Quanto à posição da mulher na sociedade caiçara resumia-se basicamente ao da mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e às vezes da roça. Seu papel era essencial para a manutenção da imagem da família, para a reprodução, para a produção agrícola e para a sobrevivência. Suas tarefas basicamente eram o preparo do alimento e a criação dos filhos. O homem era responsável pelas atividades de caça e pesca, derrubada e queimada, construção de casas, condução e venda de produtos agrícolas excedentes, condução das canoas e dos trabalhos da roça, plantio e colheita (nestes casos podia ser ajudado pela mulher e filhos) (MARCÍLIO, 1986). Esse quadro familiar caiçara confirma o esquema homem - sociedade, mulher - natureza colocado no item 3.2.2 - registros históricos de Aventureiro.

Assim observa-se que as características do *modus vivendi* (modo de viver) caiçara baseiam-se nas estreitas relações familiares, tendo como base econômica às atividades de pesca e o desenvolvimento de uma agricultura itinerante, além de atividades de extrativismo vegetal. A confecção de artesanato e de objetos utilitários também deve ser destacada (DIEGUES, 1983). Sobre tais atividades atualmente observa-se uma série de limitações impostas pelas legislações ambientais, como cita Luchiari sobre o artesanato:

A pesca artesanal e o artesanato empregando como matéria-prima a palha, madeira, taboa, taquara, mas principalmente o barro e a caxeta, e as roças que ainda restam são os pilares da atividade tradicional e da utilidade da natureza para os caiçaras. A arte de fazer barcos e canoas está morrendo. Com as dificuldades burocráticas de se cortar madeira de lei nas áreas preservadas, apenas os mais velhos sabem essa ciência. A arte

⁵ MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.** Edições Paulinas/CEDHAL. São Paulo, 1986 .

de fazer artesanato ainda sobrevive para alguns quase na ilegalidade. Os artesãos [...] são obrigados a agirem como ladrões da mata, durante à noite quando a fiscalização é mais difícil (1997, p.152).

Em meados do século XX (décadas de 40 e 50) a estruturação espacial do povoado caiçara era de um conjunto aleatório de casas isoladas umas das outras, escondidas na mata. O chão era de terra batida e quase não havia móveis. Não obstante a propriedade ser privada, ela não era cercada e as trilhas na mata permitiam a aproximação de estranhos ao espaço caiçara. A praia era o referencial principal deste povo e centro de articulação com o mundo de fora. O caiçara discernia pela praia a que grupo pertencia e a solidariedade entre seus membros era importante fator de equilíbrio, mesmo não sendo regulada por nenhuma organização ou instituição. “Apesar de a atividade agrícola ser essencialmente individual e familiar [...] a prestação de serviços e a ajuda nos trabalhos, sob a forma de mutirão, levavam a uma distribuição mais igualitária dos produtos obtidos nas culturas” (França, 1954⁶ *apud* ADAMS, 2000). Assim, o sertão ao contrário da praia era apenas o lugar onde estavam as roças, os bananais e a floresta, de onde se retirava lenha, ervas medicinais e onde se caçava. Era o referencial de espaço de trabalho.

A partir da década de 50, com a construção das primeiras rodovias interligando litoral e planalto, estas comunidades começam a enfrentar as dificuldades para manutenção de sua forma tradicional de vida. Nesta mesma época aumenta a especulação imobiliária levando grande parte destas comunidades a mudar-se para longe de seu ambiente de trabalho. Perdem assim, de uma só vez, sua moradia e fonte de subsistência. Outros fatores de desorganização da cultura são o turismo de massa, o desenvolvimento da pesca industrial e a transformação de parte de seu território em unidades de conservação, o que restringiu as atividades de agricultura, caça e pesca, além do artesanato (DIEGUES, 1983). Nota-se que a questão das unidades de conservação foi justamente o aconteceu com Aventureiro e assim o local se protegeu por muito tempo da invasão do turismo de massa, situação ocorrida com Abraão, mas por outro lado sofreu a imposição “desculturalizante” da reserva.

Sobre o advento do turismo a maior facilidade encontrou-se,

⁶ FRANÇA, A.A **Ilha de São Sebastião**. Estudo de Geografia Humana, São Paulo, FFCL - USP, Boletim 178, Geografia, n. 10, 1954.

Depois da construção das estradas de acesso ao litoral norte do Estado de São Paulo e sul do Estado do Rio de Janeiro (rodovia Rio - Santos) na segunda metade do século XX, as transformações sócio-econômicas, que até então ocorriam lentamente, passaram a acontecer de modo acelerado, com a chegada do turismo e da urbanização do litoral (ADAMS, 2000, p. 5)

Após a abertura dessa estrada, a pesca e especialmente a agricultura foram perdendo sua importância. A caça e a agricultura itinerante passam a ser proibidas devido a legislação das unidades de conservação (ADAMS, 2002) “A paisagem rural foi se transformando a paisagem urbana ou o caíçara foi sendo expulso para as cidades” (ADAMS, 2000, p.5). Em Aventureiro por estar mais isolado geograficamente e haver muita dificuldade de acesso, não houve essa mudança da paisagem rural para urbana. No entanto, mesmo com a reserva, a atividade turística descontrolada fez da praia em épocas de alta temporada, território de turistas que iam espalhando suas barracas de *camping*, alterando a paisagem bucólica original e descaracterizando o lugar (para isso também contribuiu a desativação do presídio da Ilha Grande). Quanto à migração, muitos caíçaras deslocaram-se para trabalhar na construção da rodovia Rio - Santos e em outras atividades da construção civil derivadas da especulação imobiliária. Muitas famílias tiveram que mudar sua fonte de renda para a pesca comercial ou para o setor de serviço incipiente, a atividade turística.

Quanto à contextualização de um panorama de características da cultura caíçara têm-se alguns aspectos. O artesanato é desenvolvido com fibras e barro - de responsabilidade de mulheres e crianças e o de madeira, realizado pelos homens. A extração de madeira para diversos fins como lenha e construção de canoas e casas, esbarra muitas vezes em proibição das leis que regem algumas áreas naturais de preservação. Os caíçaras ficam assim limitados em seu próprio território. No entanto, uma das interessantes extrações é verificada na comunidade do Aventureiro, onde os caíçaras retiram a casca do cobi (*Anadenanthera colubrina*) e a levam ao fogo para retirar sua resina. Esta é aplicada nas redes de pesca com a finalidade de fortalecer a malha, ficando com uma tonalidade vermelha (MUSCAI, 2008).

A música e a dança estão presentes em freqüentes em bailes e festas tradicionais –como a do Divino, do Padroeiro e Folia de Reis - utilizando instrumentos como a viola, a rabeca, o bandolim, o pandeiro, o surdo, o triângulo e o cavaquinho. As principais danças são o fandango, o cateretê e o baile de fitas. Quanto à culinária, há como base a farinha de mandioca (tanto que neste trabalho foi relatado sobre as casas de farinha de Aventureiro), a banana e o peixe e podem-

se citar alguns pratos tradicionais: azul-marinho, lambe-lambe, peixe seco com abóbora, camarão com chuchu, taioba, pirão, paçoca com carne seca, moquecas, além de doces como o de mamão verde, abóbora, banana e o bolo de mandioca (MUSCAI, 2008).

A medicina natural também é muito recorrida e muitos males são tratados através de plantas medicinais oriundas da flora nativa. Este conhecimento se traduz desde plantas tradicionalmente usadas na medicina popular, até usos medicinais de certas espécies de peixes. Esse intenso uso de elementos da natureza demonstra a forte interação homem/ ambiente mantida em uma cultura próxima às maiores cidades brasileiras (MUSCAI, 2008).

Quanto à religião, os caiçaras são, originalmente, um povo de religião católica, herança esta gerada pelo colono português. Há várias festas relacionadas ao catolicismo, porém a mais famosa acontece no mês de janeiro ou maio dependendo da localidade, em homenagem à Cruz (Santa Cruz). É necessário que se realize no "claro", isto é, na lua cheia, para que todos possam comparecer. A cada ano é escolhido o festeiro - figura central na organização da festa - que, por sua vez, escolhe outros responsáveis. Durante três dias, a comunidade estará ocupada na realização da Festa de Santa Cruz. Atualmente várias comunidades caiçaras fazem parte de Igrejas Pentecostais, dado o forte grau de contato com estas nas últimas décadas. Igrejas protestantes estão se tornando comuns e se espalhando rapidamente (como em Parnaióca, na Ilha Grande), o que faz com que o Catolicismo tradicional, suas festas e rituais vão se tornando cada vez mais raros e, também, são responsáveis por alguns conflitos entre comunidades (MUSCAI, 2008).

5.3.1 A Cultura Caiçara em Aventureiro e o Turismo

Especificamente no caso de Aventureiro, seus moradores são considerados pelos ambientalistas, governamentais ou não, principalmente os identificados com o pensamento sócio-ambientalista, como a mais “tradicional” “população caiçara” do Estado do Rio de Janeiro, remanescente das que teriam habitado amplas faixas litorâneas no passado. Sendo assim, a identidade “caiçara” caracteriza-se como uma categoria atribuída a estes habitantes por agente externos a Aventureiro, da qual possivelmente tomaram conhecimento a partir da intensificação

dos contatos com os ambientalistas, desde a criação da Reserva Biológica (FERREIRA, 2004). Sua cultura é observada aqui sobre o prisma de uma das mais importantes atividades tradicionais caiçaras: a pesca.

Adams (2000) traz a discussão sobre qual seria a principal identificação dos caiçaras, se com a lavoura ou com a pesca. Esta questão aponta elementos interessantes para refletir sobre a configuração atual destas sociedades. A autora afirma que diversas descrições sobre o antigo modo de vida caiçara demonstram a importância da agricultura para estas comunidades. Trabalhos mais recentes, no entanto, valorizam mais o caiçara como pescador, vivendo de forma muito voltada para o mar e tendo a agricultura como uma atividade complementar.

A partir do início do século XX, sobretudo por volta de 1930, indo até os anos de 1980, aconteceram mudanças importantes na vida das comunidades pesqueiras no Brasil: a formação de colônias de pescadores, a motorização dos barcos, a pesca seletiva e a transformação do sistema de representação corporativista. A motorização dos barcos foi talvez o aspecto mais importante, pois teria definido para muitos a pesca como atividade principal. Houve também o advento da chegada das grandes empresas de pesca, que empregaram um grande número de moradores das comunidades que eram pescadores (ADAMS, 2000).

A análise das tipologias relacionadas à pesca mostra-se interessante, pois, como relatado do na seção sobre a história do local, todas existiram em Aventureiro e, em alguma medida, ainda existem. De acordo com relatos dos moradores mais antigos, a atividade principal da comunidade era a lavoura. A pesca sempre existiu, no entanto mais voltada para o consumo da própria população. Parece ter sido com a introdução do motor nas canoas, o que aconteceu no fim da década de 1950 e início da década de 1960, que a pesca começou a crescer em importância no local. E talvez tenha sido, a partir de então, que, no Aventureiro, começou a se construir uma identidade relacionada a esta atividade; forte, ainda hoje, embora não seja esta atualmente a maior fonte de renda da comunidade (FERREIRA, 2004),

Grande parte dos pescadores de Aventureiro trabalhou embarcada nas empresas de pesca de Provetá, em grandes traineiras que percorriam todo o litoral brasileiro em busca de peixe. A época de ouro desta pesca foi nos anos de 1970 e 1980, época em que viviam principalmente da atividade é idealizada como se representasse a época da verdadeira fartura. Atualmente dizem que o peixe como atividade econômica “fracassou” por causa das grandes empresas, com instrumentos modernos e poderosos, como o sonar, por exemplo, que rastreia o peixe a

quilômetros e não sobra nada, nem os filhotes ou os peixes ovados. Hoje em dia ninguém mais no Aventureiro trabalha embarcado (FERREIRA, 2004).

No verão, é difícil ter tempo para pescar no Aventureiro. A ocupação com os turistas, mais rentável, toma todo o tempo. No entanto, no momento em que vão embora, os nativos voltam a pescar. A pescar e, em menor escala, a plantar. E mesmo quando está lá o turista, às vezes saem “pra matar um peixinho pra comer”, “pra botar nos pratos feitos”, ou até mesmo para se divertir. É interessante constatar como a pesca e a lavoura não estão somente associadas ao trabalho, mas também à diversão. Assim mesmo com o advento do turismo, a pesca não foi abandonada (FERREIRA, 2004).

A pesca é considerada atividade tradicional e tem um significado cultural e mesmo que dela não vivam inteiramente, os caiçaras de Aventureiro ainda a praticam, em menor escala, mas praticam. Tanto que a pesquisa de campo realizada revelou que 40% dos investigados vivem concomitantemente da pesca e do turismo. Assim, a pesca para a família se alimentar e para a venda em pequena escala não acabou e não acabará enquanto houver peixe, por figurar como um forte elemento de identificação cultural da comunidade (FERREIRA, 2004). Assim deve ser combatido o abandono da pesca pelos moradores por causa do turismo, situação que também ocorre (ILHA GRANDE, 2007_a). Nesse sentido, um planejamento que contemple o turismo cultural deve incluir um trabalho de conscientização na comunidade da importância da prática das suas atividades tradicionais para valorização de sua identidade e conseqüentemente atrair turistas por esse aspecto peculiar. Assim, “a cultura é encenada para o turismo e turismo provoca o resgate da cultura”(BANDUCCI; BARRETO 2001, p.14), como colocado na seção anterior

O turismo aparece como uma alternativa para a geração de renda para a comunidade local, frente às empresas de pesca e proibição da roça.. Porém, como salienta Camargo (2004), não se deve esperar uma redenção trazida pela atividade turística, pois em locais carentes de serviços básicos, esta pode aprofundar diferenças sociais. Afirma ainda que patrimônio e lazer são elementos essenciais da cidadania e somente em um segundo momento o turismo poderá se apropriar destes espaços cidadãos. Daí a importância da população de Aventureiro, conhecer suas origens históricas, praticar as atividades tradicionais (através da mudança da categoria de unidade de conservação) e se autovalorizar. Após seguir esse trajeto é que o turismo cultural poderá se solidificar em Aventureiro e assim essa área não vai ser reconhecida apenas pelas suas belezas naturais e práticas ecoturísticas.

Sobre este caminho Barreto⁷ (2000, *apud* ARRUDA; VARGAS; QUEIRÓZ, 2002, p. 124) coloca:

A recuperação da memória coletiva, mesmo que seja para reproduzir a cultural local para os turistas, leva, numa etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado. [...] a recuperação de um centro histórico e a encenação de um cotidiano do século passado [...] não são apenas atrativos para os turistas que estão de passagem. Constituem também uma ferramenta para os professores e pais que queiram ensinar a história local de uma forma lúdica e prazerosa.

Desta maneira, o turismo pode incentivar o resgate de antigos costumes inserindo-os num contexto contemporâneo. Todavia, a visitação pode expor a comunidade a atos de vandalismo caso sua gestão seja inadequada, como lembra Camargo (2004); mas também pode incentivar a conservação de seu patrimônio dada a necessidade de mantê-lo em condições adequadas para os turistas. E é dessa última forma que se sugere que o turismo cultural se desenvolva no local.

Durante a aplicação dos formulários no local observou-se que, de maneira geral, o desenvolvimento do turismo é visto de maneira bastante positiva para a questão cultural também. Dos investigados 67% acreditam que o turismo ajuda a valorizar a cultura. Realmente depois da limitação de capacidade de carga não se observam atos de desrespeito ao cotidiano da área, como festas feitas na praia por turistas com música alta. Notou-se que muitos se aproximam da comunidade por espontânea curiosidade querendo saber mais sobre a pesca, seus conhecimentos sobre climas baseados no fluxo diário da maré ou sobre o passado histórico das fazendas de café.

Um atrativo histórico-cultural de Aventureiro é a Igreja de Santa Cruz (figura 3 do apêndice B). Historiadores dizem que ela foi chamada de Santa Cruz porque foi celebrada a primeira missa as vésperas da festa da Invenção da Santa Cruz, no dia 3 de maio, que celebra a descoberta da verdadeira Cruz de Nosso Senhor, por Santa Helena, em Jerusalém (ILHA GRANDE, 2007_a). Outro atrativo é uma casa de farinha que ainda existe em Aventureiro, onde se processa a mandioca, na técnica do tipiti, conforme já foi explicado anteriormente. Ela fica em um morro, na altura do centro da praia.

É relevante não esquecer que a limitação das atividades de agricultura, extrativismo e até de certos tipos de pesca por causa da reserva constitui-se em barreira para a reafirmação da identidade cultural de Aventureiro. Isso é tão ou mais ameaçador que a invasão do turismo, já que

⁷ BARRETO, Margarida. **Turismo e legado cultural**. Campinas. Papirus, 2000

agora a área conta com o plano de carga. Urge um planejamento turístico, portanto que contemple as questões ecológicas, que conseqüentemente afetam as práticas culturais.

Arruda; Vargas; Queiroz (2002) comentam a capacidade do turismo em revigorar áreas adormecidas ou mortas para o bem-estar social e a dinamização da economia. O sentido de “adormecidas ou mortas” se refere há áreas que não estão se desenvolvendo economicamente e estão esquecendo de suas raízes culturais, de sua história. Por intermédio da atividade turística, passam a ganhar destaque diversos elementos que, muitas vezes, carecem de maior significado no processo produtivo de bens e serviços. O turismo é uma atividade que permite o reaproveitamento de equipamentos obsoletos e costumes ocultos no tempo, introduzindo homens e meios a novos processos, estimulando novas práticas e gerando novas fontes de renda para a população. Desse modo, é capaz de transformar pequenos núcleos habitacionais em regiões turisticamente privilegiadas.

A concepção de cultura destacada na seção 5.1: “o código mais profundo que revela a feição singular de um povo, sua identidade” (AZEVEDO, 1998, p.48) valoriza as características da cultura caiçara. Após expor diversificados elementos imateriais, tais como gastronomia, folclore, modo de vida (“litorâneo pesqueiro”), observa-se que tais elementos da cultura poderiam ser estruturados em forma de atrativos turísticos e visitas guiadas formatando um roteiro de turismo cultural. A procura por manifestações etnográficas surge como uma opção alternativa de turismo cultural, em que a busca pela cotidianidade do outro parece ser algo muito distante e diferente da sua vida e por isso atrai o turista, pois lhe parece exótico.

5.3.2 Costumes Nativos de Aventureiro e o Olhar do Turista

Com as transformações imputadas no *modus vivendi* (modo de vida) da população do Aventureiro pelo advento das unidades de conservação e do turismo, o *habitus*⁸ nativo tem se reestruturado continuamente. Contudo, estas mudanças não se dão com a mesma rapidez e

⁸ Segundo Bourdieu (2002) a teoria do *habitus* é o sistema de disposições incorporadas pelos agentes sociais, que sendo estruturado pela localização destes no espaço relacional das classes e pelo seu trajeto de vida e nele, é por sua vez gerador das práticas, apreciações e estratégias que os indivíduos e grupos desenvolvem nos diversos campos da prática social.

facilidade com que ocorrem as transformações objetivas. A história, “no seu sentido incorporado, que se tornou *habitus*” (Bourdieu, 2002⁹ *apud* Ferreira, 2004), (...) “opõe uma resistência surda e dissimulada” às mudanças. Neste sentido, muitas práticas tradicionais, agora proibidas pela legislação ambiental, podem ser ainda usadas clandestinamente, como a caça e a extração vegetal ou mineral (areia para construções), por exemplo. Também pode ocorrer de o desejo por atividades tradicionais permanecer sob forma de insatisfação, durante muito tempo.

Para falar do *habitus* nativo como definidor de um território em contínua transformação, considera-se apropriado mencionar a festa tradicional do Aventureiro, tratando-a como momento cultural e identificador em que os moradores atualizam e re-significam importantes elementos dos costumes caiçaras. A festa de Santa Cruz é comum às comunidades caiçaras (MUSCAI, 2008). A descrição da festa toma por base as observações de Ferreira (2004) e as informações obtidas com os moradores na visita de campo.

O padre vai ao Aventureiro apenas uma vez por ano, em Janeiro, para a Festa de Santa Cruz, a padroeira. No restante do ano, as missas são celebradas por diáconos moradores da própria comunidade. Esta é a comemoração mais importante do lugar, segundo vários moradores. “ ‘É a nossa tradição, nada é mais importante do que ela. Enquanto eu estiver vivo, vou fazer de tudo pra que ela aconteça todos os anos sem falta’ – falou-me festeiro do momento” (FERREIRA, 2004, p.87).

O festeiro, como já foi destacado anteriormente, é uma espécie de gerente e organizador da festa, é sempre um membro do grupo, homem casado, escolhido pelo anterior e mantido em segredo até o momento do leilão, realizado depois dos batizados, casamentos, procissão e missa, celebrados nessa única oportunidade do ano. A festa inicia-se com a missa de sexta-feira. Observa-se no ritual a alegria dos participantes. As mulheres e as crianças cantam alto, em muitos momentos da celebração e com muita alegria. Esta missa também é dedicada aos mortos do lugar, às almas dos antepassados. Em determinado momento as pessoas falam alto o nome dos seus falecidos. Todos dizem compenetradamente os nomes de seus entes perdidos.

No sábado, são realizados os casamentos, batizados e após as celebrações religiosas, o leilão. Nele as pessoas dão lances altos para produtos como pães, queijos, bolos e bebidas, exercitando uma demonstração pública de prosperidade e desprendimento, além de reafirmar a importância que dão ao evento e, portanto, à tradição, uma vez que todo o dinheiro arrecadado é

⁹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

guardado para a festa do ano seguinte. Esta atitude pode ser entendida também como um ato de generosidade que tem o poder de reforçar os laços entre os membros da localidade. Depois do leilão há sempre um forró que ocorre pela noite toda. A festa dura três dias- de sexta a domingo- sendo o sábado o dia mais importante. O último dia é mais intenso, com uma "missa festiva" e finalmente a procissão, como se observa na figura 24. Andores, bastante decorados, recebem imagens de santos enquanto rezas e músicas são entoadas ao longo da extensão da praia percorrida.



Figura 24: Comunidade de Aventureiro na procissão de Santa Cruz .
Fonte: FERREIRA, 2004.

Depois do leilão é anunciado o nome do festeiro do próximo ano e dos outros vários cargos de organizadores, tais como: juíza do altar, encarregada da decoração dos andores de Santa Cruz, São Pedro e São Sebastião; primeiros e segundos juízes e juízas, que doam quantias mais representativas para a festa seguinte e o “procurador de dinheiro”, que cuida de arrecadar os recursos necessários. Há também a zeladora da igreja, responsável pelos cuidados e limpeza da capela durante todo o ano e pela arrumação durante os dias da festa.

No domingo são realizados a última missa e o bingo. Antigamente, ao invés da missa, na sexta-feira, as mulheres cantavam a ladainha, hábito agora desaparecido. Naquela época, o dia principal era o domingo. Até hoje, durante o leilão, tudo pára no Aventureiro. Os bares fecham, ninguém pode servir comida ou bebida. É comum encontrar turistas desavisados à procura de bares. Os moradores do lugar têm que fazer um certo esforço para se desvencilhar do assédio de turistas em busca de comida para poder ir à festa; porém, ao se aproximar à hora do leilão, que

parece ser o momento mais importante, todos vão fechando os bares e se dirigindo para o salão da igreja.

O leilão começa em torno das oito horas da noite e vai até onze e meia. O forró, assim como o leilão e o bingo acontecem em um salão aberto ao lado da igreja e alguns turistas entram para dançar. A maioria olha de fora. O forró é um momento de confraternização entre os moradores e os “de fora”, tais como os turistas e os veranistas - quem têm casas no Aventureiro e são considerados como amigos - parentes e amigos vindos geralmente de outras praias da Ilha ou de Angra. Um aspecto relevante da relação entre turistas e habitantes é que muitos dos primeiros, principalmente os que visitam o lugar pela primeira vez, não percebem bem a população com suas demandas. Ela é vista apenas como prestadora de serviços, à sua disposição, não sendo considerada em suas particularidades ou contrariedades. Até porque não há um *marketing* do lugar relacionando-o com turismo cultural. O lugar como um todo é mais associado ao ecoturismo. E essa comunidade tendo seu valor cultural, deve aproveitá-lo para praticar mais esse segmento de turismo cultural, aprimorando sua oferta.

Durante o período da Festa de Santa Cruz (que ocorre na alta temporada da Ilha Grande - verão e, portanto há mais turistas) é, entretanto, quando a tradição se reafirma e os turistas acabam por reconhecer de alguma forma o espaço de vida dos moradores. Sendo assim, embora muitos acreditem que a festa continue sempre a mesma, é perceptível o quanto tem sido recriada para cumprir determinados símbolos e fica clara sua importância para a manutenção da unidade do grupo perante a “invasão” dos turistas. A Festa do Aventureiro, como também é conhecida, parece simbolizar a unidade e a continuidade daquela população. É um dos raros momentos em que praticamente todos ficam envolvidos, desde quando a pesca de arrasto cessou. Tanto que apenas três famílias no Aventureiro são protestantes. As outras são católicas e participam ativamente na festa.

Nesse ritual cultural-religioso todos do grupo têm oportunidade de contribuir em vários momentos. Meses antes é passada uma lista com o objetivo de arrecadar doações e durante a própria festa pode-se arrematar produtos no leilão. A ajuda pode vir também com trabalho que ocorre como explicado nos diversos cargos citados. Os moradores em geral se envolvem de alguma maneira. Dias antes, o festeiro vai à Angra fazer as compras e, na sexta-feira buscar o padre. Aos homens, cabe a parte social e organizativa. Às mulheres, a parte religiosa. Nos dias da festa, os moradores ficam muito animados. A cada barco, que da entrada da enseada anuncia sua

chegada com fogos de artifício, moradores respondem da praia também com fogos saudando os que chegam.

Durante três dias há queima de fogos a todo o momento: no início de cada missa, ao final dos batizados e dos casamentos, durante a procissão, antes e depois do leilão e antes do forró. Tudo isso contraria os ambientalistas oficiais e não oficiais, pois em uma reserva biológica é totalmente proibido soltar fogos de artifício, o que representa uma das resistências à mudança do *habitus*.

Como sublinha Marie (1986¹⁰ *apud* FERREIRA, 2004) analisando a relação do “estrangeiro” (como ele qualifica quem é de fora) com a comunidade local, a festa da aldeia (na França) é um bom exemplo da “dialética do olhar que circula entre o autóctone e o estrangeiro”. O conceito de estrangeiro (*étranger*) é ambíguo: ao mesmo tempo em que marca oposições, entre autóctones e pessoas estranhas ao grupo, constitui um modelo ideal que orienta a necessidade ou o desejo de mudanças.

Urry (2001) ao desenvolver o conceito de “olhar do turista” e explicar sua formação, coloca os efeitos do turismo sobre a identidade de “visitantes” e “visitados” que podem ocorrer inclusive com as manifestações culturais, como a festa de Santa Cruz, diante dos turistas. Para ele, o turismo envolve o devaneio e as expectativas de novas e diferentes experiências, que divergem das encontradas no cotidiano e com certeza vem acrescentar experiência na identidade dos visitantes. Há atualmente uma contra-tendência da homogeneização cultural e a globalização passa a valorizar o local, na procura de nichos de mercado. Assim a identidade local dos nativos deveria ser preservada e conviver com a identidade global e não ser destruída por ela. Enquanto isso a identidade dos visitantes é enriquecida pelo conhecimento de uma nova cultura e tal conhecimento é atrativo para os turistas. Sobre o reconhecimento pelo turista do que é “diferente” tem-se que:

Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através dos contrastes implicados com as práticas sociais não-turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado (URRY, 2001, p.16).

¹⁰ MARIÉ, Michel. **Penser son territoire: pour une épistémologie de l'espace local** In: Espaces, jeux et enjeux, Auriac, F. & Brunet, R, Fondation Diderot/ Fayard, Paris, 1986

Outras variedades de práticas não-turísticas que fazem parte da identidade global são o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os vídeos, que constroem e reforçam o olhar (URRY, 2001, p.18).

Segundo Marié (1986), em algumas aldeias festas típicas não existem mais e em outras é organizada pelos “de fora” que as recriam. Nesse ponto reside o valor de Aventureiro. Lá a festa é organizada pela própria comunidade sem ser “forçada” pelo *trade*. A festa religiosa contribui para exercitar a antiga solidariedade que reclamam estar desaparecendo e se afirmar como uma comunidade que se mantém católica, embora com ligações estreitas com os moradores de Provetá, que são protestantes. Muda de data “por causa dos de fora”. Isto parece significar que o olhar estrangeiro é importante para a manutenção da tradição. Tradição esta que trabalha na reafirmação da identidade local, no auto-reconhecimento como “o povo do Aventureiro”, diferenciado dos demais da Ilha Grande.

A festa pode significar muito para esta comunidade em termos da manutenção da memória e da tradição e da diferenciação dos que vêm de fora, mas por outro lado aparecem mudanças no sentido de que, mesmo em continuidade, não deixa de estar em constante e adaptação aos novos contextos, como a convivência com os turistas. Comunidades geograficamente isoladas como Aventureiro, levam a pensar que estão estáticas às influências sociais e econômicas que venham a surgir, porém não é isso que ocorre. Ela se adapta para continuar existindo com suas características.

Os “visitados” não se incomodam de serem observados, querem sim ser reconhecidos por sua tradição, por sua fé. Sobre isso Hall (2000) afirma que novas identidades são forjadas, por mais que haja diferenças de culturas entre “visitantes” e “visitados”, por uma simples auto-identificação perante aquele que é estrangeiro e é diferente do local. Nesse caso o próprio habitante constrói essa imagem e forma-se uma nova identidade para ele no interior daquele ambiente de visitação.

Por outro lado, surge o efeito que a atividade turística gera na identidade do visitante: a tensão entre o global e o local (HALL, 2000). A identidade dele fica permutando entre esses dois pólos. O local é o vínculo com a história, símbolos particulares e a forma particular de pertencimento. O global é a identidade generalizada pelo mercado econômico e cultural mundial, que os turistas carregam na forma de vestimentas, alimentos, música etc. Em vista disso é

importante que os planejadores do turismo atentem para que essa influência tenha limites e não destrua o local, como o pensamento de Urry supracitado.

Para Urry (2001), resultando da divisão binária ordinário/extraordinário, que chama de “liminaridade” há a atração do turista pelo extraordinário. Urry conclui que as experiências prazerosas estão além do habitual e agregam os objetos do olhar, direcionando o turista para o que é diferente de algum modo - o que é similar ao confronto de identidade global (entendida aqui como ordinária-padronização global de gostos) e local (extraordinário, aspectos peculiares da cultura dos visitados), colocado por Hall (2000), que agrega na identidade dos visitantes principalmente. Urry (2001) vai mais além quando afirma que há uma dialética entre novidade e insaciabilidade no âmago do consumo turístico contemporâneo. Assim a realidade dificilmente alcança as expectativas dos visitantes, daí a continuidade do ciclo de busca por culturas, modos de vidas, por parte dos turistas, que agregam influências à sua identidade. No fim da experiência, percebe-se a contribuição do fenômeno turístico como gerador de desenvolvimento individual e de intercâmbio cultural entre os povos assim como de bem-estar e progresso nas comunidades receptoras.

6 AVENTUREIRO: A CONTRUÇÃO DO TURISMO ENDÓGENO

A temática deste trabalho sinaliza tanto em sua fundamentação teórica quanto em sua exemplificação, características que sustentam o desenvolvimento com base local a partir do turismo. Avalia-se que o Turismo Endógeno é capaz de proceder à apropriação ou re-apropriação de um território pelas comunidades locais, pois neste modo elas são protagonistas, assumindo o poder geopolítico e estratégico.

Os segmentos discutidos como parte do modo endógeno neste trabalho são o turismo cultural e o ecoturismo. Dessa forma, neste capítulo escolheram-se os pilares apresentados no Manual de Ecoturismo com Base Comunitária da WWF-Brasil, especialmente na seção planejamento estratégico, para realizar uma adaptação para o exemplo apresentado como uma possibilidade de turismo endógeno. Isso se dá porque neste trabalho a intenção não é efetuar uma metodologia completa de planejamento e sim fazer uma análise sócio-ecológica de Aventureiro, conforme o apresentado nos capítulos anteriores e propor sugestões de melhorias baseadas no modo discutido.

No Manual, o ecoturismo com base comunitária, é conceituado como: “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (SALVATI, 2003). Trata-se da mesma filosofia do turismo endógeno, só que aplicada ao seguimento de ecoturismo.

Conforme já comentado na seção 2.2, o desenvolvimento local é um tema com viés filosófico que no turismo busca a inclusão social das comunidades receptoras, de forma a conduzir a melhoria da qualidade de vida das mesmas especialmente quando desprovidas de

infra-estrutura básica (RODRIGUES, 2003). A figura 25 apresenta o que se considera qualidade de vida:

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA	
Renda per capita	Poluição em todo os níveis
Concentração de renda	Infra-estrutura (energia, comunicação, saneamento para a comunidade
Escolaridade	Nível/ quantidade de emprego/ desemprego
Mortalidade/ Natalidade/ Índices de Saúde	Marginalidade e criminalidade
Estrutura familiar	Preços de terras e produtos comerciais básicos
Densidade populacional/ área verde	Preços por m ² construído

Figura 25: Indicadores de qualidade de vida.

Fonte: SALVATI, 2003.

Assim, o modo de turismo endógeno apresenta em sua proposta um modelo humanista, cujos pilares são os comprometimentos social, cultural e ecológico sem deixar de lado o objetivo econômico da atividade turística. Tudo isso circunscrito a uma micro-escala geográfica (tanto que o exemplo dado é uma específica praia, em uma ilha com mais de 100 praias), onde o poder da comunidade assenta-se no empreendedorismo cujo conceito é tido por Ferreira como:

É mais ou menos consensual que o conceito de empreendedorismo designa atividades daqueles empreendedores que se dedicam à geração de riquezas, seja na transformação dos conhecimentos em produtos ou serviços, seja na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas de forte dinamismo econômico ou defasadas economicamente, significando, neste caso, alta dose de criatividade para inovar (FERREIRA, 2003, p.26).

Há de se ressaltar que para o empreendedorismo ser bem sucedido é importante que ele esteja inserido dentro de um plano público do turismo com a contribuição de turismólogos, mas também antropólogos, sociólogos, administradores, engenheiros ambientais etc. Esse plano deve buscar a articulação interna, a co-gestão público-comunitária e parcerias privadas. Por fim a avaliação freqüente dos resultados deve ser uma constante para a reorientação dos projetos, o que é necessário para a adaptação do plano ao seu desenvolvimento prático.

Segundo Salvati (2003), não se deve confundir plano com programas e projetos. Um plano é uma grande missão, um objetivo maior almejado pelo governo ou entidade é composto de

projetos específicos (conscientização, capacitação profissional, envolvimento comunitário no planejamento) que podem ser setorizados e demonstram como se alcançam os objetivos na prática. Para Petrocchi (2001) os projetos estão dentro de programas setoriais que seriam a departamentalização na organização do turismo. Assim, há programas de estruturação da oferta física, da oferta turística, de promoção, normatização e fiscalização. Muitos dos projetos dividem-se em sub-projetos cada um com metas e recursos próprios. Como o plano/ planejamento deve ser visto de forma integrada, alguns projetos são elaborados de forma a serem executados juntos, otimizando recursos financeiros e humanos.

O planejamento pode ser estratégico, tático e operacional, sendo desenvolvido respectivamente em curto, médio e longo prazo. Quando ele é com base comunitária/ local deve ser necessariamente participativo, ou seja, “[...] deve haver um processo contínuo de coleta de informações, o que significa que deve haver consulta aos diretamente envolvidos e interessados sobre os resultados” (SALVATI, 2003, p.35). Desde o diagnóstico¹ até a implementação e as correções do plano, o que a comunidade diz deve ser interpretado a fim de se levar em conta no planejamento o processo histórico do local, o conhecimento ambiental nativo e compreender os valores sociais existentes. Tudo isso contribui para o melhor funcionamento do plano.

No turismo endógeno os principais atores do planejamento são os moradores locais, os proprietários das terras (se estes não forem os próprios moradores) e o governo local (FERREIRA, 2003), sendo os protagonistas os moradores, como já colocado. Todos devem ser orientados pelo objetivo maior de melhoria da qualidade de vida da comunidade, para os quais contribuem a preservação cultural (como fator identitário) e a preservação ecológica (como fator territorial) que concomitantemente constituem-se focos atrativos para que o turismo seja fonte de renda a longo prazo.

Dessa forma, para se ter sucesso na construção e desenvolvimento de um plano de desenvolvimento turístico local, é fundamental a participação da comunidade, pois ela é conhecedora da sua realidade, sendo, portanto, capaz de identificar quais são os seus problemas e

¹ O diagnóstico avalia a situação atual da região para fins do desenvolvimento do turismo, esboçando a idéia básica do potencial e do perfil da região para a atividade e das alterações e adequações necessárias. Além disso, o diagnóstico se baseia também nas informações geradas pelas pesquisas de mercado, definidoras das oportunidades mercadológicas na oferta de produtos e roteiros de turismo, assim como projeta os perfis de demanda efetivas e potenciais.

necessidades, além de sugerir as alternativas adequadas para garantir a melhoria da sua qualidade de vida e o bem-estar econômico e social. Se a comunidade local não apoiar o processo, certamente ele estará fadado ao fracasso, o que acarretará a deterioração da localidade, extinguindo-se os motivos que levam os turistas a visitá-la.

Salvati (2003) ressalta ainda que a infra-estrutura turística ajuda também no atendimento dos interesses da comunidade, trazendo importantes melhorias. Para isso alguns itens devem ser avaliados, como os que se apresentam na figura 26 e adaptados para a realidade do turismo endógeno.

COMPONENTES DO TURISMO	
→ Transportes	• Você precisa dele para ir do mercado ao destino.
→ Promoção	• Como trazer o mercado ao destino (ver capítulo <i>Elaboração do Produto de Ecoturismo</i>).
→ Atração	• O que faz alguém ir a um destino (atrativos naturais ou artificiais, eventos especiais, entretenimento, história, cultura, família e amigos, negócios etc.).
→ Serviços	• Alimentação, acomodações, comércio etc. Geram dinheiro para a comunidade e acrescentam na experiência do turista. Sem serviços, não há dinheiro para a comunidade
→ Atmosfera	• 1) Dimensão humana (característica local): hospitalidade, tumulto, congestionamento de pessoas e/ou carros; 2) Dimensão física: limpeza, acesso, estradas, estética (paisagem, paisagismo), segurança etc.
→ Pesquisa de Mercado	• Quem é o mercado, qual é o perfil do turista, do que ele gosta e do que ele não gosta, como ele descobriu nossa comunidade, como é seu comportamento etc. (ver capítulo <i>Elaboração do Produto de Ecoturismo</i>).

Figura 26: Componentes do turismo.

Fonte: SALVATI, 2003.

Assim, vê-se que a estruturação dos transportes promove o acesso facilitado ao destino. A promoção adota as estratégias de *marketing* necessárias e que devem ser reduzidas, pois o turismo endógeno preocupa-se com a capacidade de carga e não tem interesse em atrair grandes demandas. Os serviços incluem meios de hospedagem e a alimentação que no caso endógeno, devem ser disponibilizados diretamente pelos moradores como o que já acontece em Aventureiro e são eles que de fato trazem lucro diretamente para a população. A dimensão humana constitui-se em requisitos de hospitalidade, o que no turismo com base comunitária é especialmente

importante, pois o turista busca esse contato. A dimensão física envolve os fatores ecológicos e para ela contribuem projetos como de coleta seletiva de lixo e reciclagem e conscientização ambiental de turistas e moradores. Já, a pesquisa de mercado deve buscar identificar se o perfil do turista que o lugar recebe é mesmo interessado em fatores sociais e ecológicos caso contrário o *marketing* deve ser redirecionado. Um dos pilares do turismo endógeno é que o turista deve se adaptar ao lugar e não o inverso.

Como contraponto, grandes projetos turísticos refletem um modelo desigual e excludente, e que de certa forma tem sido reforçado pelo estado, orientados pelo interesse de grandes empresas internacionais. Em face disto, as iniciativas que propõem um desenvolvimento comunitário têm sido, em geral, representadas pela soma de esforços de associações comunitárias, ONGs e universidades que compreendem o turismo como um fenômeno social e não apenas como transações de cunho economicista (TAVARES; CARVALHO 2008).

Observa-se que o modelo de desenvolvimento endógeno é sustentável, pois apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Isso remete ao presente e ao futuro das sociedades, à satisfação de suas necessidades básicas, conservação e preservação dos ecossistemas, direitos humanos, cidadania, participação social, distribuição de poder, cultura, política e, principalmente às atitudes e ideologias presentes no local.

6.1 TURISMO RESPONSÁVEL: PROPOSTAS PARA AVENTUREIRO

Muitos lugares como Aventureiro, dotados de recursos naturais, riqueza de paisagens, herança cultural e em dificuldades econômicas elegem o turismo como o solucionador de todos os seus problemas. O *stress* da sociedade contemporânea vem a ajudar a fomentar o turismo, pois muitos escolhem a viagem como forma de lazer.

O planejamento do turismo endógeno ou com base local em Aventureiro e em qualquer lugar que o queira implementar, apesar de se basear no empreendedorismo, deve atentar para o planejamento com especialistas de diversas áreas que envolvem o turismo, como já citado. No caso abordado, como a Prefeitura do município de Angra dos Reis (através da TurisAngra) e a FEEMA são as responsáveis pelo local elas poderiam junto com a comunidade, seguindo o

Manual de Ecoturismo com Base Comunitária, desenvolver os seguintes passos do planejamento responsável: determinar os objetivos do planejamento com seus respectivos programas; adotar a abordagem integrada e adotar a abordagem geográfica.

Sabe-se que uma metodologia completa de planejamento envolve basicamente quatro etapas. A primeira é a análise da situação com inventário, diagnóstico e consultas. A segunda consiste em determinar os objetivos e metas com seus respectivos programas. A terceira são as ações, ou seja, a implementação do plano em si. A quarta não é a última, pois se trata da avaliação que é verificar os resultados alcançados, monitoramento que deve ser feito constantemente. Essas etapas se traduzem pelas seguintes perguntas: “onde estamos?”, “aonde queremos chegar?” “como chegaremos lá?” “como saberemos se já chegamos?” (SALVATI, 2003). No entanto, como já explicado no início deste capítulo, ao invés de se seguir essas etapas, deter-se-á na finalização deste trabalho nos passos do planejamento do turismo responsável do Manual, especialmente nos objetivos e metas com seus projetos, para resumidamente sugerir propostas para Aventureiro e constatar como se daria na prática o turismo endógeno lá, com o aproveitamento completo das potencialidades turísticas do local.

6.1.1 Identificação dos Objetivos

É importante identificar que requisitos são necessários para a construção do turismo endógeno em Aventureiro de forma que conduza ao desenvolvimento local. Eles são apresentados aqui como os projetos dentro dos programas, por sua vez inseridos em objetivos gerais.

A análise crítica profissional e participativa orienta os objetivos do planejamento. Nesse campo deve-se então desenhar que tipo de turismo a comunidade quer e aí se tem o primeiro objetivo que é o de orientar uma atividade econômica que conduza ao desenvolvimento local. Na pesquisa de campo levada a efeito identificou-se que 91% da população quer que continue o turismo só com *campings* em Aventureiro e que 67 % não quer a entrada dos empresários vindos de fora para construir grandes empreendimentos. Traduz-se tecnicamente essa resposta da comunidade na vontade da população em praticar o turismo endógeno. Os modelos de

hospedagem domiciliar (quartos)/*camping* são os mais adequados para este modo que requer a integração. A um programa de melhoria da oferta física na área de hospedagem caberia apenas incentivar mais a hospedagem domiciliar, ampliando a oferta desta que é muito tradicional no modo com base local. Até porque muitos turistas não gostam do *camping*, pois este está sujeito a interferências climáticas. Outra sugestão seria a disponibilização de aluguel de barracas de *camping* pelos moradores para facilitar a viagem para o turista, o que não é possível atualmente em Aventureiro.

Outro objetivo é o de valorizar as culturas locais. Nesse aspecto no programa de estruturação da oferta turística, uma sugestão seria a criação do “Centro Cultural Caiçara de Aventureiro” que abrigasse os objetos pré-históricos das escavações *in loco* e que se encontram no Museu Histórico Nacional. Além disso, cópias de trechos dos relatórios da FEEMA feitos em diversas épocas no local podiam ser expostos como forma de o turista conhecer o passado de Aventureiro. Outros objetos, como a canoa histórica “Lembrança” de 102 anos (figura 27) que descia ao mar sob rolos de tronco (ILHA GRANDE, 2007_a), redes de pesca de arrasto e o tipiti poderiam ser expostos. A produção de farinha de mandioca poderia ser reconstituída por meio de fotos e vídeos que mostrassem como a comunidade o fazia. Amostra de plantas medicinais também seria outro atrativo com a explicação de seus usos. Esse pequeno museu cobraria taxa de entrada, que seria revertida à sua melhoria e conservação. Uma pequena loja de *souvenires* anexa, montada em cooperativa, venderia artigos do artesanato local como objetos de fibras de barro.



Figura 27: Canoa centenária “Lembrança”.

Fonte: ILHA GRANDE, 2007_a.

A valorização da biodiversidade e da ecologia é mais um objetivo citado no Manual. Poderia ser praticada com o produto turístico da trilhas orientadas “Aventureiro-Parnaióca”, por guias que seriam os próprios moradores locais, que receberiam orientação técnica para tal.

A qualificação da mão - de -obra é um instrumento para tornar mais confortável e interessante a estada do turista. Assim, os moradores deveriam, em um programa de capacitação profissional, receber orientações sobre hospedagem. Também poderiam aprender sobre manipulação de alimentos e sobre a estruturação de um cardápio variado com pratos típicos da cultura caiçara, pois os pratos servidos atualmente apesar de oferecerem peixes da região, são padronizados tendo itens que não são originais, como a batata frita, por exemplo. Assim o cardápio poderia ser diversificado incluindo pratos como o peixe seco com abóbora, camarão com chuchu, pirão, paçoca com carne seca, moquecas, além de doces como o de mamão verde, abóbora, banana e o bolo de mandioca. Tudo isso como forma de o turista conhecer mais a cultura caiçara.

O direcionamento para a instalação de equipamentos de infra-estrutura é essencial para ordenar as ações humanas no território. Por isso, deveria ser atendido o pedido mais citado pelos moradores na pesquisa de campo: a instalação de luz. Porém como o sugerido por um entrevistado não deveria ser luz elétrica comum, e sim luz solar transformada em elétrica, pois esse sistema se compatibiliza com o perfil ecológico já que a área se trata de uma unidade de conservação. Uma das vantagens da energia solar é que ela não polui durante seu uso. A poluição decorrente da fabricação dos equipamentos necessários para a construção dos painéis solares é totalmente controlável, se utilizadas as formas de control existentes atualmente. Outro ponto positivo é que os painéis solares são a cada dia mais potentes, ao mesmo tempo em que seu custo vem decaindo. Isso torna cada vez mais a energia solar uma solução economicamente viável (ANEEL, 2008). Por outro lado, os fios de luz elétrica comum se entremeariam na mata preservada, argumento da FEEMA que impede a instalação da luz atualmente. Outro fator de infra-estrutura básica a ser providenciado pela FEEMA, seria a reforma dos esgotos secundário e primário, citada pelos moradores como problemáticos na pesquisa de campo.

Quanto ao estabelecimento de marcos legais para a atividade, há de se atentar para a oferta de turismo em áreas naturais protegidas. Assim atendendo os anseios da comunidade a reserva biológica deveria passar para a categoria de reserva de desenvolvimento sustentável. Como já comentado na seção 4.3, isso tornaria o turismo claramente permitido, pois o termo de

compromisso contradiz a legislação da reserva biológica. Além disso, ainda voltariam atividades essenciais para a permanência da população como o levantamento de novas construções e outras culturais como a extrativismo vegetal e a pequena agricultura. Porém o sistema de roça itinerante deveria ser evitado por prejudicar muito a natureza, pois desgasta o solo até seu esgotamento. Sobre a oferta de turismo em áreas protegidas coloca Petrocchi: “O turismo pode dar autonomia financeira aos parques, preservando as reservas e gerando riquezas e empregos no entorno” (p.275, 2001) . Assim ressalta-se que isso já é feito em Aventureiro uma vez que se cobra uma taxa de permanência diária aos turistas na cabine de informações na entrada da praia. Esses recursos deveriam ser reconduzidos para a manutenção da RDS e projetos ecológicos que a envolvessem.

Uma ação importante dentro dos marcos legais, é para que se faça valer o limite de capacidade de carga, fossem instalados leitores ópticos das pulseiras na entrada da praia, com vigilantes da TurisAngra apoiando. Isso facilitaria a contagem de turistas no desembarque e o controle da capacidade de carga. Muitas vezes podem chegar turistas por trilhas e não se ter o controle, como comentado no capítulo 3. Outro fator preocupante é a pesca industrial que é praticada por barcos vindos de fora, o que contradiz a legislação do Parque Marinho que nem sequer permite a pesca de arrasto, modalidade característica da cultura caiçara (O ECO, 2008). Ou seja, não adianta os moradores respeitarem essa regra prejudicando a si mesmos, e empresários desrespeitarem, praticando a pesca industrial que é mais danosa. Cabe a vigilância de uma guarda costeira para combater essas ações, como sugerido por um morador na visita de campo.

Outro objetivo do planejamento do turismo endógeno é identificar os mercados emissores e desenvolver um *marketing* estratégico. Nesse caso, como há uma capacidade de carga em Aventureiro, o *marketing* não deveria ser muito ampliado. Acredita-se que o que está sendo feito em *sites* da Ilha Grande já é o suficiente e fornece informações completas das características do local de como se chega, as casas e *campings* que hospedam e seus telefones. Apenas para ajudar na divulgação desse modo e familiarizar os turistas com essa expressão, um programa de promoção poderia distribuir *press –releases*² à imprensa que qualificassem o local como um destino de turismo endógeno, diferenciado, portanto, na Ilha Grande e a convidasse a fazer reportagens em revistas especializadas em turismo sobre o lugar. Isso não para atrair mais

² Texto com informações sobre determinado assunto oferecido à Imprensa.

turistas, mas apenas para que a filosofia do modo endógeno de turismo fosse mais divulgada e outras localidades pudessem ter a idéia de desenvolvê-lo.

A educação do visitante é um objetivo que se encaixa em um projeto de conscientização. Um trabalho nessa direção já é feito, pois junto com as fichas de registro feitas na TurisAngra, o turista recebe um panfleto com instruções ecológicas explicando que a área é protegida e portanto deve-se respeitar às ordens de não acampar fora das áreas destinadas; não descartar lixo na praia, ao redor das casas; não queimar lixo; não fazer fogueira; não transitar fora das trilhas. Esse panfleto encontra-se no Anexo D deste trabalho. Essa orientação deveria ser reforçada pelos guias de turismo locais.

Mitigar impactos sócio-ambientais é um dos maiores objetivos do segmento ecoturismo. Isso poderia ser feito, por meio das instruções ecológicas supracitadas e também com a instituição da coleta seletiva de lixo e a formação a cooperativas de reciclagem dentro da comunidade o que poderia ser mais uma fonte de renda. Esses artigos seriam vendidos na loja de *souvenires*. A contribuição com o aspecto social poderia ser reforçada com ciclos de palestras no centro cultural, proferidas por um guia, contando a importância da população caiçara na formação do povo brasileiro e na ocupação do litoral sudeste.

É importante reunir agentes sociais do turismo. Na área de Aventureiro ocorrem reuniões com a Associação de moradores de Aventureiro, agentes públicos como a FEEMA, a TurisAngra, o IEF e ONGs locais para definir a questão da transformação da unidade de conservação (ANGRA, 2008). Para complementar essa equipe, parcerias privadas, como por exemplo, com a empresa mineradora Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce) poderiam ser feitas, pois segundo informações dos moradores durante a pesquisa de campo, ela já se interessou em desenvolver projetos no local. A Vale tem uma atuação sócio-ambiental que se baseia na geração de resultados que se reflitam no desenvolvimento das comunidades. A Fundação Vale desenvolve programas em parceria com ONGs, setores do poder público e sociedade civil, visando ao desenvolvimento econômico, ambiental e social das localidades onde atua (VALE, 2008). O sistema de energia solar poderia ser financiado por ela. Além disso, poderia contribuir para a preservação das áreas de conservação ambiental de Aventureiro. A mesma fundação investe na conservação do meio ambiente e na reabilitação de espécies nativas dos ecossistemas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia, pois é detentora de uma avançada tecnologia de reflorestamento e renovação do ciclo florestal (VALE, 2008). A última contribuição citada no

Manual é a acadêmica e a UERJ, que desenvolve pesquisas na Ilha Grande (ILHA GRANDE, 2007_a), poderia desenvolver pesquisas ecológicas específicas na área para determinar precisamente que atividades poderiam voltar a ser exploradas com a instituição da RDS.

6.1.2 A Abordagem Integrada

O planejamento do turismo que se almeja integrado deve envolver alguns aspectos para ser sustentável, observando os quatro marcos conceituais vinculados ao turismo endógeno-sinérgico, de valor, material e endógeno, além do instrumental. Dentro dessas perspectivas descrever-se-á os aspectos da abordagem integrada.

O aspecto financeiro (marco material) deve otimizar na cadeia produtiva local o fluxo de recursos gerados pelo turismo. Assim, além da busca de parceiros estratégicos para ajuda na melhoria da infra-estrutura local, o plano deve conduzir ao estabelecimento de fundos de investimento locais (FUMTUR) gerados pelos próprios moradores que lidam com a atividade. Esses recursos seriam direcionados ao manejo das unidades de conservação, ao voluntariado e projetos de cooperativas.

O aspecto político – institucional (marco de valor) deve ser o líder. Órgãos governamentais (Prefeitura de Angra e FEEMA) locais devem instituir conselhos consultivos participativos (COMTUR) reunindo órgãos executivos e instituições privadas como o Vale, como citado no fim da seção anterior.

O aspecto cultural (marco endógeno) deve estruturar ofertas turísticas que resgatem as manifestações culturais. O aspecto social (marco sinérgico e instrumental) no sentido da abordagem integrada deve propor o associativismo ou cooperativismo, além da capacitação profissional.

O caráter promocional (marco material) deve ter apenas um aspecto informativo para a consolidação da imagem do destino calcada na preservação ambiental e cultural, diferentemente de outros locais da Ilha. Assim todos os turistas sendo alocêntricos ou não, já iriam com esse “espírito” para Aventureiro.

O aspecto físico-ecológico (marco sinérgico) deve ser promovido com a conscientização ambiental dos próprios moradores nas reuniões locais para que com a desativação da reserva biológica eles não pensem que não é mais necessário haver cuidados e que tudo será permitido. Deve haver “a efetiva implementação da gestão sustentável e participativa, envolvendo mais a população do entorno, contemplando e incrementando as atividades econômicas sustentáveis” (SALVATI, 2003, p. 42).

O aspecto econômico (marco material) deve viabilizar este retorno para as comunidades em unidades de conservação, permitindo benefícios diretos do uso sustentável do ecoturismo e do turismo cultural. Tudo para que o nativo possa ser valorizado (por isso a sugestão que os guias os sejam os próprios moradores, como ocorreu com a comunidade da Chapada dos Veadeiros estado de Goiás) (SALVATI, 2003).

6.1.3 A Abordagem Geográfica

O planejamento do turismo quando integrado e participativo deve levar em consideração a definição do plano, sua implementação e monitoramento sempre prezando pela unidade geográfica de maior interesse. Em alguns casos é mais adequada a unificação de ou mais municípios ou localidades, pois quando eles oferecem atrativos semelhantes têm maior força de atração juntos, além dos próprios atrativos muitas vezes não obedecerem a divisões político-administrativas. Em outros casos a abordagem deve ser pontual, quando se trata de um destino muito diferenciado. A seguir as possíveis abordagens geográficas, segundo Salvati (2003, p.40):

- Internacional: Envolve dois ou mais países. Exemplos: plano global de certificação do turismo sustentável – Sustainable Tourism Stewardship Council), pode ser regional (Mercosul, Comunidade Andina, Certificação do Turismo para a Centro-América) ou transfronteiriço (Pantanal brasileiro e boliviano)
- Nacional: Geralmente em forma de uma política nacional, com diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos e programas setoriais e regionais.
- Macro e micro regional: Pode envolver um bioma (exemplo: Amazônia), uma bacia hidrográfica (exemplo: Vale do Ribeira) ou um conjunto de municípios (exemplo: Chapada dos Veadeiros);
- Municipal: Envolvendo as ações necessárias para o desenvolvimento do turismo em nível local; e
- Local ou sítio atrativo. Pode envolver uma unidade de conservação (parque, APA, RDS) ou uma propriedade rural.

O caso de Aventureiro enquadra-se na abordagem local que está diretamente relacionada aos conceitos de turismo endógeno e desenvolvimento local, temáticas desse trabalho. Além de se situar em uma unidade de conservação, nenhuma outra localidade da Ilha Grande promove a hospedagem domiciliar ou *campings* nos quintais, o que é uma iniciativa espontânea dos moradores de Aventureiro. Um outro aspecto é a manutenção latente da memória caiçara. Isso acontece em Aventureiro apesar da instituição da reserva, por exemplo, com a manutenção da Festa de Santa Cruz, manifestação católica. Parnaóica, comunidade igualmente descendente de caiçaras é protestante. Além disso, observa-se que lá ocorre uma união quase que familiar entre os moradores, que se ajudam mutuamente. “Em termos ambientais também é possível observar que, mesmo na área onde a população reside e onde se opera o turismo, as condições são as melhores de toda a Ilha, não se observando as inúmeras construções que desmatam e se multiplicam incessantemente nas outras localidades” (VILLAÇA *et al*, 2006, p.54).

Todas essas características fazem deste local um destino único realmente propício à implantação do turismo endógeno, com todos os aspectos identificados na abordagem dos objetivos do projeto.

O aspecto principal encontra-se mesmo nos marcos legais. A RDS resolveria a contradição entre os usos de recursos naturais demandados contemporaneamente e as necessidades da própria conservação. No caso em questão, ninguém melhor do que a população do Aventureiro para garantir a preservação da Reserva Biológica da Praia do Sul. Uma RDS funcionará ali como um a área de amortecimento em relação à pressão sobre a reserva, guardando uma continuidade em relação à mesma.

Com a questão legislativa resolvida, o turismo endógeno em Aventureiro pode ser mesmo fonte de desenvolvimento econômico-social de uma localidade, pois a renda gerada com este modo iria diretamente para a comunidade local, que ampliaria a sua participação de alguma forma na oferta turística, nas formas apresentadas na identificação dos objetivos, como com o Centro Cultural Caiçara, as trilhas guiadas, a hospedagem domiciliar e cooperativas de reciclagem. Nesse caso, além de utilizarem suas propriedades - casas, quintais, restaurantes, atuariam com guias no centro cultural e nas trilhas ecológicas ou montariam cooperativa de artesanato e reciclagem. Ou seja, estariam se re-apropriando de um espaço que historicamente é seu, por meio do turismo. Para isso ele deve ser bem estruturado, reunindo as opiniões e desejos da comunidade em primeiro lugar e havendo preocupação com a preservação da identidade

própria do local, com a autenticidade das manifestações e com a sustentabilidade ambiental. Tudo para que a própria atividade turística seja consistente e de longo prazo e crie comprometimento do turista com o destino.

O desenvolvimento local com base no turismo endógeno representa uma saída à tendência de produção de uma imagem estereotipada, com destruição de singularidades. A estrutura conceitual para o desenvolvimento tem como objeto central o ser humano na figura da comunidade receptora que pode conduzir ao crescimento territorial endógeno de seu próprio espaço - em um movimento de dentro para fora. Assim, desenvolvimento local, como consequência desse movimento, significa distribuir a renda entre os moradores, proporcionar melhorias de infra-estrutura básica, promover a educação inclusive dos turistas e diminuir a poluição. É uma forma de o turismo contribuir para minorar o quadro da realidade dos países subdesenvolvidos marcada por heteronomia e disparidades. Aventureiro é um cenário favorável à construção desse modelo alternativo, com a possibilidade de incrementar a atual situação de operação do turismo e finalmente se aproximar do ideal de desenvolvimento. Conciliar o desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões (econômica, cultural, social) para conservação ambiental, tendo democracia e justiça social como base é o significado encontrado neste trabalho sobre o que é o turismo endógeno ou com base local.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a temática desenvolvida - turismo endógeno – contribuiu para valorizar e chamar atenção para uma experiência qualitativa de turismo que congrega aprendizado, respeito mútuo entre os povos e atinge o objetivo maior de melhorar a qualidade de vida de pequenas comunidades. Estas, muitas vezes esquecidas pelo poder público ou sob o alvo de grandes empresários do turismo, podem encontrar um caminho diferente para si mesmas, desde que despertem para seus próprios potenciais que se constituem em atrativos turísticos. Com um auxílio técnico podem vir a desenvolver o modo endógeno, o qual tem possibilidades reais de trazer, se bem estruturado, benefícios não só econômicos, mas sociais e ambientais.

O conhecimento do tema abordado neste trabalho mostrou que o desenvolvimento local pode ser atingido por meio da construção do turismo endógeno, pois são inúmeros os benefícios que os segmentos nele inseridos podem trazer. Destacam-se principalmente a geração de recursos para a manutenção de áreas naturais protegidas, a rememoração cultural através da preocupação com a manutenção das tradições como atrativos para o turismo, e melhoria de infra-estrutura básica e turística.

Aventureiro realmente tem condições propícias para a implementação do turismo endógeno a partir da análise sócio-ecológica realizada. A pesquisa de campo mostrou que eles querem a mudança da unidade reserva biológica, para RDS e a continuidade da exploração do turismo no modelo dos *campings* e da hospedagem domiciliar. Além disso, seu legado cultural é vasto, pois a cultura caíçara ali permanece mais preservada que em outros locais da Ilha, com a manutenção da Festa da Santa Cruz, a existência da casa de

farinha com o *tipiit*, sem contar com a história das fazendas de café e de cana-de-açúcar ainda preservada na memória dos moradores simplesmente através das histórias passadas de geração a geração. O fato de os moradores insistirem que dependem do turismo não os descaracteriza como caiçaras. A presença dessas pessoas tem pelo menos quatro gerações em Aventureiro. Eles têm práticas locais de pertencimento, como o enterro do cordão umbilical dos recém nascidos nos terrenos. A comunidade conserva um padrão tradicional de organização do trabalho, baseado na divisão sexual das tarefas. A exploração do turismo foi conjugada à manutenção do trabalho familiar, prática da roça e pesca, ainda que em menor escala.

A ecologia é preservada, pois a própria comunidade apresenta preocupação com o ambiente e os turistas com a limitação da capacidade de carga, respeitam as instruções e não fazem *camping* em qualquer lugar. Além disso, a população local adquiriu conhecimento empírico do ambiente no que se refere à flora, fauna, clima e regime de marés. Como está na parte oceânica da Ilha, que é mais isolada pouco sofreu alteração da paisagem, também devido às regras impostas pela instituição das unidades de conservação.

Os aspectos para a construção do turismo endógeno, com o total aproveitamento das potencialidades ecológicas e culturais como atrativos, englobariam um planejamento público orientado pela TurisAngra e pela FEEMA mas que também fosse comunitário, analisando os desejos do povo de Aventureiro. Trabalharia o potencial para o turismo cultural e o ecoturismo. Calcar-se-ia no empreededorismo, no cooperativismo e no planejamento participativo. O financiamento para os projetos seriam tanto público, como privados com a contribuição de parceiros como a Vale, além dos fundos de investimento locais estabelecidos pela própria comunidade (através do lucro obtido com a exploração de toda a oferta turística) e a cobrança de taxas de permanência dos turistas. Na parte legal haveria a mudança de reserva biológica para de uso sustentável, para retomar as atividades de subsistência perdidas no tempo e valorizar a sua cultura. O artesanato seria mais incentivado com a volta do extrativismo permitido pela legislação de RDS. O centro cultural caiçara de Aventureiro também contribuiria para a rememoração cultural. A formação de guias de turismo dentro da própria comunidade seria outro aspecto, até como forma de geração de renda. O aspecto infra-estrutura seria melhorado com a reforma dos esgotos secundário e primário e a instalação de energia solar.

Enfim, diversos aspectos como políticas para a valorização cultural, valorização ecológica, qualificação da mão-de-obra, desenvolvimento de um *marketing* estratégico e a reunião dos agentes sociais do turismo sob uma abordagem geográfica local, construiriam o modo de turismo endógeno trazendo sustentabilidade em Aventureiro e conduziriam ao desenvolvimento local, pois haveria a possibilidade de equalizar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida.

Um planejamento técnico do turismo endógeno com todas suas etapas seria uma sugestão para um próximo trabalho. O presente estudo leva à conclusão de que o povo do Aventureiro sem perceber desempenha um papel de “produtor” do turismo endógeno, pois se compõe de micro-empresários que exploram serviços turísticos de transporte, hospedagem e alimentação de forma muito particular. E o mais importante deseja que esse quadro continue. Porém carece ainda de uma construção consciente do modo endógeno com um aproveitamento mais adequado de suas potencialidades turísticas e por isso anseia por benefícios de infra-estrutura que garantam melhores condições de vida para si e para os turistas que recebem com muita consideração. Interage bem com os “vindos de fora” e já não consegue se imaginar sem o turismo, pois este acabou se constituindo em uma das mais importantes atividades do local.

O turismo endógeno tem tudo para ser uma alternativa de oferta turística adequada à sociedade pós-moderna, devido aos padrões saturados de turismo até então explorados. Completa esse quadro a necessidade de fontes alternativas de geração de renda em áreas onde a economia passa por problemas e a necessidade de melhoria da qualidade de vida em comunidades excluídas, o que vem abrir novos horizontes para populações rurais, ribeirinhas, sertanejas ou até mesmo favelizadas, em todo o país.

Assim, confiar um planejamento de turismo endógeno a Aventureiro significa opor-se a fórmulas padronizadas de turismo em zonas paradisíacas nos moldes dos grandes empreendimentos. A capacidade e a sabedoria deste povo na identificação de sua realidade e na tentativa de soluções originais vislumbram um horizonte próprio para este local, nos moldes do turismo endógeno.

Ressalta-se, então que no que concerne ao turismo endógeno, a participação local é o objeto central e constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas

comunitários de forma a conduzir ao desenvolvimento local. Ela não deve se confundir com modelos do tipo que “informam” à população sobre as políticas adotadas. Ela se fundamenta no envolvimento real da comunidade nos processos de gestão, pois é por meio de seu engajamento efetivo que os demais atores sociais conseguem participar de uma ação “global” adequada que age no “local” e se torna efetivamente implementada.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Angel, Miguel. **Agencias de viajes**: organización y operación. México: Trillas, 1991.

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: FAPESP, 2000.

_____. Identidade caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: IV Simpósio Brasileiro de Atualidades em etnoecologia e etnobiologia, n.4, 2002, Recife. **Atualidades na etnobiologia**. Recife, 2002. p.27-43. Disponível em:
<http://www.ufmt.br/gpea/pub/Adams_2002_Identidade%20Cai%E7ara.PDF>. Acesso em: 10 out. 2008.

AGENDA 21. **Caminhos para um novo futuro**: Ilha Grande. Rio de Janeiro: Agenda 21, 2007.

ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura - invenção e construção do objeto turístico. In: **Espaço Aberto 3** – Turismo e Formação Profissional. Fortaleza: AGB, 1998. p.17-33.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em:
<www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&conteudo=./natural/fitoeco.html>. Acesso em 11 ago. 2007

ANEEL, AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em:
<<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2008.

ANGRA, PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS. Disponível em:
<<http://www.angra.rj.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2008.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; VARGAS, Icléia Albuquerque de; QUEIRÓZ, Vivina Dias Sol. Os edifícios ferroviários e o turismo em Campo Grande: novos usos e possibilidades. **Ensaio e Ciências**, Campo Grande, v. 6, n. 3, p. 117-132, dez. 2002. Disponível em:
<<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/260/26060307.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2007.

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1999.p. 27-36.

AZEVEDO, Júlia. Turismo, cultura e patrimônio. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. (Org.). **Turismo com ética**. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de; Oiver, Maria Lúcia Lopes. **Revitalização cultural**: uma opção para o sertão. Disponível em:
<<http://www.turismosertanejo.com.br/index.php?target=artigos&id=12>> Acesso em: 10 out. 2008.

BANDUCCI, Álvaro; BARRETO, Margarita. **Turismo e identidade local**. São Paulo: Papirus, 2001.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos da geografia**, Uberlândia, v.14, artigo 10, p.107-114.mai. 2004. Disponível em:
<http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10_vol14.pdf. >. Acesso em: 23 mai. 2007.

BARQUERO, ANTONIO VASQUEZ. **Desarrollo econômico local e descentralización-aproximación a um marco conceptual**. Santiago: Proyeto CEPAL- GTZ, 2000.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas. Papirus, 2000.

BARROS, Patrícia Mattos. **Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo**. Santa Catarina, UFSC, 1999. Dissertação (Pós- Graduação)- Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 1999. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/patricia/>>. Acesso em: 12 set. 2008

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10º ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BERNA, Vilmar. Problemas ambientais: povo do Aventureiro. **Revista engewhere**, Belo Horizonte, Ano3, n.17.Mar.2003.Disponível em:
<www.engwhere.com.br/revista/custos.htm> Acesso em 17 ago. 2008.

BOISER, Sergio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Revista Interações**, Campo Grande; v. 2, nº 3.p.9-28, set.2001.

BONFIM, Luiz Carlos Elias. **O turismo como alternativa de desenvolvimento local no município de Presidente Epitácio**: representações sociais e culturais da identidade local.Campo Grande: UCDC, 2006. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós Graduação em desenvolvimento local, Campo Grande, 2006.

BORGES, Juliana; FILHO, Maurício Monteiro. **O ouro do Jalapão**. Jan.2003. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=20>>. Acesso em: 10 ago.2007.

BOULLÓN, Roberto. Ecoturismo: intenções e ações. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.p. 44-48.

BRASIL, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº9.985, 18 de junho de 2000. Disponível em:< http://www.redeprouc.org.br/legisla_snuc.asp >.Acesso em: 19 ago. 2008.

CARLOS, Ana Fani. O Turismo e a produção do não- lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandrini, CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**.São Paulo, Hucitec, 1999.p.25-39.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Turismo e Patrimônio Histórico. In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, n.7, 2004, Campo Grande. **Patrimônio Histórico e Cultural: identidade e poder**. Campo Grande: UFMS, 2004.p.17-36.

CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável . **Revista espaço acadêmico**, ano IV, nº.43, dez.2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/043/43ccampos.htm>>Acesso em: 15 de set. 2008

CARVALHO, Vininha. **O ecoturismo exige ética na sua comercialização**. Dez. 2007. Disponível em:<<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=751>> Acesso em : 21 de set. 2008.

CAVACO, Carmina, Turismo rural e desenvolvimento, In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri, **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.p.26-38.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. **Ecoturismo** – um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.

CEC, CENTRO DE ESTUDOS CAIÇARAS. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo. Disponível em < <http://www.usp.br/nupaub/cec.html>>. Acesso em 17 ago. 2008.

CHAGAS, Mário de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CODIG, COMITÊ DE DEFESA DA ILHA GRANDE. Disponível em: <<http://www.codig.org.br>> . Acesso em: 17 set.2007

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. **A população do Aventureiro e a reserva biológica estadual da Praia do Sul**: conflitos e disputas sob tutela ambiental. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional,Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Lisboa: Mc Graw - Hill, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo: Hucitec,1996.

FANZERES, Andréa. **Fragilidade em evidência**. Jun. 2007. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.=html>> Acesso em: Set. 2008.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. **Redefinindo territórios**: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande (RJ). Rio de Janeiro:UFRRJ,2004. Dissertação (mestrado)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais,Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,Rio de Janeiro,2004.Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/static/teses/m_helena_catao_ferreira_2004.pdf>. Acesso em: 24 de jul. 2007.

FLOR E ENCANTO. Disponível em:<<http://blog.florencanto.com.br/category/viagens-e-flores/praiadoaventureiro-ilha-grande-rj/>>. Acesso em 5 de ago.2008.

GÓMEZ, Manuel *et al.* **Planificación y desarrollo del ecoturismo**. Havana: Estudios Turísticos, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HALL, John Stuart. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e diferença: perspectiva dos Estudos Culturais** TADEU, SILVA, Tomaz (org.). Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.p.103-133.

HEYN, Carlos Alberto. Desenvolvimento local endógeno: análise de experiência em Porto Murtinho-MS. Campo Grande: UCDC, 2003. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós Graduação em desenvolvimento local, Campo Grande, 2003.

HONORA, Ana Carolina de Campos. **Reservas de desenvolvimento sustentável como alternativa para a conservação do meio ambiente e manutenção da cultura caiçara..** São Paulo: NUPAUB, 2006. Disponível em: < www.usp.br/nupaub/honora.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

ILHA GRANDE. Disponível em: < <http://ilhagrande.org>>. Acesso em: 05 ago.2007_a.

ILHA GRANDE. Disponível em: < <http://www.ilhagrande.com.br>> .Acesso em 07 ago. 2007_b.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro Jorge Zahar,1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão...[et. al.]. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LE MOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINDENBERG, Kreg; HAWKINS, Donald . **Ecoturismo: um guia prático para planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina Darin. São Paulo: Papirus, 1993.

LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri (org.) **Turismo. Modernidade.Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2000.p.136-154.

MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. **Apontamentos para servir à história fluminense: Ilha Grande**. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura de Angra dos Reis, 1987.

MENDONÇA, Tereza Cristina de Miranda. O turismo que se tem e o turismo que se quer: discursos e significados a propósito do turismo na Vila do Abraão - Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ). In: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, 2008. **Inovações da Pesquisa na América Latina**. Caxias do Sul: UCS, 2008. p.1-16.

MOURÃO, Roberto. **Turismo Segmentado**. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/turismo/ecotur/conceito/tsegment/apresent.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

MUSCAI, MUSEU CAIÇARA. Disponível em: <<http://www.muscai.com.br/caicaras/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MUSEU NACIONAL, Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/>>. Acesso em 17 ago. 2008.

NEYMAN, Zysman. **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri, SP: Malone, 2002.

O ECO. **De integral para sustentável**. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/index.php/curtas/38-curtas/9159-oeco_28210>. Acesso em: 21 set. 2008.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo em áreas menos desenvolvidas: caracterização, desenvolvimento e planejamento da Vila de Trindade, município de Paraty/ Rio de Janeiro-Brasil. **Revista turismo y patrimônio cultural**, Tenerife, v.3, n. 1, p.149-169, 2005. Disponível em <www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS110105.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2007.

OLIVEIRA, Rachel Schorn; ALMEIDA, Joaquim Anécio de Jesus. Turismo rural e etnia: a cultura alemã como atrativo turístico – o caso de Rio Pardinho. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, n.4, 2000. Joinville. **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Joinville: IELUSC, 2000. p. 1-14.

OMT, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. Direção e redação Amparo Sancho. Tradução Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. **Ecologia e turismo**. Monografia (Pós-Graduação em Nível de Especialização em Administração e Turismo e Eventos) .Vale do Itajaí: UNIVILLE, 1998.

PRADO, Rosane Magalhães. **Tensão no paraíso**: aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. Caderno virtual do turismo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-9. ago. 2003_a. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=27>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

_____. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224, out. 2003_b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a10.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO FEEMA, FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO-AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Angra dos Reis: Associação de moradores de Aventureiro, [1980].

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Turismo local: oportunidades para inserção. In: _____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002_a. p. 55-66.

_____. Patrimônio, território e empreendedorismo: pilares do desenvolvimento do turismo em base local. **Aportes y Transferências**. Mar del Plata, Ano 7, v. 2, p. 11-30, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/276/27670202.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

_____. Território, Patrimônio e turismo com base local- uma relação inequívoca In: SEABRA, Giovanni (Org). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007. p. 15-31.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável na atividade turística. In:

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002_b, p.42-54

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2005.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SALVATI, Sérgio Salazar. Planejamento do Ecoturismo. In: Mistraud, Sylvia (Org). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília. Brasília: WWF Brasil, 2003. p. 33-88.

SANTANA, Mariely. Patrimônio, turismo e identidade cultural. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 169-173, set. 2001. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/turismo/pag_169.pdf>. Acesso em: 28 out. 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHÄRER, René. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **Revista patrimônio y turismo cultural**, Tenerife: v.1, n 2, p. 131-242, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS100603.pdf>> Acesso em 10 out. 2008.

SILVA, Edson Vicente. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In: SEABRA, Giovanni (org). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007. p.261-273.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Torlombani da. Diagnóstico e diretrizes turísticas dos municípios mineiros. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 99-117.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo, Hucitec, 2002. p.17-22.

TAVARES; Gracimar; CARVALHO, Stella O turismo sustentável como dinamizador para o desenvolvimento endógeno. In: Anais do II Seminário Internacional de turismo sustentável, n.2,2008, Fortaleza.**Turismo sustentável**. Fortaleza: UFCE, 2008. p 1-11.Disponível em: <<http://www.oktiva.com.br/sispub/imagdata/1893/sits/files/.pdf> > Acesso em 20 out. 2008

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. São Paulo, Atual, 2000.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VALE. Disponível em: < <http://www.vale.com>>. Acesso em : 20 de out. 2008

VILLAÇA, Maria Aparecida *et al.* **Argumento pró- Aventureiro**. Jul.2006. Disponível em:<arruda.rits.org.br/notitia/reading/oeco/reading/pdf/argumento_pro_aventureiro.pdf>. Acesso em: 06.set. 2008.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo, Contexto, 2002.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AOS MORADORES

Questionário de pesquisa com a comunidade de Aventureiro

Não é necessário o nome do entrevistado



Código do Questionário: _____

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

Parte I

Identificação:

1) É nativo de Aventureiro: () sim () não

2) Idade: _____

3) Sexo: () masculino () feminino

4) Estado Civil:

- a) solteiro
- b) casado
- c) viúvo
- d) outros

5) Escolaridade:

- a) nível fundamental incompleto
- b) nível fundamental completo
- c) nível médio incompleto
- d) nível médio completo
- e) nível superior incompleto
- f) nível superior completo
- g) sem escolaridade

Parte II

1) O que pensa da atividade turística local?

- a) Apóio, pois é a principal fonte de renda do local.
- b) Apóio em parte, pois faz mal à natureza.
- c) Apóio em parte, pois a entrada dos turistas traz mudanças a nossa cultura.
- d) Apóio, por outros motivos. Qual? _____
- e) Não apoio por outros motivos. Qual? _____

2) Qual o principal benefício do turismo?

- a) Econômico - Geração de renda
- b) Valorização da nossa cultura.
- c) Preservação ambiental
- d) Desenvolvimento de infra-estrutura local

3) Quais são os efeitos da atividade turística na vida econômica de sua família?

- a) É nossa única fonte de renda.
- b) Corresponde a mais de 50 % de nossa fonte de renda.
- c) Corresponde a menos de 50 % de nossa fonte de renda.
- d) Não temos renda ligada ao turismo.

4) Você ou alguém de sua família possui estabelecimento de *Camping* ou aluga quartos isolados ou na sua residência para turistas?

- a) Sim, apenas *camping*.
- b) Sim, *camping* e quartos.
- c) Só quartos.
- d) Não.

5) Que meio de hospedagem considera ideal para Aventureiro?

- a) Pousada.
- b) Hotel.
- c) *Camping*.
- d) Quartos isolados ou em residência.

6) Quais das seguintes atividades sua família tem como fonte de renda?

- a) Agricultura.
- b) Pesca.
- c) Turismo.
- d) Outras: _____

7) Que modelo de conservação acharia melhor para a área da Praia da o Aventureiro?

- a) Manter a Reserva, que protege contra a entrada de muitos turistas, mas proibindo totalmente atividades de antigamente como a pesca de arrasto e a caça.

APÊNDICE B- FOTOS DE AVENTUREIRO



Figura 1: Casa de nativos e turistas na praia.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 2: Restaurante de moradores.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 3: Igreja de Santa Cruz .

Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 4: Placa indicativa dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 5: Pescador e seu barco.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 6: Posto de informações turísticas de Aventureiro.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 7: Placa indicativa da trilha Aventureiro- Provetá.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 8: Turistas pescando no Pier de Aventureiro.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 9: Praia do Aventureiro.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 10: Vista parcial da Reserva.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007



Figura 11: Coqueiro deitado.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.



Figura 12: Ponte de saída do píer.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2007.

ANEXO A- DECRETO ESTADUAL Nº 4.972 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981**DECRETO ESTADUAL Nº 4.972 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981**

Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis, com a área inicial de cerca de 3.600 ha.

Art. 2º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul é de domínio público, está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e é criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do Governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas.

Art. 3º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul terá sua área patrimonial inalienável, podendo ser acrescida de outras áreas adquirida por doação ou desapropriação.

Art. 4º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro: Começa na Ponta da Escada, a sudoeste da Ilha Grande (ponto 1), e segue pelo divisor de águas, passando pelos topos de 419 m (ponto 2), 369 m (ponto 3), 464 m (ponto 4), 479 m (ponto 5), 388 m (ponto 6), 452 m (ponto 7), até o Morro do Pilão, topo de 419 m (ponto 8); daí segue pelo divisor de águas na direção geral leste, até a Serra de Araçatiba, passando pelo topo de 679 m (ponto 9); prossegue pela Serra de Araçatiba, na direção sudeste, sempre pelo divisor de águas, até a Serra do Papagaio, cota de 900 m (ponto 10); daí desce, sempre pelo divisor de águas, na direção geral sudoeste, até a ponta de Tacunduba, entre a Enseada de Parnaioca e a Enseada da Praia do Sul (ponto 11); daí segue, pelo litoral, até o ponto 1.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1981.

A. DE P. CHAGAS FREITAS

Waldir Moreira Garcia

Heitor Brandon Schiller

(D.O. 03/12/81)

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DO RIO DE JANEIRO. **Decreto 9472 de 26 de Dezembro de 2006.** Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande. Disponível em: <<http://www.ief.rj.gov.br/legislacao/docs/4972.doc>> Acesso em: 15 set. 2008.

ANEXO B- TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A COMUNIDADE E O PODER PÚBLICO QUE AMPARA O TURISMO EM AVENTUREIRO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano -
SEMADUR
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO, A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE, O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS E A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO, ESTA ÚLTIMA REPRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO AVENTUREIRO, LOCALIZADA NA ILHA GRANDE, OBJETIVANDO REGULAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA ONDE ESTÁ ASSENTADA A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO.

CONSIDERANDO que a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, instituída pelo Decreto n.º 4.972, de 02 de dezembro de 1981, incluiu em seus limites a área ocupada pela Comunidade do Aventureiro.

CONSIDERANDO que a presença da comunidade no interior da Reserva Biológica é incompatível com a categoria daquela Unidade, nos termos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002 que a regulamentou;

CONSIDERANDO que a Comunidade do Aventureiro está categorizada como "Comunidade Tradicional", nos termos da Lei Estadual 2393, de 20 de abril de 1995.

CONSIDERANDO que se encontra em elaboração a proposta de projeto de lei para exclusão, dos limites originais da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, da área ocupada pela Comunidade do Aventureiro.

est *A* *Jo* *Patricia Gabai Venancio*
Promotora de Justiça

Rua Francisco Telles, 101 - 9º Andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ

CONSIDERANDO a manifestação da Comunidade do Aventureiro, explicitando a vontade de adequar-se às normas legais aplicadas à região onde se insere a área objeto deste Termo.

CONSIDERANDO o Artigo 28, parágrafo único, da Lei nº 9.985/2000, que dispõe que, até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos naturais que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

CONSIDERANDO que o Artigo 39 do Decreto 4340/2002, que regulamentou a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituiu a figura do **Termo de Compromisso** a ser celebrado com comunidades assentadas em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

CONSIDERANDO a urgente necessidade de se estabelecer, em caráter transitório, enquanto não se concretizam os trâmites de alteração dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, normas de conduta compatível com as características ambientais da área ocupada pela Comunidade do Aventureiro.

CONSIDERANDO que se encontra em tramitação a Ação Civil Pública ajuizada pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro em face da FEEMA e do Município de Angra dos Reis, visando à regularização da atividade de camping desenvolvida no local pela comunidade como importante fonte de renda.

CONSIDERANDO a necessidade de se alcançar uma solução emergencial para a situação da Comunidade do Aventureiro, tendo em vista que a decisão liminar do Juízo de 1ª instância, que autorizou a realização da atividade de camping, teve seus efeitos suspensos em sede de recurso de agravo de instrumento.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, representada pelo Secretário Luiz Paulo Fernandez Conde, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, representada

est *X* *Li* *Pro*
 Rua ... Telas 101 ... 9º Andar ... São ... Rio de Janeiro ...
 ... Gabriela ... Promotora de Justiça ...
 ... SORIA JU ...

pela sua Presidente, Isaura Maria Ferreira Fraga, o Município de Angra dos Reis, representado pelo seu Prefeito, Fernando Antônio Ceciliano Jordão, a Associação de Moradores da Praia do Aventureiro, representada pelo seu Presidente, Criste da Cruz e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, representado pela Promotora Patrícia Gabai Venâncio, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os compromitentes reconhecem o caráter transitório do presente Termo, bem como as limitações impostas pela legislação vigente que impedem a plena legalização, por parte do Poder Público, de atividades econômicas na área enquanto não se concretizarem os trâmites de alteração dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul.

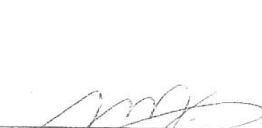
CLÁUSULA SEGUNDA - Fica estabelecido como limite provisório da área de exclusão o seguinte polígono: *inicia-se no molhe de pedras entre a praia do Demo e o início da praia de Aventureiro (Ponto 1); daí segue em linha reta, em sentido e direção norte até encontrar a trilha que liga a Vila do Aventureiro à praia do Demo (ponto 2); deste ponto, segue na direção noroeste, até encontrar a cota altimétrica de 40 metros (Ponto 3); continua por essa cota no sentido oeste, cortando o leito do rio do Tibúrcio (Ponto 4); daí continua, cortando o leito do rio da Cachoeira do Maneco Lima (Ponto 5); segue ainda pela cota 40 até alcançar a linha que separa a bacia drenante à enseada de Aventureiro e o costão de Simeão Dias (Ponto 6); desce por esta linha, em direção ao mar, passando pela pedra da Espia até encontrar a Ponta de Aventureiro (Ponto 7); segue contornando a praia do Aventureiro, até encontrar o ponto 1 (mapa anexo).*

CLÁUSULA TERCEIRA: Em virtude das alterações sofridas pela área descrita na cláusula anterior, decorrente da expansão do uso agrícola, turístico e residencial, as partes se comprometem a adotar as providências descritas nos itens subseqüentes.

3.1: A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA compromete-se a:

- a) Fornecer informações aos moradores do Aventureiro sobre a Reserva Biológica, o Parque Marinho e a legislação ambiental que protege e preserva a biodiversidade dessas Unidades de Conservação;
- b) Divulgar informações aos turistas e visitantes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região;





Rua Francisco Telles 101 - 6º Andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
 Patrícia Gabai Venâncio
 Promotora de Justiça

Rua Francisco Telles 101 - 6º Andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
 Fernando Jordão
 Prefeito Municipal

Rua Francisco Telles 101 - 6º Andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
 Criste da Cruz
 Presidente da Associação de Moradores da Praia do Aventureiro

Rua Francisco Telles 101 - 6º Andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ
 Isaura Maria Ferreira Fraga
 Presidente da Associação de Moradores da Praia do Aventureiro

- c) Promover a educação ambiental;
- d) Fiscalizar os limites provisórios da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul;
- e) Estabelecer normas e procedimentos para o disciplinamento de atividades na área;
- f) Colaborar com a Prefeitura na fiscalização de atividades construtivas.

3.2: A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis compromete-se a:

- a) Cadastrar todos os moradores, edificações e quintais existentes na Praia do Aventureiro;
- b) Promover a implantação de sistema de tratamento e disposição de esgoto;
- c) Manter e aprimorar o sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos (lixo);
- d) Implantar sistema de coleta seletiva de lixo;
- e) Fiscalizar as atividades comerciais e construtivas;
- f) Controlar o fluxo de turistas de acordo com a capacidade de suporte da área;
- g) Cadastrar e controlar os proprietários de barcos que transportam passageiros para a Praia do Aventureiro;
- h) Colaborar com a FEEMA na fiscalização da Reserva Biológica e do Parque Marinho do Aventureiro;
- i) Instalar placas de sinalização, informando os limites da área descrita na cláusula segunda.

3.3: A Comunidade do Aventureiro, representada pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro compromete-se a:

- a) Respeitar os limites da Reserva Biológica, provisoriamente definidos na cláusula segunda;
- b) Orientar visitantes e hóspedes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região;
- c) Submeter à prévia aprovação da FEEMA e da Prefeitura de Angra dos Reis requerimentos para o desenvolvimento da atividade de camping, identificando o local, delimitando a área e infra-estrutura disponível, acompanhado das informações exigidas por regulamento específico, comprometendo-se a respeitar a capacidade e restrições estabelecidas pelo Poder Público Estadual e Municipal;
- d) Manter livro de registro de hóspedes e usuários de camping e disponibilizá-lo ao Poder Público sempre que solicitado;

Rua Francisco Telles, 101 - 8º Andar - São Cristóvão - RJ - 20.931-000

Patrícia Gabai
Promotora de Justiça

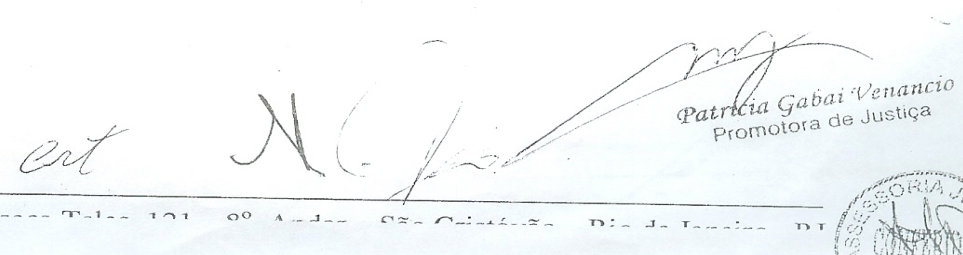


- e) Zelar pela manutenção das placas de sinalização;
- f) Não desenvolver atividade de pesca predatória no Parque Marinho de Aventureiro;
- g) Não suprimir vegetação nas encostas e margens de rios;
- h) Não retirar barro das encostas sem a prévia autorização da FEEMA;
- i) Não cortar pedras da praia ou da encosta, sob nenhum pretexto;
- j) Não usar fogo para fins agrícolas;
- l) Não extrair lenha e nem estacas para construção;
- m) Desativar as áreas de roça fora dos limites provisórios do Aventureiro;
- n) Não lançar qualquer tipo de resíduo, líquido ou sólido, nos corpos d'água, sem prévio tratamento;
- o) Não edificar ou ampliar sem prévia consulta à Prefeitura e FEEMA;
- p) Não implantar atividade comercial sem consultar a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;

Parágrafo único - Os procedimentos para implementação das cláusulas deste Termo, quando necessárias, serão estabelecidas pelo Poder Público Estadual e Municipal por meio de regulamentos específicos.

CLÁUSULA QUARTA – O limite de hóspedes nos *campings* fica estabelecido, em caráter provisório, em 560 pessoas/dia, conforme estabelecido pelo Estudo Preliminar de Capacidade de Carga Turística desenvolvido pela FEEMA, desde que comprovada, pelos responsáveis pelos *campings*, a existência de infra-estrutura básica de saneamento necessária (abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

CLÁUSULA QUINTA: A Compromitente FEEMA submeterá ao Executivo Estadual, num prazo de 180 dias, a contar da celebração do presente Termo, proposta de projeto de lei tendo como objeto a exclusão definitiva da área do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul.



Handwritten signatures and official stamp of the Promotora de Justiça. The stamp is circular and contains the text "ASSessoria Jurídica" and "Promotora de Justiça". The signature is of Patricia Gabai Venancio.

Fonte: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Termo de compromisso entre o poder público e a comunidade de 26 de Dezembro de 2006.

ANEXO C – FICHA DE CADASTRO E PULSEIRA IDENTIFICADORA

Praia do Aventureiro
Autorização de Acesso - Camping

Nome: _____ RG: _____ Tel: _____

Origem: _____

Camping receptivo: _____

Período de permanência: _____ a _____

Embarcação convulsa: _____

Ass. dos Moradores da Praia do Aventureiro: _____ controle: 14002

foto: ilhagrande.org

Figura 1: Ficha de cadastro da TurisAngra para autorização de acesso à Praia Aventureiro.

Fonte: ILHAGRANDE. Disponível em: <www.ilhagrande.org.br/Aventureiro>
Acesso em: 15 ago. 2008.



Figura 2: Pulseira identificadora da TurisAngra para os visitantes da Praia do Aventureiro.

Fonte: ILHAGRANDE. Disponível em: <www.ilhagrande.org.br/Aventureiro>
Acesso em: 15 ago. 2008.

ANEXO D- PANFLETO COM INSTRUÇÕES AMBIENTAIS PARA O VISITANTE DE AVENTUREIRO

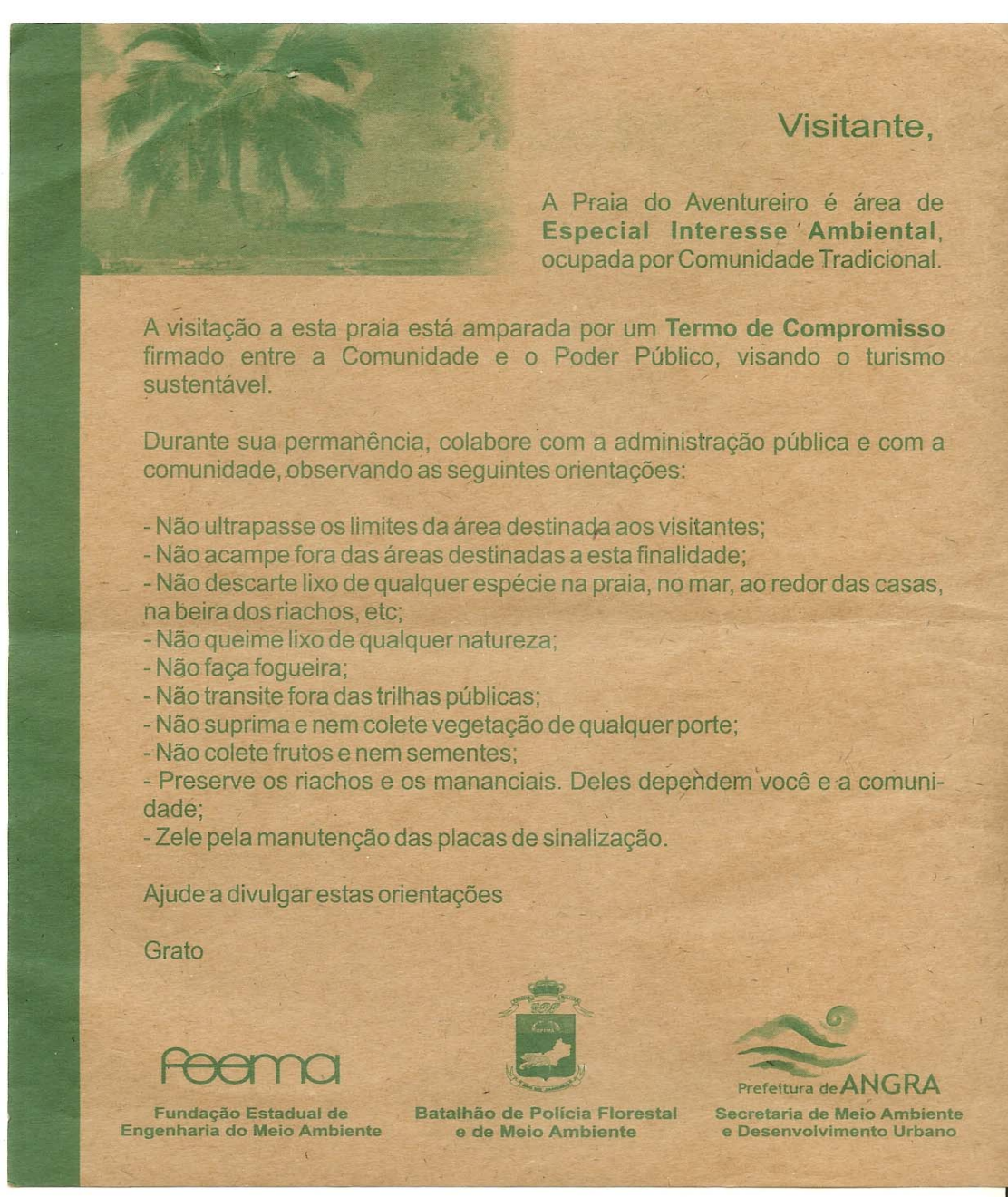


Figura 1: Panfleto da TurisAngra com instruções de educação ambiental para os visitantes de Aventureiro.

Fonte: TurisAngra, Secretaria de Turismo de Angra dos Reis (2007).